

Objectivo nutricional específico (1)	Características nutricionais essenciais (2)	Espécie ou categoria de animais (3)	Declarações de rotulagem (4)	Prazo de utilização (5)	Outras disposições (6)
			Teor de ácidos gordos <i>n-3</i> e <i>n-6</i> (se adicionados).		No caso dos alimentos cuja apresentação se destine especialmente a administração por sonda, indicar na embalagem, no recipiente ou no rótulo: «Administração sob vigilância veterinária.»
Apoio à função hepática em caso de insuficiência hepática crónica.	Teor reduzido de proteína, mas de alta qualidade, e hidratos de carbono de fácil digestão.	Equídeos.	Fontes de proteína e de fibras. Hidratos de carbono de fácil digestão, incluindo o seu tratamento, se adequado. Metionina. Colina. Teor de ácidos gordos <i>n-3</i> (se adicionados).	Inicialmente até seis meses.	Devem ser fornecidas instruções sobre as situações em que a utilização deste alimento é adequada, bem como a forma como o mesmo deve ser administrado, nomeadamente recomendando numerosas pequenas refeições por dia. Indicar na embalagem, no recipiente ou no rótulo: «Recomenda-se a consulta a um veterinário antes da utilização ou do prolongamento do período de utilização.»
Apoio à função renal em caso de insuficiência renal crónica.	Teor reduzido de proteína, mas de alta qualidade, e teor reduzido de fósforo.	Equídeos.	Fonte(s) de proteína. Cálcio. Sódio. Magnésio. Potássio. Fósforo.	Inicialmente até seis meses.	Indicar na embalagem, no recipiente ou no rótulo: «Recomenda-se a consulta a um veterinário antes da utilização ou do prolongamento do período de utilização.» Indicar no modo de emprego: «Água permanentemente disponível.»

(¹) Se adequado, o fabricante pode recomendar também a utilização em caso de insuficiência renal aguda.

(²) Se o alimento for recomendado em caso de insuficiência renal aguda, o período de utilização recomendado deve ser de duas a quatro semanas.

(³) No caso de alimentos para gatos, a menção «doenças do tracto urinário inferior dos felinos» ou «síndrome urológico dos felinos — SUF» pode completar o objectivo nutricional específico.

(⁴) No caso dos alimentos relativamente aos quais se prevê uma intolerância específica, a referência a esta última poderá substituir a menção «ingredientes e nutrientes».

(⁵) O fabricante pode completar o objectivo nutricional específico com a referência «insuficiência pancreática exócrina».

(⁶) Nos alimentos para gatos, o fabricante pode completar o objectivo nutricional específico com a menção «lipidose hepática dos felinos».

(⁷) O termo «cetose» pode ser substituído por «acetónémia».

(⁸) Os fabricantes podem também recomendar a utilização para a recuperação da cetose.

(⁹) No caso dos alimentos para as vacas leiteiras.

(¹⁰) No caso dos alimentos para as ovelhas.

(¹¹) No caso dos alimentos para vacas leiteiras: «máximo de dois meses desde o início da lactação».

(¹²) Indicar a categoria de ruminantes visada.

(¹³) No caso de alimentos cuja apresentação seja especialmente destinada a satisfazer as necessidades de animais muito velhos (ingredientes de digestão fácil) a indicação da espécie ou categoria animais deve ser completada com uma referência a «animais velhos».

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa

Decreto Legislativo Regional n.º 7/2009/A

Plano Regional Anual para 2009

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores decreta, nos termos da alínea *p*) do n.º 1 do artigo 227.º e do n.º 1 do artigo 232.º da Constituição, e da alínea *b*) do artigo 34.º e do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

Artigo 1.º

É aprovado o Plano Regional Anual para 2009.

Artigo 2.º

É publicado em anexo ao presente diploma, dele fazendo parte integrante, o documento contendo o Plano Regional Anual para 2009.

Aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 2 de Abril de 2009.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 24 de Abril de 2009.

Publique-se.

O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2009

Introdução

Com o Plano para 2009 inicia-se novo ciclo de planeamento, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2009-2012.

As propostas incluídas neste documento integram-se de forma articulada e coerente com a estratégia de desenvolvimento definida para o quadriénio, sem prejuízo de recolher algumas medidas adaptadas à actual envolvente externa.

Conforme a legislação aplicável, o Plano de 2009 compreende um primeiro capítulo onde se apresenta de forma sintética a situação económica e social da Região, em complemento com a informação e dados aduzidos no diagnóstico estratégico inserido nas OMP, um segundo capítulo com as principais linhas de orientação estratégica das políticas sectoriais a prosseguir no período anual, a programação desdobrada por programa, projecto e acção, os valores da despesa de investimento associada, com indicação dos montantes por ilha, e ainda um texto sobre programas e com participação comunitária em vigor na Região.

I — Análise da situação económica e social da região

Nas Orientações de Médio Prazo 2009-2012 apresenta-se um diagnóstico prospectivo da situação regional, e da sua envolvente externa.

De facto, o ambiente externo à Região que caracterizará todo o ano de 2009 e provavelmente o ano seguinte condicionará o processo de crescimento económico, que se vem registando na Região.

A volatilidade das projecções realizadas implica algum cuidado na parametrização desta crise económica e financeira, contudo retira-se que as economias avançadas e em particular as da zona euro terão um retrocesso no valor do produto interno, um aumento do desemprego em resultado da recessão e uma situação de estagnação dos preços, incluindo um custo reduzido do crédito, embora se faça sentir uma falta de confiança e de liquidez nas economias.

A situação nacional, segundo as últimas projecções macroeconómicas da responsabilidade do executivo, aponta igualmente para a entrada da economia portuguesa num ciclo negativo, pontuado por um decréscimo de 0,8 % do PIB, uma taxa de desemprego média de 8,5 % e um saldo financeiro da administração de -3,9 %, invertendo-se o processo de consolidação das contas públicas.

É neste contexto que de seguida se apresentam alguns indicadores sobre a evolução recente da situação regional, em complemento ao apresentado nas OMP.

1.1 — Demografia

Em termos de evolução recente, os dados disponíveis apontam para o crescimento demográfico, sustentado em crescimento natural da população, com entrada líquida de indivíduos.

Decomposição da Evolução Demográfica

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
População . . .	241 763	238 767	240 024	241 206	242 241	243 018	244 006
Saldo fisiológico	521	395	445	550	579	471	586
Saldo migratório	4 214	-3 391	812	632	458	306	402

* Dados provisórios.

Fonte: INE, SREA, DREPA.

Em termos de antecipação da evolução em 2009, não se registam fenómenos de grande variabilidade das tendências desenhadas, provavelmente uma atenuação do saldo migratório.

Mantêm-se evidentemente a pressão sobre o mercado de trabalho, ou seja, alguma redução do peso relativo dos jovens na estrutura etária da população está a ser compensada, não pelo aumento significativo da população com maior idade, mas no segmento em idade activa, ou seja dos 15-64 anos. Esta situação deve-se fundamentalmente à redução da emigração dos residentes em idade activa.

Estrutura Etária da População

Em percentagem

	1991	2001	2006	2007
0-14 anos	26,4	21,4	19,3	19,0
15-64 anos	61,1	65,6	68,3	68,6
65 e + anos	12,5	13,0	12,4	12,4

Fonte: INE.

1.2 — Aspectos macroeconómicos

Os últimos dados conhecidos sobre o PIB regional calculado pelo INE, remontam a 2007, apontando para um valor 3 343 milhões de euros, o que representa um crescimento nominal de 4,5 % em relação ao ano anterior, a que correspondeu a uma variação positiva de 2 % em volume (1,9 % para a média nacional).

Produto Interno Bruto
a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros

	2001	2003	2005	2007*
1 — Açores	2 488	2 785	3 018	3 343
PIB per capita (mil euros/hab.)	10,5	11,6	12,5	13,7
PIB per capita (Portugal=100)	83,5	87,6	88,3	89,3

* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

A desagregação sectorial do Valor Acrescentado Bruto confirma, em tendência, a continuidade de um processo de terciarização, basicamente alimentado pelo crescimento de actividades comerciais e financeiras, enquanto outros serviços com elevada representatividade absoluta (públicos administrativos, educação, saúde) registaram, e em sequência de anos anteriores, alguma moderação de crescimento, não alargando de forma notória a sua representatividade.

Apesar destas tendências gerais, há aspectos decorrentes de características regionais que certos dados de produção por ramos de actividade deixam transparecer. O caso mais evidente será o das actividades no sector primário que, somando um VAB de 318 milhões de euros em 2007, manteve a elevada representatividade de 11,1 % do total regional de 2 866 milhões de euros. Esta representatividade não se enquadra em padrões frequentes de economias industriais e terciarizadas, todavia também não corresponde a actividades tecnologicamente residuais; pelo contrário, é sustentada por elevadas produtividades, que se situam ao nível das atingidas pelas indústrias e superam significativamente as observadas no mesmo sector primário a nível nacional.

VAB por Ramos de Actividades Económicas

Unid.: milhões de Euros

Actividades	2001	2003	2005	2007*
Primárias (agricultura e pesca) . . .	295	313	321	318
Industriais e energia	193	232	265	313
Construção	166	161	162	174
Comerciais, alojamento, transportes	484	544	594	653
Financieiras e Imobiliárias	325	371	406	446
Outros serviços (administ. pública, educação, saúde, outros)	707	798	849	962
<i>Total</i>	2 170	2 419	2 597	2 866

* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

O Rendimento Primário obtido através da participação dos agentes económicos no processo produtivo cifrou-se em 2 333 milhões de euros, incorporando uma intensidade de crescimento idêntica à observada anteriormente para o PIB.

Rendimento Primário

Unidade: Milhões de euros

Rendimentos	2004	2005	2006
Excedentes de exploração	709	727	750
Remunerações	1 421	1 479	1 517
Propriedade	94	114	130
<i>Total</i>	2 224	2 321	2 397

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2006 (base 2000).

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2005 (base 2000).

Se ao Rendimento Primário forem descontados os impostos correntes, as contribuições e o saldo de prestações sociais e outras transferências, obtém-se o Rendimento Disponível. Nos Açores, tomando o último ano apurado (2006) o peso relativo dos impostos correntes no rendimento primário é de 6 % e o das contribuições sociais cerca de 19 %. Em termos da média do país aquelas percentagens são mais elevadas, respectivamente 8 e 22 %. Descontando o peso do saldo das transferências oriundas das prestações sociais, em que na Região têm um menor peso no rendimento, ainda assim observa-se que, por unidade de rendimento primário gerado na economia, o rendimento disponível das famílias açorianas é proporcionalmente superior ao equivalente em termos nacionais.

Rendimento Disponível

Unidade: Milhões de euros

Rendimentos	2004	2005	2006
Rendimento Primário S	2 224	2 321	2 397
Impostos correntes E	— 114	— 120	137
Contribuições sociais E	— 411	— 444	455
Prestações sociais R	434	458	482
Outras transferências S	20	35	61
Rendimento Disponível	2 153	2 250	2 348

S — Saldo; E — Emprego; R — Recursos.

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2005 (base 2000).

Mercado de Emprego

Em 2007, o número de 112,2 milhares de indivíduos da população activa incorpora um crescimento de 0,36 % em relação ao ano anterior. Esta evolução seguiu um certo equilíbrio global com os recursos humanos disponíveis durante o mesmo período, na medida em que a taxa de actividade se manteve na ordem de 46 %.

Já a taxa de actividade feminina de 36,0 % integrou-se na tendência de reforço da participação das mulheres no mercado de emprego.

Condição da População Perante o Trabalho

N.º Indivíduos

	2001	2003	2005	2007
População Activa	100 646	105 099	109 773	112 159
Empregada	98 360	102 066	105 283	107 284
Desempregada	2 286	3 033	4 490	4 875
Tx. de Desemprego (%) . . .	2,3	2,9	4,1	4,3

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Na população inactiva continuaram a verificar-se as tendências anteriores na sua composição, através da redução da população doméstica e do aumento da população reformada.

A extensa componente constituída pela população estudantil não se encontra desagregada pelas estatísticas disponíveis.

População Inactiva

Em percentagem

	2001	2003	2005	2007
Domésticos	27,1	27,3	26,6	24,8
Reformados	15,0	16,4	16,0	17,6
Outros	57,9	56,3	57,4	57,6
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Observando, ainda a população activa empregada, mas agora segundo a situação na profissão, verifica-se que a componente de trabalhadores por conta de outrem basicamente manteve o seu nível de representatividade na ordem de 78 %.

População Activa Empregada, por Situação na Profissão

Em percentagem

	2003	2005	2007
Conta de Outrem	75,6	78,1	78,5
Sem termo	57,7	62,2	62,5
Com termo	14,3	12,8	13,8
Outros	3,6	3,2	2,2
Conta Própria	21,8	19,9	19,1
Familiar e Outras	2,6	2,0	2,4
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Preços no Consumidor

A evolução dos preços no consumidor durante o ano de 2007 traduziu-se numa taxa média de 3,5%, correspondendo a uma desaceleração em relação à evolução no ano anterior. O sentido desta evolução manter-se-á no curto prazo, conforme decorre dos últimos registos mensais representarem em relação aos respectivos meses homólogos do ano anterior taxas de variação inferiores, contribuindo assim para baixar os próximos valores, particularmente, no cálculo das taxas médias durante os períodos iniciais (do 1.º semestre) de 2008.

Evolução de Preços no Consumidor

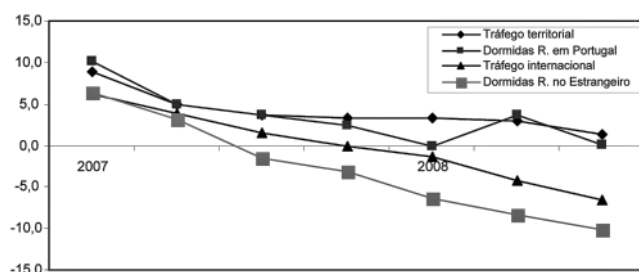


1.3 — Indicadores de actividade evolução recente

Os elementos sobre a evolução recente da economia açoriana apontam no sentido de relativa estabilidade e prossecução de tendências em determinadas actividades, enquanto outras actividades revelam flutuações mais evidentes a curto prazo.

Uma redução de actividade revelada pelo número de dormidas na hotelaria, reflecte o efeito de um choque com origem na procura externa. O efeito é maior a partir das economias que se encontram em fases de desaceleração ou recessão mais intensas, verificando-se que a evolução do número de dormidas de residentes no estrangeiro é significativamente mais acentuada do que a evolução dos residentes em Portugal. Estes indicadores são praticamente coincidentes aos efeitos na economia real e confirmados pelos elementos de tráfego de passageiros nos aeroportos em termos de sentido e intensidade.

Indicadores — Evolução Trimestral Homóloga

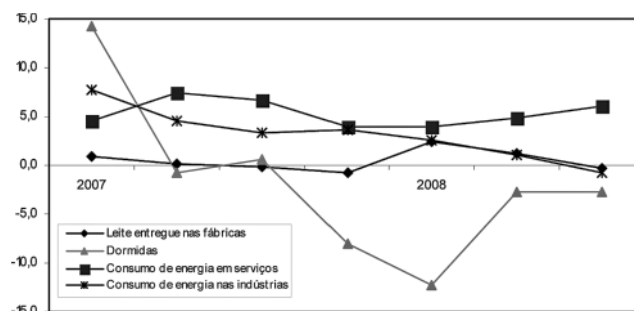


Os efeitos dos choques externos são proporcionais ao grau de exposição das actividades económicas regionais. Os efeitos nas actividades internas são mais amortecidos ou, então, revelam-se com algum desfazamento temporal.

É neste sentido que se podem compreender a diferença de intensidade de oscilações entre sectores de maior volatilidade, como o do turismo, e sectores de produção básica

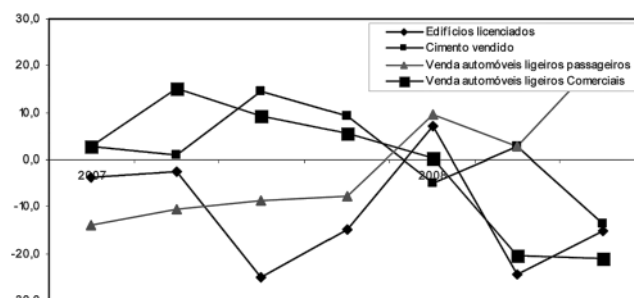
e intersectorial, como o de energia, particularmente na componente de produção para consumo pelas indústrias.

Indicadores — Evolução Trimestral Homóloga



Outras actividades mais ligadas a consumos duradouros e a investimento revelam oscilações mais amplas. Além disso, as decisões das famílias e das empresas tornam-se mais complexas e condicionadas por expectativas e medidas conjunturais.

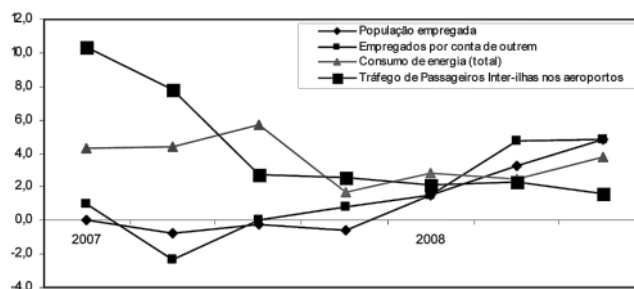
Indicadores — Evolução Trimestral Homóloga



Assim, os indicadores sobre actividades económicas referidos anteriormente apontam para níveis de produção condicionados significativamente pelas tendências das envolventes externas, mas com flutuações intersectoriais internas que também reflectem expectativas em relação a factores potenciais de mercado.

Porém, a evolução de variáveis como a população empregada e o número de trabalhadores por conta de outrem correspondem a uma utilização de recursos significativa e à sustentação de um nível estabilizador em termos de actividades sociais e de coesão interna.

Indicadores — Evolução Trimestral Homóloga



II — Políticas sectoriais definidas para o período anual

Como ponto prévio à apresentação das políticas sectoriais relevam duas questões essenciais para a sua compreensão e análise. Por um lado, o seu enquadramento nos objectivos gerais de desenvolvimento fixados nas OMP

2009-2012 e, por outro lado, a sua inserção no quadro de evolução conjuntural que se atravessa no momento.

Enquadramento das políticas sectoriais

Os objectivos de desenvolvimento propostos nas OMP constituem-se como referencial das respectivas políticas sectoriais como a seguir se apresenta.

OBJ. 1 — Melhorar as qualificações e as competências dos açorianos

Políticas sectoriais no âmbito da Educação, da Qualificação Profissional, da Cultura, da Juventude, do Desporto e da Informação e Comunicação Institucional.

OBJ. 2 — Promover o crescimento sustentado da economia

A este objectivo geral associam-se as políticas sectoriais a executar nos sectores da Agricultura e Florestas, Pescas, Indústria, Comércio e Exportação, Investigação e Desenvolvimento, Inovação e Apoio Financeiro ao Investimento Privado.

OBJ. 3 — Reforçar a solidariedade e a coesão social

A este objectivo geral associam-se preferencialmente as políticas sectoriais a desenvolver no domínio da Saúde, da Solidariedade e Integração Social, Igualdade de Oportunidades e Habitação.

OBJ. 4 — Gerir com eficiência o território, promovendo a qualidade ambiental

Este objectivo contempla as políticas a desenvolver em matérias como o Ordenamento, Sistemas de Informação Geográfica, Prevenção de Riscos e Protecção Civil, Ambiente e Recursos Naturais, Eficiência Energética e Acessibilidades.

OBJ. 5 — Qualificar a gestão pública e a cooperação

Modernização Administrativa, Programação e Financiamento Público e ainda Cooperação Externa e Comunidades, são áreas de incidência das políticas e respectivas medidas a promover.

Estratégia e objectivos anuais

Em termos de planeamento, o ano de 2009 é marcado pelo início de uma nova legislatura, dando origem a um novo ciclo de programação, sem prejuízo de se manter e cumprir compromissos transitados, os quais têm uma expressão financeira e material neste Plano anual. Com a entrada em funções do X Governo dos Açores e as alterações de estrutura orgânica introduzidas regista-se a reorganização e a consolidação do sistema de programação.

Neste período anual de execução das políticas públicas é introduzido um dado novo, muito recente, mas que se propagou e alastrou de forma muito célere entre as sociedades e as economias — uma crise internacional que se tornou em ambiente de recessão económica, um pouco por todo o mundo.

Pese embora este novo elemento que domina a actualidade à data da preparação deste documento, mantêm-se firmes os objectivos gerais de desenvolvimento apontados para o quadriénio 2009-2012, que serão complementados por orientações estratégicas de prazo mais curto, para obviar e despistar os efeitos do atravessamento na sociedade açoriana deste ambiente externo de depressão e de acentuação excessiva de expectativas negativas dos agentes económicos.

Em consequência, as medidas de política pública que irão ser executadas, incluindo os novos instrumentos promovidos pelo Governo, terão também como referência uma estratégia geral de apoio, de incentivo e de fomento do funcionamento dos subsistemas económicos e sociais, em ordem a minimizar o impacte deste ambiente externo no processo de desenvolvimento em curso na Região.

Em termos dos objectivos operacionais, cuja monitorização será realizada de forma muito cuidada apontam-se:

- Manutenção do nível de ocupação dos activos na Região, assegurando taxas de desemprego e de desocupação involuntária dentro de parâmetros aceitáveis.
- Manter o ritmo de convergência real da economia açoriana, no processo de aproximação aos valores médios de desenvolvimento observados nos espaços nacional e comunitária.
- Fomentar uma atitude de articulação e de parceria estratégica, baseada em colaboração responsável entre os diversos níveis de governação e os principais actores e agentes económicos e sociais.

Apresentação das Políticas Sectoriais a desenvolver em 2009

Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos

Educação

No âmbito da política educativa para 2009 o investimento incidirá na melhoria das infra-estruturas e equipamentos escolares, na formação profissional, no apoio social aos alunos, nas tecnologias da informação, no desenvolvimento do ensino profissional, na implementação de projectos pedagógicos e na avaliação do sistema educativo regional.

No que concerne à melhoria do parque escolar serão iniciadas a ampliação e requalificação da Escola Básica e Secundária de Velas, ilha de S. Jorge bem como a requalificação das instalações para o 2.º e 3.º ciclo da EB123 JI Ruy Galvão de Carvalho de Rabo de Peixe. Continuarão as empreitadas em curso nas escolas de Ponta Garça e Vila Franca na ilha de S. Miguel e a escola Ferreira Drumond na ilha Terceira.

Ainda ao nível das construções escolares, perspectiva-se dar seguimento ao estabelecimento de parcerias com as Câmaras Municipais, através do estabelecimento de contratos ARAAL, destacando-se para o ano de 2009: (i) a EB das Lajes das Flores na ilha das Flores; (ii) S. Mateus Santa Bárbara e Ribeirinha, na ilha Terceira; (iii) Flamengos e Pasteleiro, no Faial.

Será também assegurada a aquisição de equipamentos para escolas do 1.º ciclo que tenham sido sujeitas a requalificação e ou integração nas escolas sede da unidade orgânica.

A formação do pessoal docente e não docente irá também ser alvo de investimento, salientando-se um enfoque especial em torno das questões da avaliação de desempenho e da utilização de novas tecnologias.

O apoio social aos alunos, enquanto estratégia potenciadora de melhores condições educativas e da coesão social continuará a merecer a maior atenção, bem como as políticas educativas promotoras da inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais.

No que se refere às tecnologias de informação procurar-se-á atenuar assimetrias sociais, generalizando-se a introdução de equipamentos informáticos e apoiando

a aquisição destes por parte dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

No sentido da simplificação e agilização dos processos administrativos iniciar-se-á a implementação de infra-estruturas de rede intra e inter escolas.

A oferta formativa ao nível do ensino profissional quer enquanto via alternativa de qualificação de jovens para o mercado de trabalho, quer como estratégia de combate ao abandono e insucesso escolar deverá afigurar-se como uma das prioridades deste executor.

Em consonância com as políticas educativas preconizadas para esta legislatura dar-se-á o início este ano ao processo de produção de materiais didácticos, em diferentes suportes, de apoio à implementação do currículo regional.

Na continuação da avaliação do sistema educativo regional, intensificar-se-á a aposta na auto-avaliação das escolas introduzindo-se novas dinâmicas de trabalho.

De salientar, ainda, o início da implementação da avaliação externa das escolas num processo de parceria com instituições do ensino superior.

Cultura

O Plano da Região Autónoma dos Açores, no que respeita à Cultura, dá seguimento a uma estratégia continuada de qualificação da actividade e património culturais como factores incontornáveis de valorização da sociedade açoriana.

As prioridades da política cultural visam a gestão equilibrada do património cultural, nas suas várias expressões, em harmonia com o património natural da Região, num diálogo permanente entre as tradições centenárias, profundamente enraizadas nas populações das ilhas e matriz fundamental da sua forma de estar no mundo, com uma atitude de permanente renovação e de aposta no Futuro.

A renovação e a produção de novos bens culturais, assentam na consciencialização, reflectida nas opções do Plano para a Cultura, da importância vital de que estes se revestem enquanto aposta no Futuro, expressos quer nos novos equipamentos imóveis para a prática cultural, quer em iniciativas de estímulo à criação no domínio do imaterial, que, deste modo, contribuem para afirmar a capacidade criadora e intelectual dos açorianos no contexto das sociedades contemporâneas.

Uma das marcas mais destacadas das acções para Cultura é a consolidação da rede de equipamentos para a prática cultural, cujo relevante investimento, constitui um sinal inequívoco da importância da aposta na requalificação estrutural dos equipamentos para a cultura, enquanto factores de dinamização da actividade e dos consumos culturais.

No Plano de 2009 realça-se a concretização de obras, tal como a Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Angra do Heroísmo, o Centro de Arte Contemporânea na Ribeira Grande, a ampliação do Museu da Graciosa, o investimento num Centro Cultural Multiusos no Corvo, a reconversão do Recolhimento de Santa Bárbara a extensão do Museu Carlos Machado, a reabilitação do Convento de S. Boaventura e o lançamento do projecto Tribuna da República, Casa Manuel de Arriaga no Faial.

A formação de novos públicos e a interacção de iniciativas culturais com a Educação, o Turismo e o Ambiente são também uma preocupação na estratégia da política cultural deste Plano, que confirmam a transversalidade da

acção da Cultura nos mais diversos sectores da vida dos cidadãos açorianos.

Juventude

Assumindo que as políticas públicas na área da Juventude têm, na sua essência, uma natureza transversal, o Governo dos Açores potenciará o surgimento de novos programas e projectos que vão ao encontro dos dois eixos principais de actuação definidos no Programa de Governo: emancipação e participação.

Por outro lado, continuar-se-á a desenvolver o esforço de renovar e reforçar os programas já existentes, em áreas importantes para os jovens, perante necessidades identificadas no actual contexto económico-social. Assim sendo, pretende-se criar condições para que mais e novas oportunidades surjam, dando respostas conjuntas, no sentido de ir ao encontro das necessidades reais dos destinatários das mesmas, ou seja, a toda a sociedade juvenil açoriana ou residente nos Açores.

Para 2009, e no âmbito das atribuições decorrentes da Orgânica, do Programa do Governo e das OMP, elegeu-se um conjunto de orientações estratégicas tais como:

- Garantir a integração dos jovens na definição das políticas públicas de juventude, assegurando a sua participação;
- Reforçar o incentivo à criatividade e empreendedorismo dos jovens, criando mais oportunidades de desenvolvimento;
- Aumentar a participação cívica dos jovens, promovendo a consciência da açorianidade e da sua relação com o mundo;
- Personalizar a relação dos Jovens com a Administração, promovendo respostas mais eficazes para as actuais e futuras necessidades.

Deste modo, destacamos o reforço da aposta nas áreas do desenvolvimento tecnológico e da criatividade, com o lançamento do conceito de academia de juventude; a reformulação dos programas de educação não-formal (OTL/J), reforçando as vertentes de aquisição de competências; a reforma dos programas de incentivo ao associativismo, potenciando o surgimento do empreendedorismo social inerente a essas instituições; e o relançamento dos projectos anuais de voluntariado.

Por outro lado, através de mecanismos conjuntos com outras áreas de intervenção do Governo, é também intenção reforçar o acompanhamento aos jovens açorianos que estudam fora dos Açores de modo a que, numa atitude prospectiva, se possa fortalecer os laços desses com a nossa Região, bem como de reforçar as medidas de protecção e coesão social que o Governo tem vindo a desenvolver.

Qualificação profissional

Dentro das orientações contidas no Plano a Médio Prazo, que comporta as medidas de qualificação profissional, as medidas de combate ao desemprego de origem conjuntural merecem destaque particular em 2009, bem como o reforço particular das medidas activas que visam as condições estruturais da criação e de manutenção de emprego.

São de sublinhar, neste Plano para 2009, os programas de combate ao desemprego sazonal, como o Programa de Valorização Profissional, bem como os programas de manutenção de emprego que visa a manutenção de postos de trabalho. O combate ao emprego precário é tido como uma estratégia importante, potenciadora das diferentes medidas de emprego.

O reforço das estratégias de transição profissional de jovens licenciados, em particular o Estagiar L e o Eurodisseia tem particular importância em 2009.

Neste Plano é, de uma maneira articulada entre os diferentes departamentos públicos, reforçada a Intervenção social para a empregabilidade dos indivíduos mais fragilizados.

É, em 2009, lançado a consultoria estratégica do tecido empresarial de modo a que as empresas açorianas que criam emprego sejam mais conscientes das suas potencialidades, fragilidades, oportunidades e desafios.

Desporto

O desporto açoriano apresenta um conjunto de indicadores da demografia federada sem paralelo noutras regiões que importa consolidar e aperfeiçoar, colocando-se agora novos desafios ao nível do lançamento de políticas que favoreçam a prática da actividade física e desportiva associada à saúde em todas as idades.

Tal desiderato será consubstanciado através do desenvolvimento de um conjunto de iniciativas, nomeadamente:

- “Escolinhas do Desporto” — 6 aos 10 anos;
- “Treino e Competição dos escalões de formação” — 8 aos 18 anos;
- “Coordenadores da formação dos clubes” — apoio aos clubes;
- “Desporto Escolar” — 6 aos 18 anos;
- “Desporto Adaptado” — todas as idades;
- “Jovens Activos” — 14 aos 35 anos;
- “Açores Activos” — a partir dos 18 anos incluindo o desporto no âmbito da Administração Pública;
- “Formação de Dirigentes Desportivos”.

Pretende-se neste âmbito para 2009:

Manter e aperfeiçoar a cooperação com as entidades do movimento associativo, autarquias e escolas, bem como fortalecer e dinamizar projectos promocionais da prática das actividades físicas e desportivas e a autonomia e desenvolvimento do movimento associativo desportivo ao nível da formação dos recursos humanos. Paralelamente apoiar a construção de 2 a 3 sedes sociais de clubes e associações, Investir no apoio à construção de 2 a 3 pavilhões desportivos de clubes ou associações e nas infra-estruturas e equipamentos dos parques desportivos de Ilha. No Parque Desportivo de S. Miguel, pretende-se a conclusão da requalificação do CD das Laranjeiras, a beneficiação do centro de alojamento de desportistas, a aquisição do projecto de beneficiação da pista de atletismo do CD das Laranjeiras e o lançamento do concurso para a cobertura do estádio de futebol de S. Miguel. Para o Parque Desportivo da Terceira preconiza-se a conclusão da piscina do CD Vitorino Nemésio, a aquisição do projecto para a colocação de piso sintético no campo de futebol do CD Vitorino Nemésio e na pista de atletismo, a aquisição do projecto de construção da sala de treino no estádio João Paulo II e a aquisição do projecto de requalificação dos espaços exteriores. No que concerne ao Parque Desportivo do Faial salienta-se a beneficiação do Pavilhão Desportivo da Horta.

Informação e comunicação

As principais linhas de política sectorial a seguir no Plano de investimentos para 2009 são:

Apoiar a modernização e qualificação dos órgãos de comunicação social privada e dos profissionais de comunicação social pública e privada.

Apoiar o Serviço Público Regional de Rádio e Televisão.

Fomentar a realização de encontros, seminários e workshops auto-organizados por órgãos de comunicação social da Região que incidam sobre temas como a modernização, publicitação, projecção no contexto regional e ou nacional, financiamento, ou outros.

Promover o Crescimento Sustentado da Economia

Agricultura e florestas

O Plano de Investimentos para 2009 tem como objectivos melhorar a competitividade do sector, por um lado, e a valorização do Mundo Rural, por outro, considerando estes dois aspectos como as duas grandes dimensões do sector, que se complementam.

Assim pretende-se:

- Investir em caminhos agrícolas, rurais e florestais, no abastecimento de água e de energia eléctrica às explorações, bem como em infra-estruturas de abate.
- Assegurar a sanidade animal e vegetal, destacando-se a construção e melhoramento de infra-estruturas de base e os Planos de Sanidade.
- Valorizar os produtos açorianos, através de acções de promoção no exterior da Região e da construção de parques de exposição agro-comercial.
- Implementar acções de experimentação e de divulgação e continuar o melhoramento animal, da identificação e registo de bovinos, da inseminação artificial, do contraste leiteiro e da manutenção de núcleos reprodutores.
- Apoiar o investimento privado nas explorações e assegurar a instalação de jovens agricultores e a reforma antecipada.
- Apoiar a compra de terras agrícolas com vista à reestruturação fundiária.
- Apoiar as organizações de produtores e a renovação e competitividade da Indústria agro-alimentar, através do apoio à modernização e ao escoamento da produção.
- Assegurar a regularização do mercado bem como as restantes acções de controlo e certificação no âmbito da PAC e do POSEI.
- Apoiar a diversificação económica através da promoção de actividades não agrícolas
- Produzir plantas para projectos de arborização, continuar o Programa de Melhoramento Florestal, o Plano de Ordenamento da Floresta e o Plano de Sanidade Florestal.
- Apoiar a preservação e valorização do ambiente e da paisagem rural, através do incentivo à manutenção da actividade agrícola, da promoção do esforço agro-ambiental de extensificação da produção e de preservação de culturas e raças tradicionais.
- Assegurar o funcionamento e melhoria das Reservas Florestais de Recreio da Região, bem como das actividades cinegéticas e pesca em águas interiores

Devido à presente conjuntura económica, destaca-se a criação de um Programa complementar e de um Plano de compensação financeira, para aliviar os encargos com os empréstimos, de forma a melhorar o acesso das explorações ao crédito, sendo que este e o largo conjunto de medidas destinadas ao sector privado possibilitarão melhorar o desempenho das empresas, dinamizar a economia e assegurar o emprego.

Com a implementação plena do PRORURAL, serão concretizadas as linhas estratégicas que têm caracterizado as políticas para a agricultura e florestas, tendo como grande objectivo estratégico transversal a todas as intervenções, a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente equilibrada e socialmente estável e atractiva.

Pescas

A Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca, compreende 6 projectos que visam, por um lado, o equilíbrio entre a gestão e a conservação dos recursos haliêuticos, e por outro, o desenvolvimento sustentável do sector das pescas e a evolução positiva dos rendimentos e dos seus agentes económicos.

As principais linhas da política sectorial a prosseguir para as pescas para o ano de 2009 são:

- Executar acções de fiscalização e sensibilização dos pescadores em todas as ilhas dos Açores;
- Acompanhar e intervir, no âmbito das instituições europeias, com vista à restauração do limite das 200 milhas para reserva da frota dos Açores, dado que a solução actualmente existente não é suficiente para acautelar uma gestão de recursos precaucionária e sustentável;
- Intensificar a investigação científica na ZEE dos Açores, através da celebração de protocolos de cooperação com o Centro do IMAR da UA para a gestão e exploração N/I “Arquipélago” e da L/I “Águas Vivas”, para além da promoção de projectos no âmbito do Programa Nacional de Recolha de Dados, Projectos Demersais, Programa de Observação de Cetáceos dos Açores (POPA) e o Estudo da Viabilidade da lapa em aquicultura intensiva;
- Manter o programa de investimentos nos portos de pesca demais infra-estruturas e equipamentos de apoio ao sector. Neste Plano Regional estão previstas intervenções em portos de pesca de todas as ilhas, visando níveis acrescidos de operacionalidade, de segurança e de rentabilidade;
- Apoiar financeiramente renovação da frota de pesca, através da construção e modernização de novas embarcações, de forma a garantir melhores condições de segurança, habitabilidade e autonomia às embarcações de pesca dos Açores. O objectivo não é aumentar o esforço de pesca, mas sim o desenvolvimento e modernização da frota de forma a garantir a salvaguarda da vida humana no mar e as condições de trabalho adequadas. Esta política é complementada com acções que, visam a diversificação da actividade da pesca, de forma a aproveitar o potencial de crescimento do sector nas espécies de grande profundidade; aumentar as possibilidades de pesca quer sejam noutras águas, quer sejam por adaptação das embarcações a outras artes;
- Atribuir uma compensação financeira aos armadores das embarcações da pesca local, registadas em portos da Região Autónoma dos Açores cujos equipamentos propulsores sejam exclusivamente por motores fora de borda a gasolina;
- Reforçar a capacidade de intervenção das associações e organizações de produtores na gestão e no desenvolvimento sustentável do sector das pescas;
- Atribuir uma ajuda regional ao escoamento dos produtos da pesca capturados pelas embarcações que se encontram registadas nas ilhas da Coesão (Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo);

- Promover o desenvolvimento da aquicultura;
- Modernizar as unidades conserveiras e harmonizar os seus impactos no ambiente, nomeadamente, através da construção e requalificação de ETAR's;
- Realização de acções de formação profissional destinadas a profissionais da pesca em todas as ilhas do arquipélago.

Comércio, indústria e serviços

Apoiar-se-ão as iniciativas que promovam a inovação, a qualidade e a competitividade, e potenciem os factores de modernização, em termos de gestão empresarial, de formação e qualificação profissional e de desenvolvimento de novos processos.

Será adoptada uma estratégia de incentivo à adequação do tecido produtivo a uma maior concorrência interna e externa, acelerando o processo de ajustamento da economia regional em direcção a novos perfis de especialização.

Prosseguir-se-á com a criação de redes de suporte às empresas e de sensibilização para os factores críticos da competitividade em parceria com as associações empresariais.

Apostar-se-á numa política de promoção do espírito empresarial e de redução da excessiva carga administrativa e regulamentar.

Serão, ainda, fomentadas acções de comercialização e de marketing que reforcem a presença activa no mercado de produtos e serviços com relevância para a economia regional, em estreita colaboração com as entidades de investigação e de desenvolvimento tecnológico da Região.

Serão fomentadas lógicas de integração das actividades em redes intersectoriais que se destinem a potenciar a criação de elementos distintivos de afirmação competitiva, valorizando a diferença dos produtos vincadamente regionais pela qualidade, certificação, registo de marca e promovendo novos métodos organizacionais e de distribuição, reduzidos os custos de contexto e facilitado o processo de licenciamento e apoiada a realização de campanhas e de acções de publicitação da actividade comercial tradicional.

Serão promovidas campanhas específicas de missões empresariais, de acções de sensibilização, de informação e formação para os empresários, e reduzidos os custos de contexto, designadamente ao nível do processo de licenciamento das actividades, da articulação de competências regulamentadoras da actividade e do ordenamento territorial.

Será revigorada a estratégia de promoção do investimento externo, considerando a necessidade de melhoria de eficácia desse nível de actuação, favorecendo a concretização de projectos estratégicos, por via de um tratamento diferenciado e de proximidade, e de projectos portadores de emprego, criadores de riqueza e proporcionadores de transferência tecnológica.

Serão, também, organizadas acções de divulgação junto dos principais mercados, e desenvolvidas missões empresariais ao território, em parceria com as associações empresariais, empresários locais, entidades regionais e demais actores e agentes envolvidos nas iniciativas empresariais.

No âmbito do artesanato, serão desenvolvidas iniciativas que permitam apoiar a actividade profissional dos artesãos e o desenvolvimento económico das suas empresas, ao nível da comercialização, da promoção, da formação e do investimento em estruturas e equipamento de produção.

Turismo

Desenvolver-se-ão acções directas, juntos dos promotores, de incentivo e promoção da qualificação e diversificação da oferta, existente e prevista, fomentando os mecanismos e medidas destinados à consolidação dos projectos existentes.

Valorizar-se-á a expansão da oferta hoteleira e do turismo em espaço rural de forma sustentável tendo em atenção a sua inserção económica nas comunidades em que se situam.

No âmbito da Promoção e animação aperfeiçoar-se-á a definição dos objectivos operacionais da promoção turística, valorizando uma especialização potenciadora de produtos turísticos concretos que constituem mais valias comparativas da Região e incentivando os projectos de promoção e animação turística enquadrados no Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo.

Desenvolver-se-ão acções promocionais nos mercados emissores tradicionais, dando maior relevo aos produtos elencados no Plano de Marketing Estratégico, bem como acções de prospecção em novos mercados nos quais o conhecimento dos Açores é, ainda, muito exíguo, procurando diversificar e aumentar a procura turística.

Qualificação dos recursos humanos e das infra-estruturas de apoio.

Apoiar-se-ão iniciativas formativas de forma a dotar os profissionais do turismo de melhores e maiores conhecimentos para o desenvolvimento da sua actividade e fomentar-se-á a prestação dos serviços de informação turística recorrendo às novas tecnologias e tornando mais atractivos os respectivos espaços.

Promover-se-á a edição dos roteiros temáticos enquadrados num âmbito promocional e desenvolver-se-ão acções de incentivo com vista à criação de rotas temáticas que servirão de estímulo e apoio aos visitantes em cada ilha.

Investigação e desenvolvimento e inovação

O Plano para 2009 integra um conjunto de projectos desenhados de modo a garantir a implementação das grandes linhas prioritárias definidas pelo Governo Regional. Assim, em continuidade das diferentes acções, o Plano para 2009 contempla: o apoio às instituições de investigação científica que integram o Sistema Científico e Tecnológico Regional, como forma de garantir a sua sustentabilidade e crescimento e de criar condições para atrair e fixar investigadores de mérito na Região Autónoma dos Açores; o apoio à dinamização, concepção e execução de projectos de investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores; o apoio à formação avançada e especializada nas áreas de interesse prioritário para a Região; o apoio à divulgação científica e tecnológica como base da valorização dos açorianos através do conhecimento; o apoio às iniciativas de I&D e Inovação do âmbito empresarial como forma de dinamizar a economia; o apoio à dinamização e desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação nas suas mais diversas vertentes como factor de modernização e inovação dos Açores, melhorando as acessibilidades e promovendo o combate à infoexclusão, proporcionando a igualdade de oportunidades, a satisfação das necessidades sociais e a melhoria da qualidade de vida das populações; o apoio financeiro à aquisição e utilização de equipamentos específicos no domínio das TIC's para cidadãos portadores de deficiência ou com necessidades educativas especiais;

reforça o apoio financeiro ao desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores, incluindo uma comparticipação para as obras de construção do edifício inter-departamental do campus de Angra do Heroísmo e de reconstrução do Hospital Walter Bensaúde, na cidade da Horta, destinado à instalação do Departamento de Oceanografia e Pescas. Contempla ainda acções destinadas à melhoria dos padrões de qualidade do serviço postal; ao aumento da cobertura da rede pública móvel terrestre e à promoção do aparecimento de novas plataformas de telecomunicações.

Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social

Saúde

As principais linhas de política sectorial a prosseguir em 2009 são:

Continuar a aperfeiçoar as políticas de promoção da saúde e prevenção da doença, nomeadamente através da prossecução do Plano Regional da Saúde e dos seus programas específicos, do Controlo da Infecção, do Registo Oncológico e Rastreio, da promoção de estilos de vida saudáveis em ambiente escolar e outros, da Política Regional do Medicamento, da consolidação do Plano Regional de Saúde Mental.

Promover a universalidade e a acessibilidade de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, designadamente mediante a consolidação da rede de cuidados continuados e a criação de linhas telefónicas de apoio aos utentes do Serviço Regional de Saúde (SRS).

Completar a informatização base do Sector na Região — Sistema de Informação da Saúde -SIS— ARD), colocando em funcionamento e em rede todas as Unidades de Saúde, prosseguindo com a aquisição de equipamentos e tecnologia necessários a uma integração compatível com o SIS-ARD.

Fomentar as parcerias com IPSS, ONG e outras e prosseguir com protocolos de investigação e desenvolvimento com universidades, hospitais e institutos no sentido de articular a racionalização dos recursos e meios já existentes.

Proseguir com as políticas de promoção da qualidade dos serviços, designadamente através da criação da Inspeção Regional da Saúde, da criação de bolsas de investigação e especialização, e da criação do Provedor do Utente.

Dar continuidade às políticas de Saúde Materna, Planeamento Familiar e incentivo à Natalidade.

Aprofundar as parcerias com as regiões ultraperiféricas através de fundos comunitários e reforçar a capacidade de intervenção em sede de emergência médica.

Continuar o desenvolvimento das infra-estruturas e sistemas de saúde, nomeadamente dar início à construção do novo Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa, e dos projectos dos Centros de Saúde da Madalena do Pico e Ponta Delgada;

Completar o procedimento correspondente aos processos de concepção e construção do Novo Hospital da Ilha Terceira e Centro de Radioterapia dos Açores, em regime de Parceria Público Privada.

Continuar, em colaboração com as Autarquias locais, a implementação de Casas Mortuárias junto às populações e afastando-as das Unidades de Saúde;

Dar continuidade à prevenção realizada através das Comissões de Dissuasão da Toxicodependência;

Elaborar um estudo/diagnóstico da Região em matéria de Drogas e Toxicodependências;

Desenvolver um plano integrado de intervenção precoce;

Consolidar o Programa Regional de Prevenção do Mau Uso e Abuso de Substâncias Psicoactivas/Drogas;

Criar projectos de intervenção específica em zonas de risco e meio escolar;

Criar um Centro de Reabilitação e tratamento de Jovens com menos de 18 anos;

Garantir o tratamento com opiáceos de substituição na Região.

Segurança social

O modelo de política proposto enquadra um conjunto alargado de intervenções.

No Apoio aos Idosos os investimentos desdobram-se em dois grandes eixos de actuação: por um lado reforçam-se as respostas de apoio alternativas à institucionalização — os serviços de Apoio Domiciliário, os Centros de Dia e os Centros de Noite e por outro lado, investe-se na qualificação das estruturas, na valência de Lar de Idosos — projectos de criação, remodelação e ampliação de diversos equipamentos.

Paralelamente, pretende-se um forte investimento na qualificação dos recursos humanos, para a salvaguarda dos direitos dos idosos institucionalizados através da formação, em interligação com outras entidades. Salvaguarda-se, ainda, a atribuição de apoio aos pensionistas destinado à comparticipação da aquisição de medicamentos (COMPAMID) e a comparticipação na Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados.

Ao nível do Apoio Domiciliário estabelecem-se objectivos que pretendem o alargamento da tipologia dos cuidados prestados e do período de funcionamento e, relativamente aos Centros de Dia e Centros de Noite, planeiam-se obras de adaptação de um edifício na freguesia da Bretanha.

Ao nível dos Lares de Idosos, estão previstas obras de remodelação e ampliação do edifício do Lar de Idosos da Povoação; obras de remodelação e adaptação de edifício do Lar de Idosos na Praia da Vitória; lançamento da obra de construção do Lar de Idosos na Calheta de S. Jorge; remodelação e ampliação de edifício para criação de Lar de Idosos nas Lages do Pico; e construção do Lar de Idosos nas Lages das Flores;

No Apoio à Infância e Juventude evidenciam-se medidas de carácter integrado, através de acções direccionadas para a infância e juventude.

Ao nível da Infância, perspectiva-se a criação de uma nova Creche no centro urbano de Ponta Delgada; uma Creche e ATL na freguesia dos Arrifes; projecto para uma Creche nas Capelas (Projecto Integrado com Apoio Domiciliário); remodelação do edifício da Creche e Jardim de Infância da Terra Chã; construção de um edifício para ATL na freguesia dos Toledos; construção de um edifício para Creche com respostas integradas (Centro de Convívio e Centro de Dia), na freguesia dos Flamengos.

No âmbito das respostas em acolhimento, prevê-se a remodelação de três Centros de Acolhimento, da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento e a implementação do Sistema de Acolhimento dos Açores — Sistema Regional de Acolhimento Institucional e a maior qualificação e especialização das equipas técnicas multidisciplinares de suporte.

Paralelamente, desenvolver-se-á um trabalho sistémico de capacitação das competências parentais das famílias, no âmbito da preservação e da reunificação familiar e dos processos de mediação parental.

A acção de criação, melhoramento e apetrechamento dos equipamentos de apoio à infância e juventude desenvolver-se-á no sentido da capacitação nos processos de autonomia de vida dos jovens, criando condições logísticas adequadas à prossecução destes objectivos.

No Apoio à Família, Comunidade e Serviços prevê-se uma política de acção social descentralizada e territorializada, privilegiando respostas concertadas e de proximidade às pessoas, às famílias e aos recursos locais. Esta operacionalização, ao nível de equipamentos, será feita destacando-se a construção de edifício para serviços da Segurança Social e Casa do Povo, na Achadinha do Nordeste, comparticipação na construção de edifício similar na Praia do Norte (Faial) e melhoramento dos equipamentos e serviços da Segurança Social, nomeadamente ao nível da acessibilidade e da modernização.

No Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais preconiza-se a construção dos edifícios para Centro de Actividades Ocupacionais em Vila Franca do Campo e na Ribeira Grande e início do projecto para construção de Lar Residencial em Ponta Delgada.

A acção de criação, melhoramento, apetrechamento de respostas de apoio à deficiência visa desenvolver um sistema integrado de apoio ao nível da atribuição e financiamento de ajudas técnicas e tecnologias de apoio às pessoas com deficiência, bem como, executar programas de intervenção ao nível das necessidades de integração e acessibilidades.

Igualdade de oportunidades

O X Governo dos Açores assume e valoriza a importância das políticas da Igualdade de Oportunidades para o reforço da coesão social e para a promoção de uma sociedade mais justa e solidária, através da promoção de estratégias que promovam a igualdade de direitos, de representação, de reconhecimento e de respeito, onde se ofereçam a todas as pessoas, independentemente do sexo, origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual, as mesmas oportunidades.

Assim, as principais medidas de Política Sectorial a adoptar em 2009 são:

Promover parcerias com os diversos órgãos governamentais e a sociedade civil, tendo por finalidade combater todas as formas de discriminação e promover a igualdade de oportunidades;

Incrementar uma abordagem transversal e intersectorial da Igualdade de Oportunidades, numa lógica de inclusão social;

Implementação do Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades;

Criar o Plano para a Igualdade de Oportunidades nos serviços da Administração Pública Regional;

Criar o Conselho Regional da Igualdade de Oportunidades;

Implementar 3 Unidades Móveis de disseminação para a Igualdade de Oportunidades;

Reforçar o trabalho desenvolvido para a promoção e a disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e na implementação de políticas afirmativas e amigas das famílias.

Desenvolver acções de sensibilização sobre as desigualdades entre mulheres e homens;

Assegurar o mainstreaming de género em domínios prioritários da vida política, social, económica e cultural;

Preconizar a intervenção num conjunto de acções concertadas tendo por base a igualdade e a não discriminação entre homens e mulheres no trabalho, no emprego, na educação e na formação profissional;

Promover a conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional através do reforço da implementação de políticas amigas da família, visando a igualdade na maternidade e na paternidade;

Combater e prevenir a violência com origem em discriminações, nomeadamente em função do sexo, étnica, religião, crença, deficiência, idade ou orientação sexual;

Implementar acções concertadas contra qualquer tipo de violência doméstica e de protecção às vítimas;

Promover e divulgar estudos sobre a Violência de Género nos Açores;

Implementar um Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica nos Açores;

Combater e prevenir a discriminação relativamente a minorias étnicas e criar mecanismos facilitadores da sua inclusão social;

Promover acções de sensibilização para prevenção de qualquer forma de discriminação por razões étnicas;

Implementar suportes informativos junto das minorias étnicas sobre os seus direitos e deveres em matéria de cidadania e igualdade de oportunidades;

Promover o acesso das minorias étnicas aos diferentes mecanismos de protecção social;

Impulsionar a participação e o acesso das minorias étnicas culturais na vida sociocultural açoriana;

Combater e prevenir qualquer discriminação em razão da idade;

Estimular a solidariedade inter-geracional;

Promover medidas facilitadoras do acesso à escolarização, formação, qualificação e requalificação profissional, ao emprego e à habitação;

Combater e prevenir formas localizadas de pobreza e de exclusão social grave junto de grupos mais vulneráveis, designadamente mulheres, idosos, crianças e minorias étnicas;

Garantir políticas e estratégias de inclusão social transversais a toda a sociedade, incluindo das pessoas e dos grupos sociais mais vulneráveis à pobreza e à exclusão;

Promoção do acesso generalizado a todos os recursos, direitos e serviços sociais básicos necessários à participação na sociedade;

Garantir a inclusão social activa através da promoção da participação no mercado de trabalho e do combate à pobreza e à exclusão das pessoas e dos grupos mais marginalizados;

Incrementar o empreendedorismo inclusivo, designadamente o empreendedorismo feminino e de outros grupos mais vulneráveis;

Diminuir a feminização da pobreza e combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;

Fomentar a autonomia e a independência de pessoas portadoras de necessidades especiais, numa estratégia preventiva, promovendo a reabilitação e a habilitação;

Criar a correcção das desvantagens no acesso à educação, formação/qualificação e emprego por parte das pessoas portadoras de necessidades especiais;

Desenvolver acções que fortaleçam a integração na sociedade das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Habitação

Os principais objectivos para a área da habitação a atingir em 2009 são:

Promover políticas habitacionais que fomentem o acesso de todos os Açorianos à habitação;

Tratar de forma diferenciada os agregados familiares com necessidades especiais no âmbito dos apoios à habitação;

Promover a construção de habitações que contribuam para a erradicação das zonas de potencial exclusão social, coadjuvando a zona residencial com zonas comerciais e culturais e reforçando o sistema de transporte público;

Promover a construção de habitações que contribuam para o realojamento de famílias que habitem situações de insalubridade ou de risco;

Constituir uma Bolsa de Habitação Regional que integre, por Concelho e Freguesia, os imóveis que se encontram disponíveis no mercado que reúnam as condições requeridas para serem dirigidos à habitação social;

Implementar uma política regional de incentivos à aquisição de habitação própria dirigida aos agregados familiares com necessidades especiais;

Implementar uma política regional de incentivos ao arrendamento a jovens, famílias monoparentais, imigrantes e cidadãos com necessidades especiais, que majore o arrendamento localizado nos núcleos urbanos, nomeadamente, nos centros históricos;

Dinamizar o mercado de arrendamento através dos mecanismos de oferta e procura do mercado, promovendo a rentabilização e racionalização das infra-estruturas existentes, e discriminando positivamente os locais em que exista necessidade de fixação de população, nomeadamente através da diferenciação de apoios;

Manter e aperfeiçoar as parcerias públicas e público-privadas no domínio da habitação, visando a flexibilidade de intervenção para assim se acelerar o combate à pobreza e à exclusão social, designadamente:

Dinamizar as parcerias com os municípios tendo em vista a recuperação do parque habitacional afecto ao realojamento em regime de renda apoiada;

Implementar protocolos conjuntos com as IPSS's e outros parceiros sociais, tendo como objectivos a contínua qualificação e melhoria do parque habitacional;

Promover o empreendedorismo na habitação social, designadamente no desenvolvimento da iniciativa privada para a apresentação de projectos de construção, reabilitação e gestão de parques habitacionais, comerciais e culturais dirigidos aos agregados familiares com necessidades especiais.

Garantir o contínuo acompanhamento e resolução das situações de risco, para reforçar a segurança das pessoas e dos bens;

Continuar e aperfeiçoar a política de habitação a custos controlados;

Garantir a actualização e o aperfeiçoamento do quadro jurídico-legal dos apoios à habitação, de modo a mantê-lo permanentemente ajustado à realidade social a que se destina;

Garantir a existência e actualização do sistema de recenseamento habitacional da Região Autónoma dos Açores totalmente informatizado;

Desenvolver uma rede informática integrada que permita preparar, instruir, decidir, acompanhar e fiscalizar todos os processos de apoio à habitação;

Continuar o rigoroso acompanhamento em matéria de segurança e de prevenção de riscos e fenómenos naturais;

Constituir comissões locais de acompanhamento e avaliação da habitação social, em parceria com as autarquias, os serviços de acção social, e os moradores, que permitam reforçar o Capital Social Local das comunidades intervencionadas;

Preparar e desenvolver Programas de Formação, articulados com os diversos organismos com competência

na matéria, dirigido aos agregados familiares com necessidades especiais no âmbito da habitação social, que lhes permita reforçar as competências ao nível da utilização, higienização e manutenção das futuras habitações e as competências ao nível da gestão doméstica e familiar;

Desenvolver um Programa de Marketing dirigido à habitação social que reforce a articulação entre as necessidades das populações e as políticas habitacionais estratégicas da Região e que contribua para estabelecer um veículo de comunicação e promoção dos objectivos definidos e dos resultados alcançados.

Incentivar a recuperação do edificado, tendo em vista reabilitar os núcleos urbanos e promover a sua sustentabilidade social e ambiental:

Apoiar a recuperação do património habitacional existente, no âmbito do quadro legislativo em vigor, melhorando o conforto e o espaço de convívio e fortalecendo a estrutura dos edifícios;

Incentivar a recuperação de edifícios nos centros dos principais aglomerados populacionais que possam ser convertidos em habitações multifamiliares e que permitam a ocupação em regime de habitação social, tendo em vista, por exemplo, o retorno de jovens aos centros históricos;

Fomentar a reabilitação dos espaços abandonados, rejuvenescendo os centros urbanos do ponto de vista arquitectónico e populacional e prevenindo a delinquência e outros problemas sociais relacionados com o fenómeno do abandono dos centros urbanos;

Divulgar e valorizar as boas práticas e os bons comportamentos de vizinhança, visando a coesão e a paz social entre os moradores;

Informar e sensibilizar a população sobre a importância da eficiência energética dos edifícios e dos seus benefícios, como sejam a redução do consumo de energia e a melhoria da qualidade ambiental.

Garantir a integração harmoniosa das estruturas habitacionais:

Organizar o espaço físico, possibilitando a segurança e a interacção comunitária, nomeadamente com a criação de infra-estruturas que respondam às necessidades da população local nos domínios do lazer, dos transportes, da formação e do emprego;

Prevenir a ocorrência de exclusão social em novas zonas residenciais, transformando-as em zonas activas onde se conjuguem com a zona residencial os espaços comerciais e culturais, permeáveis à cultura e à formação dos residentes;

Promover a coabituação da expansão urbana com a defesa do ambiente, obtendo formas equilibradas de consumo dos recursos hídricos e energéticos, e sustentando o conforto das zonas urbanizadas no conhecimento das condições geofísicas e climáticas do local da sua implantação, em articulação com uma arquitectura integradora e facilitadora da “construção de comunidades sustentáveis”;

Procurar a harmonia entre o edificado, as novas construções e o ambiente físico, concebendo formas arquitectónicas que facilitem as acessibilidades mas que, também, optimizem a relação dos edifícios com o espaço físico envolvente;

Lançar o concurso internacional de ideias Uma Casa dos Açores, destinado a jovens engenheiros e arquitectos, que premeie ideias inovadoras na aplicação dos materiais existentes na paisagem açoriana, nas técnicas tradicionais de edificação, e na aplicação de novas tecnologias na cons-

trução, norteadas pelo objectivo de redução dos custos de construção e da eficiência energética.

Gerir com eficiência o território promovendo a qualidade ambiental

Ambiente

Ordenamento do Território

De acordo com as principais orientações de Médio Prazo definidas para o sector do ordenamento do território, para o ano de 2009 propõem-se para cada uma das linhas de política as seguintes acções:

Para a conclusão, harmonização e implementação dos Instrumentos de Gestão Territorial prevê-se a aprovação do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores; o acompanhamento da elaboração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território; a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores; e a preparação do processo de concurso para a elaboração do Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Actividades Extractivas na Região Autónoma dos Açores;

Para a avaliação e monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, deverão ser elaborados Relatórios de Avaliação da Implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas em vigor, o Relatório do Estado do Ordenamento do Território da Região Autónoma dos Açores, e, sob o ponto de vista instrumental, prevê-se a criação de um sistema de informação do ordenamento do território como plataforma de arquivo e disseminação de informação em tempo real, designadamente o Sistema Regional de Informação Territorial;

No planeamento e gestão das zonas costeiras, prevê-se a elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Pico e da Ilha do Faial, bem como a elaboração da Estratégia da Gestão Integrada das Zonas Costeiras da Região Autónoma dos Açores;

No planeamento e gestão de bacias hidrográficas de lagoas, prevê-se a preparação dos processos de concurso para a elaboração do Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Congro, São Brás, Empadadas e Canário (ilha de São Miguel) e do Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas Funda, Rasa, Lomba e Comprida (ilha das Flores);

Para a caracterização e definição de condicionantes de risco, prevê-se a elaboração da Reserva Ecológica Regional, a elaboração da Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas e a definição das Áreas Ameaçadas por Cheias e Zonas Adjacentes;

Considerando a valorização do recurso Paisagem, que possui uma inegável importância para desenvolvimento de outros sectores, como o sector do turismo, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, prevê-se a elaboração de um estudo para a aplicação da Convenção Europeia da Paisagem nos Açores.

Para além das acções acima mencionadas, e por via da aplicação de diversa legislação, salienta-se o exercício de competências de forma continuada ao nível da emissão de pareceres no âmbito do licenciamento das actividades turísticas, da exploração de massas minerais, da localização de aterros, do licenciamento municipal de loteamentos urbanos, nos concelhos que não possuem Plano Director Municipal em vigor, entre outras áreas temáticas.

No que concerne à gestão e planeamento dos recursos hídricos regionais destaca-se a implementação e adequação do modelo e quadro normativo e institucional, optimização do modelo e estrutura de gestão da água para abastecimento e saneamento das águas residuais e a implementação de uma rede de monitorização adequada às novas exigências comunitárias.

Qualidade Ambiental

O Plano para 2009 está especialmente orientado para a conclusão do investimento em estruturas de interpretação ambiental. As estruturas, dispersas pela maioria das ilhas dos Açores, serão fulcrais para o fortalecimento do nicho especial de turismo que se preocupa com as questões do mundo natural. Assim, para além das actividades de observação de cetáceos e de percurso de trilhos, poderão ser explorados nichos como o vulcanismo e geologia, observação de flora e avifauna, já que os novos Centros Interpretativos dotarão o turista com a informação base que motive novas descobertas.

Em 2009, ir-se-á promover o investimento na construção das estruturas de gestão de resíduos das Ilhas da Coesão, começando, em simultâneo, pela construção de Centros de Processamento de Resíduos e Centros de Valorização Orgânica por Compostagem. Também neste ano será concluído o procedimento de exportação do passivo de pneus usados o que reduzirá substancialmente o volume de resíduos perigosos presentes na Região.

Também em 2009 serão despoletados os primeiros grandes procedimentos para erradicação de organismos invasores das áreas ambientalmente sensíveis dos Açores. As actividades realizadas a este nível serão reforçadas com a adequação do Jardim Botânico do Faial (em preparação do 25.º aniversário) à dupla temática: combate à flora invasora e repovoamento de flora natural.

Ir-se-ão iniciar diversos projectos de cooperação internacional, recorrendo a programas, como o LIFE+ e o PCT MAC 2007-2013. Estes instrumentos serão utilizados para combater espécies invasoras como o rato nos ilhéus dos Açores, valorizar os espaços ambientais, implementar as melhores práticas na gestão dos resíduos, estimular a economia relacionada com o turismo ambiental e fortalecer a Paisagem da Vinha como uma mais valia transversal para a Ilha do Pico.

Trabalho de planeamento e acção ordenada, como a criação da Reserva Ecológica Regional e a criação do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável terão início neste ano.

Energia

No domínio do sector energético, o Plano Anual 2009 contempla um conjunto diversificado de acções destinadas à promoção da eficiência energética e a uma maior produção e utilização de energias renováveis na economia açoriana. Acresce a isto o pagamento da iluminação das vias públicas regionais.

As principais orientações de política a seguir são:

- Apoiar a criação de condições com vista à implementação do SCE — Sistema de Certificação Energética e Eficiência Energética e da Qualidade do Ar Interior dos edifícios abrangidos no RCCTE (Regulamento das Características do Comportamento Térmico de Edifícios), RSECE-E (Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios) e RSECE-QAI (Qualidade de Ar Interior).

- Promover medidas de Utilização Racional de Energia e Eficiência Energética, quer através do Programa ProEnergia, quer através da criação um programa de auditorias energéticas para os principais utilizadores privados e públicos, com vista a uma racionalização dos consumos, e da iluminação das vias públicas regionais;

- Promover a sensibilização para a eficiência energética junto de toda a população, com principal incidência no sistema educativo regional, através de campanhas e incentivos à opção de boas práticas;

- Implementar um novo quadro legislativo para reorganizar o sector eléctrico da Região que considere as suas características próprias e específicas, reconhecidas pela Decisão da Comissão C(2004) 4880, de 20 Dezembro de 2004.

- Fomentar a investigação e desenvolvimento no âmbito das energias alternativas e renováveis, incorporando níveis mais elevados de conhecimento científico e técnico, com envolvimento do tecido científico internacional, nacional e regional, e na sua compatibilização com as formas de energia tradicional, nomeadamente através do desenvolvimento e da operacionalização de soluções técnicas que permitam um maior encaixe de energias renováveis em sistemas eléctricos pequenos e isolados como os dos Açores.

Obras públicas e equipamentos

Neste domínio as principais prioridades para este sector vão no sentido de aumentar a qualidade do sector da construção civil e obras públicas, através do apoio e incentivo à investigação, visando assim o seu desenvolvimento tecnológico e a certificação de novos e melhores materiais de construção.

Por outro lado será promovida a competitividade e produtividade do sector através do contínuo fomento do investimento privado na actividade da construção e do investimento público em infra-estruturas e equipamentos colectivos, promovendo medidas legislativas relacionadas com a actividade da construção e contratação pública sempre que se mostre necessário atender à especificidade do sector nos Açores.

Ao nível dos recursos humanos será fomentada a melhoria da qualificação, em articulação com as associações representativas e com as instituições de ensino, visando por um lado a melhoria da qualidade e produtividade do trabalho e por outro reduzir os índices de sinistralidade, promovendo-se juntos dos agentes da construção acções de formação e sensibilização e a melhoria da fiscalização das condições de trabalho.

No que concerne à intervenção em edifícios públicos da Região promove-se a sua valorização através da sua recuperação, conservação e manutenção, destacando as intervenções no Palácio de Santana e da Conceição em São Miguel e do Palácio dos Capitães Gerais na Ilha Terceira.

Prevenção de riscos e protecção civil

Como principais medidas de política sectorial a adoptar em 2009 destaca-se o apoio financeiro à aquisição viaturas de combate ao fogo, ambulâncias de socorro medicalizáveis e ambulâncias de transporte para as corporações de bombeiros e a reabilitação de diversos quartéis de bombeiros.

Serão ainda desenvolvidas acções de formação e sensibilização à população na área de protecção civil e desenvolvidos os projectos “O Idoso em Segurança” e “Aprender a Socorrer”.

Será apoiada a realização de estudos de carácter científico relativos à prevenção de riscos.

Acessibilidades

Transportes terrestres

A política a desenvolver para este domínio de intervenção passa pela melhoria das acessibilidades, mediante a reabilitação e conservação das vias existentes e dar prioridade à execução de projectos de variantes a alguns aglomerados urbanos; e também o reforço das condições de segurança nas Estradas Regionais, mediante a colocação de sinalização adequada e guardas metálicas.

Paralelamente continuar-se-á com o processo de reformulação da prestação do serviço público de transportes colectivos de passageiros, com a reestruturação de carreiras, horários e tarifários, bem como, com o apoio à modernização da frota de autocarros.

No âmbito dos transportes colectivos de passageiros, salienta-se ainda as medidas de actuação visando um crescimento na procura do transporte colectivo e consequentemente uma diminuição do número de viaturas ligeiras nos principais centros urbanos.

Transportes Aéreos e Marítimos

Pretende-se a adopção de políticas que promovam uma crescente melhoria da performance deste sector de actividade e que visem dotar a Região de uma estrutura logística, não só para melhor responder às necessidades do nosso mercado, como para assegurar uma participação crescente do transporte marítimo da Região nos fluxos entre o continente europeu e americano.

Pretende-se promover a atracção de capitais privados para a modernização e expansão da actividade do sector portuário e dos transportes marítimos, mantendo a Região a sua função de titular do espaço portuário e regulador dessa actividade, aspectos essenciais para o cumprimento do seu papel de garante do interesse público.

É prioridade da acção do Governo Regional agir para permitir maiores índices de produtividade e menores custos de operação, tornando-as mais competitivas e mais atractivas, de forma a potenciar a criação de mais oportunidades de negócio.

Pretende-se desenvolver e incentivar projectos que visem tornar o sistema de transportes mais eficaz e seguro e, simultaneamente, mais sustentável do ponto de vista económico, financeiro, ambiental e social.

Continuar a desenvolver o modelo de transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, seja pela construção e apetrechamento de novos navios, ou do apoio financeiro ao transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região.

O Governo Regional prosseguirá uma política de financiamento público das infra-estruturas e de práticas tarifárias, de acordo com o interesse das populações, possibilitando um desenvolvimento sustentado e um funcionamento eficaz do seu sistema de transportes e de acessibilidades.

Os modelos de obrigações de serviço público da rede regular doméstica entre os Açores e o Continente e a Madeira com subsídio ao preço de bilhete e, no interior do Arquipélago, com indemnizações compensatórias, serão ajustados em função das necessidades ditadas pela geografia, pelas populações, pela actividade económica e pela política de coesão prosseguida pelo Governo dos Açores.

Pretende-se, igualmente, promover, de forma coordenada e integrada, o reforço da oferta de transportes aéreos e da capacidade hoteleira da Região e desenvolver uma estratégia de continuidade que garanta fluxos de turistas inter-ilhas.

Ir-se-á prosseguir a política de desenvolvimento e consolidação das infra-estruturas e equipamentos aeroportuários.

Também irá ser revisto o modo de gestão dos aeródromos regionais, actualmente assegurado com base num contrato de concessão da exploração.

Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação

Modernização administrativa

No domínio da Administração Pública, estão previstas como principais medidas de política a Gestão integrada dos Recursos Humanos da administração regional dos Açores, a externalização de áreas concorrenciais com o sector privado, a Administração Pública moderna e inclusiva e a promoção de projectos locais de interesse comum, no âmbito da cooperação com as autarquias locais.

Na prossecução das principais medidas de política, destacam-se para 2009 as seguintes iniciativas: a criação de 3 centrais de serviço para processamento centralizado de vencimentos, a criação de um Sistema de Gestão da Avaliação do Desempenho na Administração Regional dos Açores (SI-SIADAPRA), a reforma do regime jurídico da função pública, a reforma do enquadramento jurídico da cooperação com as autarquias locais, a Implementação do Sistema Comum de Higiene e Segurança no Trabalho, a realização de auditorias de gestão aos serviços da administração regional, o mapeamento e reengenharia de processos-chave, a continuidade do programa regional de simplificação administrativa — ProSiMA e ainda o apoio às eleições autárquicas.

Programação e financiamentos públicos

O cenário de estagnação e recessão nas principais economias europeias originou um abrandamento da actividade económica com reflexos significativos na redução dos níveis de crescimento, da produção e do rendimento da generalidade dos países.

Para minimizar os efeitos na Região são criados instrumentos financeiros com vista a apoiar as empresas regionais.

A “Linha de Crédito Açores Investe” destina-se ao reforço do fundo de maneio ou dos capitais permanentes e novos investimentos, visando promover a disponibilização de recursos financeiros adicionais às empresas, facilitando o acesso ao financiamento bancário e reduzindo os encargos com essa disponibilização. No âmbito desta linha de crédito a Região Autónoma dos Açores, como entidade financiadora, efectua as necessárias dotações financeiras no Fundo de Contragarantia Mútuo, possibilitando que uma Sociedade de Garantia Mútua garanta até 75 % do financiamento concedido às micro e pequenas empresas e até 50 % do financiamento obtido pelas restantes empresas, enquadradas na respectiva Classificação de Actividade Económica (CAE) definida em regulamento próprio. Desse modo, a Região Autónoma dos Açores, através da empresa Ilhas de Valor, S. A., bonifica as taxas de juro aplicadas a esses financiamentos bancários de acordo com o determinado em regulamentação própria.

A “Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores” visa permitir a realização de operações de reestruturação de dívida bancária às empresas com sede nos Açores, possibilitando alterações de condições contratuais, assegurando, a Região Autónoma dos Açores, uma bonificação de 50 % do spread até ao limite de 1,5 % e, desse modo, compensar as empresas pelo impacto negativo na sua estrutura

de custos do aumento das taxas de juro ocorridas num determinado período definido em regulamentação própria.

Ao nível da execução dos financiamentos comunitários disponíveis na Região será prosseguida uma política de facilitação dos procedimentos bem como uma aceleração dos pagamentos dos reembolsos devidos aos promotores de obras participadas por fundos comunitários.

Cooperação externa

A actuação externa, em 2009, tem por fim reforçar as acções desenvolvidas nas áreas da cooperação externa e dos assuntos europeus, tendo em conta a maior notoriedade que a estas matérias foi atribuída por força da orgânica do X Governo e em cumprimento das principais linhas de força do Programa do Governo, a saber, o reforço da participação e visibilidade da Região no âmbito das diversas organizações de cooperação inter-regional, o aprofundamento da cooperação, de âmbito geral ou sectorial, com territórios de interesse prioritário, o reforço do conhecimento, coordenação e participação do Governo em relação a documentos políticos e legislativos da União Europeia e uma maior aproximação entre os Açores e a União Europeia.

Neste contexto, pretende-se o aprofundamento das relações com entidades territoriais congêneres de interesse, com particular destaque para as Regiões Ultraperiféricas e Macaronésia, englobando tanto a representação e promoção externa dos Açores, como as visitas institucionais que são feitas à Região, a organização de Seminários e eventos de relevância internacional e o desenvolvimento, nesse âmbito, de protocolos e apoio a iniciativas meritórias de entidades externas ao Governo.

Visa-se ainda, a dinamização e o aprofundamento da relação com organismos externos, pela consolidação da representação e participação da Região nos trabalhos de organismos como o Comité das Regiões, a Assembleia das Regiões da Europa ou a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, bem como de organizações Internacionais, em particular, com as instituições da União Europeia e Organizações e Programas no âmbito das Nações Unidas.

Outros vectores fundamentais englobam as campanhas de divulgação sobre temáticas de especial interesse, bem como comemoração de Dias Europeus e outras iniciativas do género e o apoio especializado em assuntos da União Europeia” visando a obtenção de apoio especializado para recolha de informação e promoção e defesa dos nossos interesses em Bruxelas.

Comunidades

Em concordância com as principais linhas de orientação, pretende-se em 2009, garantir o apoio às comunidades de açorianos no mundo, assim como à integração de imigrantes nos Açores e aprofundar o relacionamento institucional com as Comunidades e/ou imigradas e seus representantes.

As principais realizações a concretizar em 2009 abrangem:

Acções culturais dirigidas a jovens; Apresentações públicas de trabalhos culturais diversos; Acompanhamento da Execução projectos candidatos a apoios; Congressos; Conferências;

Encontros temáticos e reuniões; Exposições e similares; Formação para emigrantes, regressados e imigrantes; Publicações de estudos; Publicações diversas e divulgação nas Comunidades;

Protocolos de cooperação; Revista e newsletter; Visitas de estudo.

III — Investimento público

Dotação do plano

O Plano Anual 2009, inicia o ciclo de programação traçado para o quadriénio 2009-2012, contemplando as acções promovidas directamente pelos departamentos da administração regional, mas também as que são executadas por entidades públicas que, em articulação com as respectivas tutelas governamentais, promovem projectos de investimento estratégicos, no quadro da política de desenvolvimento apresentada nas Orientações de Médio Prazo.

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2009 ascendem a 821,5 milhões de euros, dos quais 533,9 milhões são da responsabilidade directa Governo Regional.

O Investimento Público para 2009 representa um acréscimo de 19% em relação ao ano anterior. O aumento do esforço de investimento da componente atribuída aos departamentos governamentais é superior, traduzindo-se num acréscimo de 21,5% na dotação do Plano.

A dotação financeira afecta ao objectivo “Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos”, que inclui a programação para o domínio da Educação, Formação e da Qualificação Profissional, da Juventude, da Cultura, do Desporto e da informação e Comunicação Institucional, ascende a 190,0 milhões de euros, absorvendo 23,1% do valor global do Investimento Público.

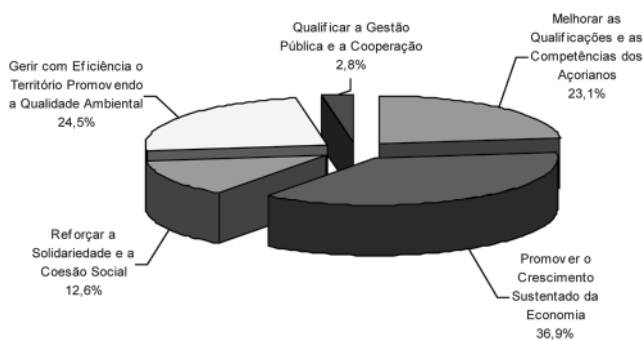
As áreas de intervenção que integram o objectivo “Promover o Crescimento Sustentado da Economia”, Agricultura e Florestas, Pescas, Turismo, Indústria, Comércio e Exportação, Inovação e Apoio Financeiro ao Investimento Privado, representam 36,9%, a que corresponde uma despesa prevista de 303,5 milhões de euros.

O objectivo “Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social” que integra os sectores da saúde, da solidariedade social e da habitação, dotado com 103,4 milhões de euros, representa 12,6% do valor global do Investimento Público.

Aos domínios do Ordenamento, Sistemas de Informação Geográfica, Ambiente e Energia, da Prevenção de Riscos e Protecção Civil e Acessibilidades, que promovem o objectivo “Gerir com Eficiência o Território promovendo a Qualidade Ambiental”, será afectada uma verba de 201,3 milhões de euros, a que corresponde 24,5% do valor global do Plano de Investimentos.

Para Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação, englobando as áreas da Administração Pública, Planeamento e Finanças, incluindo a Cooperação Externa e Comunidades, está consagrada uma dotação de 23,3 milhões de euros, representando 2,8% do valor global.

Repartição do Investimento Público por Grandes Objectivos de Desenvolvimento



Investimento público — 2009

Desagregação por objectivo

Euro

	Objectivo/Programa	Investimento	Plano	Outros Fundos
	<i>Total</i>	821 529 718	533 885 349	287 644 369
	Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos.	190 040 419	114 129 419	75 911 000
1	Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo	59 604 345	53 693 345	5 911 000
2	Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor	91 555 000	21 655 000	69 900 000
3	Juventude	5 008 033	5 008 033	
4	Património e Actividades Culturais	16 703 041	16 603 041	100 000
5	Desenvolvimento Desportivo.	15 715 000	15 715 000	
6	Informação e Comunicação	1 455 000	1 455 000	
	Promover o Crescimento Sustentado da Economia.	303 465 202	190 885 230	112 579 972
7	Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal.	122 263 924	58 053 314	64 210 610
8	Valorização do Mundo Rural	33 850 904	8 150 904	25 700 000
9	Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	29 882 241	24 100 282	5 781 959
10	Desenvolvimento do Turismo	29 816 916	29 816 916	
11	Fomento da Competitividade.	64 275 000	55 775 000	8 500 000
12	Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações	23 376 217	14 988 814	8 387 403
	Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social	103 398 587	83 998 587	19 400 000
13	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	18 439 240	16 439 240	2 000 000
14	Habituação	67 828 190	53 828 190	14 000 000
15	Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	17 131 157	13 731 157	3 400 000
	Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental	201 314 955	128 255 113	73 059 842
16	Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia	33 519 116	26 519 116	7 000 000
17	Protecção Civil.	7 972 262	7 972 262	
18	Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos.	49 955 220	45 012 000	4 943 220
19	Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos.	59 762 932	22 972 095	36 790 837
20	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	50 105 425	25 779 640	24 325 785
	Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação	23 310 555	16 617 000	6 693 555
21	Administração Pública, Planeamento e Finanças	20 972 555	14 279 000	6 693 555
22	Cooperação Externa e Migrações	2 338 000	2 338 000	

Desagregação por entidade proponente

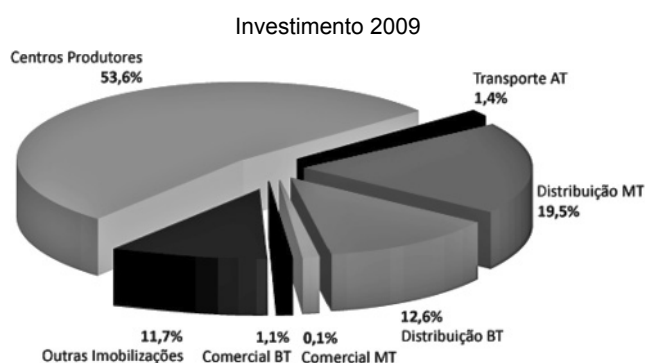
Euro

	Entidade/Programa	Investimento	Plano	Outros Fundos
	<i>Total</i>	821 529 718	533 885 349	287 644 369
	Presidência do Governo	25 504 074	25 404 074	100 000
3	Juventude	5 008 033	5 008 033	
4	Património e Actividades Culturais	16 703 041	16 603 041	100 000
6	Informação e Comunicação	1 455 000	1 455 000	
22	Cooperação Externa e Migrações	2 338 000	2 338 000	
	Vice-Presidência do Governo	20 972 555	14 279 000	6 693 555
21	Administração Pública, Planeamento e Finanças	20 972 555	14 279 000	6 693 555
	Secretaria Regional da Educação e Formação	75 319 345	69 408 345	5 911 000
1	Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo	59 604 345	53 693 345	5 911 000
5	Desenvolvimento Desportivo.	15 715 000	15 715 000	
	Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	81 303 699	67 973 076	13 330 623
12	Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações	23 376 217	14 988 814	8 387 403
17	Protecção Civil.	7 972 262	7 972 262	
18	Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos.	49 955 220	45 012 000	4 943 220
	Secretaria Regional da Economia	203 960 273	134 343 651	69 616 622
10	Desenvolvimento do Turismo	29 816 916	29 816 916	
11	Fomento da Competitividade.	64 275 000	55 775 000	8 500 000
19	Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos.	59 762 932	22 972 095	36 790 837
20	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	50 105 425	25 779 640	24 325 785
	Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social	177 822 430	91 922 430	85 900 000
2	Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor	91 555 000	21 655 000	69 900 000
13	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	18 439 240	16 439 240	2 000 000
14	Habituação	67 828 190	53 828 190	14 000 000

	Entidade/Programa	Investimento	Plano	Outros Fundos
	Secretaria Regional da Saúde.	17 131 157	13 731 157	3 400 000
15	Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde.	17 131 157	13 731 157	3 400 000
	Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.	156 114 828	66 204 218	89 910 610
7	Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal.	122 263 924	58 053 314	64 210 610
8	Valorização do Mundo Rural.	33 850 904	8 150 904	25 700 000
	Secretaria Regional do Ambiente e Mar.	63 401 357	50 619 398	12 781 959
9	Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca.	29 882 241	24 100 282	5 781 959
16	Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia.	33 519 116	26 519 116	7 000 000

Investimentos da EDA, S. A.

O montante global previsto, a custos directos, do investimento para 2009 é de 60 265 mil Euros, com 53,6 % afecto à Produção, 1,4 % ao Transporte AT, 19,5 % ao Transporte e Distribuição MT, 12,6 % à Distribuição BT, 0,1 % ao Comercial MT, 1,1 % ao Comercial BT e os restantes 11,7 %, a Outras Imobilizações.



Ao nível dos Centros Produtores destacam-se os investimentos em novos grupos para fazer face ao aumento da procura e obras de melhoramento das condições de exploração, sendo de realçar:

- Ampliação da Central Térmica do Aeroporto, com a conclusão da instalação do grupo VII, instalação do grupo VIII e início da instalação do grupo X, bem como a remodelação do sistema SCADA, a instalação do sistema de monitorização e remodelação da rede de efluentes líquidos;
- Obras de beneficiação da Central Térmica do Caldeirão, onde se destaca a beneficiação dos tanques de armazenamento de fuel pesado e a beneficiação de efluentes gasosos (2.ª Fase);
- Diversas obras de beneficiação da Central Térmica de Belo Jardim, onde se evidencia a instalação de um sistema de desnitrificação (1.ª Fase), a beneficiação das salas de máquinas 1 e 2, a remodelação sistema combate a incêndios e a adaptação da central para fuel IFO 380;
- Ampliação da Central Térmica do Caminho Novo, com a conclusão da instalação de dois novos grupos (grupos XI e XII) e a construção do centro de distribuição de São Jorge;
- Ampliação da Central Térmica do Pico, com a adaptação da central para fuel IFO 380 e pré-tratamento de fuelóleo, a conclusão da instalação do grupo VII e a remodelação dos serviços auxiliares;

- Ampliação da Central Térmica de Santa Bárbara, com a conclusão da instalação do grupo VIII, a revitalização dos sistemas comuns de combustível, a instalação de um grupo de emergência de 400 kVA, a instalação de sistema de monitorização em contínuo das emissões gasosas a continuação da instalação do sistema de combate a incêndios e *revapping* dos grupos 3, 4, 5 e 6;

- Continuação da construção de uma nova Central Termoelétrica nas Flores, compreendendo a construção de edifício para sala de máquinas, comando e controlo, subestação, parque de tanques de combustíveis e acessos, fornecimento de dois grupos geradores e respectivos equipamentos auxiliares, bem como todos os equipamentos de subestação.

Ao nível do Transporte AT destaca-se na ilha de São Miguel a Construção da Linha de Transporte 60 kV Subestação da Lagoa (SELG) — 30 Reis I.

No Transporte e Distribuição MT o investimento representará, em 2009, cerca de 19,5 % do total, ou seja 11.730 mil Euros, dos quais 1 548 mil Euros serão aplicados em Centros de Controlo e Telemedida, 3 498 mil Euros serão aplicados em Subestações e Postos de Seccionamento, 150 mil Euros em Linhas de Transporte e 6 015 mil Euros em Linhas de Distribuição.

Na Distribuição BT o investimento representará, em 2009, cerca de 12,6 % do total, tendo maior representatividade as obras em Postos de Transformação, com 2 724 mil Euros, e em Redes Rurais, com 2 701 mil Euros.

Destes investimentos, destacam-se os seguintes empreendimentos, por ilha e segmento de actividade:

• Ilha de Santa Maria

Subestações — Remodelação da Subestação do Aeroporto (SEAR).

Centros de Controlo e telemedida — Montagem de teleinterruptores na rede MT 10 kV.

• Ilha de São Miguel

Subestações — A reformulação do sistema de protecções da rede de 60kV, a remodelação da Subestação de Ponta Delgada e a remodelação dos sistemas de protecção comando e controlo da subestação de Vila Franca.

Centros de Controlo e Telemedida — A instalação de teleinterruptores na rede de 30 kV e remodelação do sistema de protecções do Centro de Comando da Subestação dos Milhafres.

Linhas de Distribuição — A empreitada de Remodelação da Rede MT 10 kV da Cidade de Ponta Delgada, a

remodelação da linha 10/30 kV do Cabouco, a remodelação da linha 10/30 kV de Água de Pau, a reformulação do seccionamento da Linha Sul desde o Posto de Seccionamento Areias até à Subestação das Furnas e diversas obras de ampliação da rede MT.

Postos de Transformação — A remodelação dos Postos de Transformação das linhas do Cabouco e de Água de Pau e diversas electrificações e alterações de potência em PT.

Redes Urbanas — Remodelação da Rede de Baixa Tensão da Cidade de Ponta Delgada (3.ª fase).

Redes Rurais — A remodelação da rede BT dos PT 162, 166 e 267 da Achada, dos PT 126 e 265 de Fazenda e do PT 165 da Salga, bem como diversas remodelações da rede BT.

• Ilha Terceira

Subestações — A 2.ª Fase da ampliação da capacidade de transformação da Subestação de Vinha Brava e a construção do centro de distribuição de Belo Jardim.

Transporte MT — Construção da linha de transporte a 30 kV Subestação Quatro Ribeiras — Subestação de Belo Jardim.

Centros de Controlo e telemedida — Instalação de teleterruptores na rede de 15 kV.

Linhas de Distribuição — A remodelação da linha MT Angra II, a conclusão da construção da saída de 15kV Subestação Vinha Brava (SEVB) São Bartolomeu (nó PT 95), a construção da saída subterrânea MT 15 kV da Subestação das Lajes, a remodelação da linha e ramais MT 15 kV Subestação Quatro Ribeiras — Serreta, a remodelação da rede subterrânea MT 15 kV da cidade de Angra do Heroísmo e diversas ampliações da rede MT.

Postos de Transformação — A remodelação dos PT afectos à saída Angra II, dos PT 11, 26, 40, 42, 45, 57 e 101 e as alterações de potências de outros PT.

Redes Rurais — A remodelação da rede BT de diversos PT, de onde se destacam os PTD 57 e 58 e diversas ampliações de rede.

• Ilha da Graciosa

Centros de Controlo e telemedida — Instalação de teleterruptores na rede de 15 kV;

Redes Rurais — Remodelação e ampliação da rede BT de diversos PT.

• Ilha de S. Jorge

Centros de Controlo e telemedida — Instalação de teleterruptores na rede de 15 kV;

Linhas de Distribuição — A construção da linha MT da central térmica de Caminho Novo ao Posto de seccionamento Relvinha, a construção do ramal aéreo MT 15 kVA — Canada do Cruzeiro — Urzelina e diversas ampliações da rede MT.

Postos de Transformação — A construção de PT AS 100kVA em Caminho Novo, Canada do Cruzeiro e Fajã e a electrificação e alteração de potências em diversos PT.

• Ilha do Pico

Subestações — A ampliação da Subestação de São Roque (celas 30 kV).

Centros de Controlo e telemedida — Instalação de teleterruptores na rede de 15 kV;

Linhas de Distribuição — A remodelação da linha e ramais MT 15 kVA S. Roque — Piedade e a remodelação da linha 15/30 kV Madalena — Bandeiras — Santo António.

Postos de Transformação — A remodelação dos PT da linha 15/30 kV Madalena — Bandeiras — Santo António, e a remodelação 15/30 kV dos PT linha MT S. Roque — Piedade.

Redes Urbanas — Remodelação da rede BT São Roque.

Redes Rurais — Remodelação das redes BT de São Caetano, Santa Luzia, Arrife, Silveira, Santana (Caminho de Cima) e Mirateca, bem como outras ampliações e remodelações BT.

• Ilha do Faial

Subestações e Postos de Seccionamento — Remodelação da Subestação de Santa Bárbara.

Centros de Controlo e telemedida — Instalação de teleterruptores na rede de 15 kV;

Linhas de Distribuição — A construção da nova saída Subterrânea MT 15 KV Horta — Subestação de Santa Barbara — PT 1010, a remodelação da Linha e Ramais MT 15 kV Horta — Cedros — PT 8 — PT 20 e a construção do desdobramento da Linha MT 15 kVA Horta — Varadouro (2.ª Fase).

Postos de Transformação — A remodelação do PT 5 e a electrificação e alteração de potências em PT.

Redes Rurais — Diversas ampliações de rede BT.

• Ilha das Flores

Postos de Seccionamento — Construção do Posto de Seccionamento de Santa Cruz.

Centros de Controlo e telemedida — Instalação de teleterruptores na rede de 15 kV;

Linhas de Distribuição — A construção das saídas MT 15 KV da nova Central das Flores e a remodelação da rede subterrânea MT 15 KV de Santa Cruz (2.ª Fase).

Postos de Transformação — A construção do PT do Outeiro de 200 kVA.

Redes Rurais — Remodelação das redes BT de Lajedo, Mosteiros e da Ponta Fajã.

• Ilha do Corvo

Redes Urbanas — Remodelação da rede BT — V. Nova do Corvo.

Investimento em renováveis

O Grupo EDA tem previsto um extenso plano de novos empreendimentos em aproveitamentos de energias renováveis, de que resulta um investimento total de cerca de 112,5 milhões de Euros e que, no actual estado de desenvolvimento das tecnologias conhecidas, maximiza a penetração de produção renovável nos pequenos e isolados sistemas eléctricos dos Açores.

A concretização de todos esses investimentos permitirá aumentar o peso das energias renováveis dos actuais 28% para cerca de 50% no total dos Açores e evitar a emissão de mais cerca de 160 mil toneladas de CO₂ por ano, até 2013.

IV — Desenvolvimento da programação

O Plano Regional Anual para 2009 estrutura-se em 22 Programas, que por sua vez integram 95 projectos e 503 acções.

Neste capítulo será apresentada a descrição de cada uma das acções previstas, o respectivo enquadramento em programa e projecto e as respectivas dotações financeiras.

Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos

Programa 1 — Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educativas e do Sistema Educativo

Programação Financeira

Euro

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Outros fundos
1 — Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educativas e do Sistema Educativo	59 604 345	53 693 345	5 911 000
1.1 — Construções Escolares	33 742 125	32 831 125	911 000
1.2 — Equipamentos Escolares	1 800 000	1 800 000	
1.3 — Formação Profissional	11 602 700	11 602 700	
1.4 — Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado	11 250 000	6 250 000	5 000 000
1.5 — Tecnologias da Informação e Comunicação	500 000	500 000	
1.6 — Reparação do Edifício Sede da SREF	33 020	33 020	
1.7 — Projectos Pedagógicos	676 500	676 500	

Programação Material

1.1 — Construções Escolares

1.1.1 — Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.

Transferências para os Fundos Escolares das Escolas para fins de obras de beneficiação e reabilitação e para intervenções específicas conforme Carta Escolar.

1.1.2 — Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1.º Ciclo (DLR n.º 32/2002/A, de 8 de Agosto)

Cooperação financeira entre a Administração Regional e a Administração Local nos termos do DLR n.º 32/2002/A, de 8 de Agosto.

1.1.3 — Reparação e Adaptação do Ensino Secundário da EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha

Conclusão do projecto para a empreitada de grande reparação e adaptação ao Ensino Secundário. Início da empreitada em 2010.

1.1.4 — Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3 Vila Franca do Campo

Empreitada de grande reparação e adaptação ao Ensino Secundário. Eliminação de pré-fabricados. Obra em execução. Conclusão da obra prevista para 2010.

1.1.5 — Construção da Nova EB2,3/S das Lajes do Pico

Conclusão da elaboração do projecto da nova EBS no ano de 2009 e início da empreitada em 2010.

1.1.6 — Construção da Escola Básica 1,2,3/JI de Ponta Garça

Construção de um novo edifício escolar em cumprimento da Carta Escolar e melhorar o sucesso escolar e combater o abandono precoce. Conclusão da obra em 2010.

1.1.7 — Construção da EB 1,2,3/JI de Água de Pau

Construção de um novo pólo escolar em Água de Pau em virtude da sobrelotação do Ensino Básico da Lagoa e para contribuir para a fixação da população, combater o abandono precoce e melhorar o sucesso escolar. Conclusão do projecto e início da empreitada.

1.1.8 — Construção da EB 2,3 Francisco F. Drumond — São Sebastião

Construção de uma EB2,3 a fim de permitir o descongestionamento da EB2,3 de Angra do Heroísmo e evitar a deslocação para Angra dos alunos das freguesias de São Sebastião, da Feteira e do Porto Judeu melhorando as condições de frequência e, consequentemente, o sucesso escolar. Conclusão da obra em 2010.

1.1.9 — Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/S de Velas

Conclusão do projecto para a obra de substituição dos edifícios existentes e construção de novos para o ensino Secundário. Início da empreitada em 2009.

1.1.10 — Assistência técnica e fecho financeiro

Custos com a assistência técnica dentro dos prazos de garantia das obras concluídas e a concluir.

1.1.11 — Requalificação da EB 3/S Antero de Quental

Reforço estrutural das coberturas do ginásio antigo e tratamento anti-térmitas da mesma.

1.1.12 — Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso

Aquisição de terrenos e conclusão da elaboração do projecto da nova EBI e início da obra em 2012.

1.1.13 — Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 1,2,3/S de São Roque do Pico

Grande reparação das instalações desportivas cobertas e arranjos exteriores da Escola. Ampliação da área escolar destinada ao 1.º Ciclo.

1.1.14 — Construção do pavilhão gimnodesportivo da EB1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas

Construção do pavilhão gimnodesportivo para apoio à Escola e à comunidade.

1.1.15 — Ampliação e Adaptação da EB2,3/S Cardeal Costa Nunes

Conclusão da 1.ª fase da obra de ampliação da EB2,3/S Cardeal Costa Nunes e da 2.ª fase correspondente à construção de um bloco para o 1.º ciclo do ensino básico.

1.1.16 — Construção da Escola Básica das Lajes das Flores

Construção das instalações para a Escola Básica das Lajes das Flores.

1.1.17 — Construção da Escola Básica da Ponta da Ilha — Pico

Aquisição terreno e elaboração do projecto.

1.1.18 — Requalificação das instalações para os 2.º e 3.º Ciclos da EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho

Grande reparação da EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho. Início da empreitada em 2009 e conclusão em 2011.

1.1.19 — Requalificação e construção do Auditório da EB/S de Vila Porto

Elaboração do projecto de execução e início do procedimento para lançamento da empreitada.

1.1.20 — Requalificação da Escola Básica Integrada Canto da Maia

Elaboração do projecto de requalificação.

1.2 — Equipamentos Escolares

1.2.1 — Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e para os Ensino Básico e Secundário

Aquisição de equipamento escolar para as Escolas. Transferências para os Fundos Escolares.

1.3 — Formação Profissional

1.3.1 — Formação do Pessoal Docente e não Docente

Formação do pessoal docente e não docente em serviço nas Escolas através de transferências para os Fundos Escolares.

1.3.2 — Formação e Apoio Social

Reforço da acção social escolar e formação profissional nos estabelecimentos de ensino.

1.4 — Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado

1.4.1 — Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado

Comparticipação regional nos custos do ensino profissional e apoios às instituições de ensino privado nos termos do D.L.R. n.º 26/2005/A, de 4 de Novembro.

1.4.2 — Escola Profissional das Capelas

Apoiar o ensino profissional na Escola Profissional de Capelas nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/A, de 6 de Março.

1.5 — Tecnologias da Informação e Comunicação

1.5.1 — Projectos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação

Continuar a desenvolver os projectos inerentes à implementação das TIC no âmbito do sector da educação, alargando a rede às escolas do 1.º ciclo.

1.6 — Reparação do Edifício Sede da SREF

1.6.1 — Recuperação da cobertura, revisão redes eléctricas, comunicações, vigilância e construção de anexo

Conclusão do projecto para a recuperação do edifício sede da SREF.

1.7 — Projectos Pedagógicos

1.7.1 — Avaliação do Sistema Educativo Regional

Pagamento de auditoria externa com vista à avaliação do sistema educativo regional.

1.7.2 — Projecto de Cooperação Transnacional — MAC 2007-2013

Investimentos no âmbito dos seguintes projectos de introdução de novas tecnologias nas escolas: Plataformas interactivas de educação especial; Competências educativas e tecnologias da informação e comunicação na Macaronésia; Rede de cooperação para o intercâmbio e produção de recursos educativos para o ensino básico e secundário da Macaronésia; Rede de cooperação para o intercâmbio e produção de recursos educativos para o ensino básico e secundário da Macaronésia.

1.7.3 — Projectos de Inovação Pedagógica

Aquisição de manuais escolares para o 1.º ciclo e elaboração de material de apoio para o currículo regional.

Programa 2 — Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor

Programação Financeira

Programa/Projectos	Euro		
	Investimento público	Plano	Outros fundos
2 — Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor.	91 555 000	21 655 000	69 900 000
2.1 — Emprego e Formação Profissional	91 555 000	21 655 000	69 900 000

Programação Material

2.1 — Emprego e Formação Profissional

2.1.1 — Formação Profissional

Acções de formação profissional para activos (trabalhadores, funcionários públicos desempregados) e formação profissional inicial.

2.1.2 — Escola de Formação Turística e Hoteleira

Conclusão da construção da Escola de Formação Turística e Hoteleira e aquisição de equipamentos.

2.1.3 — Programas de estágios profissionais

Programas de Estágios profissionais nos Açores (Estagiário L, T, U) e na Europa (Eurodisseia e Leonardo da Vinci).

2.1.4 — Programas de Emprego

Programas de fomento, manutenção e criação de emprego. Apoio ao emprego dirigido a público fragilizado.

2.1.5 — Adequação Tecnológica dos Serviços

Acções de adequação tecnológica dos Serviços.

2.1.6 — Defesa do Consumidor

Acções de promoção da defesa do consumidor.

2.1.7 — Estudos, Projectos e Cooperação

Estudos e projectos nas áreas de actuação da DR-TQPCD, em parceria, em particular, com entidades externas.

2.1.8 — Inspeção Regional do Trabalho

Reforço da capacidade inspectiva da IRT.

2.1.9 — Fomento da Empregabilidade em Rabo de Peixe

Apoio à dinamização do Mercado Social de Emprego em Rabo de Peixe.

2.1.10 — Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário, Subemprego e Trabalho Ilegal

Estudos e avaliação com vista à criação e implementação de um Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário, Subemprego e Trabalho Ilegal.

Programa 3 — Juventude

Programação Financeira

Euro

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Outros fundos
3 — Juventude	5 008 033	5 008 033	
3.1 — Juventude	5 008 033	5 008 033	

Programação Material

3.1 — Juventude

3.1.1 — Ocupação do Tempo Livre dos Jovens

Programas de juventude para ocupação dos tempos livres (OTL) para jovens, em particular durante as férias escolares, bem como programas de sensibilização pré-profissional.

3.1.2 — Apoio e Incentivo à Mobilidade dos Jovens

Concepção de programas e ou instrumentos que permitam aos jovens uma maior mobilidade entre as ilhas dos Açores, com o Continente Português e Madeira, com a Europa, com as comunidades açorianas na diáspora e com o resto do Mundo.

3.1.3 — Pousadas de Juventude dos Açores

Apoio às Pousadas de Juventude dos Açores. Obras de requalificação nas pousadas de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada.

3.1.4 — Apoio e Incentivo ao Associativismo dos Jovens

Programa de Incentivo e Apoio às actividades das Associações Juvenis.

3.1.5 — Sistema de Informação ao Jovem dos Açores

Apoio ao desenvolvimento do Sistema de Informação aos Jovens dos Açores.

3.1.6 — Apoio e Incentivo à Iniciativa dos Jovens

Apoio a grupos informais de jovens e às suas iniciativas individuais.

3.1.7 — Pousada de Juventude do Pico

Reconversão do Convento S. Pedro de Alcântara de S. Roque do Pico em Pousada de Juventude e arranjos exteriores.

3.1.8 — Pousada de Juventude de Santa Maria

Construção de uma pousada de juventude em Vila do Porto.

3.1.9 — Cidadania e Incentivo ao Voluntariado

Proporcionar meios que permitam a realização pessoal dos jovens, promovendo a existência de actividades que garantam o exercício da cidadania activa e do voluntariado.

3.1.10 — Desenvolvimento das Competências Tecnológicas e Empreendedorismo nos Jovens

Proporcionar meios que permitam o desenvolvimento de competências tecnológicas nos jovens, bem como o desenvolvimento de mecanismos que visem a promoção de spin-off e de start-ups de jovens empreendedores. Desenvolvimento do projecto tecnológico da Academia de Juventude de São Miguel.

3.1.11 — Incentivo à Criatividade e Empreendedorismo e Oficinas de Criação

Proporcionar meios de modo a que os jovens desenvolvessem as suas capacidades nas áreas do empreendedorismo cultural e tecnológico. Desenvolvimento da rede de oficinas de criação.

3.1.12 — Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação

Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação para o Plano da Juventude. Implementação do Observatório de Juventude, co-financiamento de projectos conjuntos com outros departamentos do Governo dos Açores nas áreas da cooperação externa e comunidades.

3.1.13 — Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis

Desenvolvimento de projectos e programas que promovam hábitos de vida saudáveis junto das camadas mais jovens da sociedade. Projectos a serem desenvolvidos em parceria com outros departamentos do governo.

3.1.14 — Academias de Juventude

Apoio à instalação da Academia de Juventude da Ilha Terceira com o co-financiamento da aquisição dos materiais e equipamentos. Apoio à dinamização da infra-estrutura.

3.1.15 — Intervenção Específica em Rabo de Peixe

Apoio ao desenvolvimento do Centro de Juventude de Rabo de Peixe.

Programa 4 — Património e Actividades Culturais

Programação Financeira

Euro

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Outros fundos
4 — Património e Actividades Culturais.	16 703 041	16 603 041	100 000
4.1 — Dinamização de Actividades Culturais.	3 335 000	3 235 000	100 000
4.2 — Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	13 368 041	13 368 041	

Programação Material

4.1 — Dinamização de Actividades Culturais

4.1.1 — Escolas de Formação

Apoio aos cursos de educação extra-escolar no âmbito da Portaria n.º 40/2002, de 16 de Maio.

4.1.2 — Edição de Obras de Cariz Cultural

Execução de edições da Direcção Regional da Cultura, sua divulgação em feiras do livro e eventos afins.

4.1.3 — Rede de Leitura Pública

Comparticipação nas despesas de criação e construção da Rede de Bibliotecas Municipais, incluindo a formação dos respectivos técnicos e aquisição de fundos bibliográficos. Realização de actividades de promoção do livro e da leitura.

4.1.4 — Bolsas para Formação Artística e Técnica

Concessão de bolsas para a formação de artistas e técnicos na área cultural ao abrigo do D.L.R. n.º 29/2006/A, de 8 de Agosto e da Portaria n.º 83/2006, de 23 de Novembro.

4.1.5 — Orquestra Regional dos Açores (Lira Açoriana)

Financiamento da Orquestra Regional dos Açores.

4.1.6 — Eventos de Iniciativa Governamental

Promoção de espectáculos na Região em diversas áreas culturais.

4.1.7 — Arte Contemporânea dos Açores — ArTca

Financiamento de intervenções ao nível da arte contemporânea com o objectivo de favorecer a sua criação e difusão, nomeadamente, através de exposições e oficinas pedagógicas.

4.1.8 — Apoios a Actividades de Relevante Interesse Cultural

Apoios a conceder a actividades consideradas de relevante interesse cultural no âmbito do D.L.R. n.º 29/2006/A de 8 de Agosto.

4.1.9 — Laboratório-Escola Móvel de Teatro

Apoio à formação e dinamização dos grupos de teatro existentes na Região.

4.1.10 — Dinamização das Actividades Culturais em Rabo de Peixe

Realização de actividades culturais em Rabo de Peixe, desenvolvendo no Teatro Miramar o ensino da música e encargos com infra-estruturas culturais.

4.2 — Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural

4.2.1 — Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural

Apoio ao restauro de bens móveis de valor cultural e de edifícios classificados, ao abrigo do DRR n.º 16/2000/A, de 30 de Maio.

4.2.2 — Inventário do Património Artístico e Cultural

Inventário, tratamento e estudo do património arquitectónico e artístico da Região.

4.2.3 — Classificação de Imóveis em Núcleos Protegidos

Apoios à consolidação e restauro dos imóveis situados em núcleos urbanos. Apoios ao abrigo do DLR n.º 14/2000/A, de 23 de Maio.

4.2.4 — Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo — Novas Instalações

Construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

4.2.5 — Investigação Arqueológica

Construção e gestão da carta arqueológica dos Açores. Instalação dos parques arqueológicos.

4.2.6 — Museus, Bibliotecas e Arquivos

Obras de reabilitação, ampliação e adaptação dos imóveis dos Museus e Bibliotecas. Elaboração e execução de projectos Museográficos. Aquisição de equipamentos para os diversos serviços periféricos.

4.2.7 — Museu do Pico — Museu dos Baleeiros

Ampliação do Museu dos Baleeiros nas Lajes do Pico.

4.2.8 — Salvaguarda do Património Baleeiro

Recuperação do património baleeiro. Execução do projecto Baleiaçor.

4.2.9 — Divulgação e Sensibilização do Património Cultural

Acções de promoção, divulgação e sensibilização para o património cultural da Região.

4.2.10 — Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos

Aquisição de conteúdos para enriquecimento dos fundos das Bibliotecas e Arquivos Regionais.

4.2.11 — Inventário e Tratamento dos Arquivos da Região

Aquisição de equipamento informático e formação para gestão dos arquivos regionais.

4.2.12 — Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais

Apoios à aquisição, beneficiação, ou construção de sedes e instalações de colectividades que prestam serviços na área da cultura, ao abrigo do DLR n.º 22/97/A, de 4 de Novembro.

4.2.13 — Recolhimento de Santa Bárbara — Museu Carlos Machado

Reconstrução e adaptação a novas funções do antigo edifício do Recolhimento de Santa Bárbara.

4.2.14 — Espaço Cultural Multiusos da ilha do Corvo
Construção do Espaço Cultural Multiusos.

4.2.15 — Centro de Arte Contemporânea — Arquipélago

Conclusão do projecto e aquisição de terreno para a construção do Centro de Arte Contemporânea.

4.2.16 — Museu da Graciosa — Ampliação das Instalações

Empreitada de construção da ampliação do Museu da Graciosa. Fiscalização da empreitada.

4.2.17 — Palácio de Santana — Conservação e Restauro
Projecto de restauro interior do Palácio.

4.2.18 — Reabilitação do Convento de S. Boaventura — Museu das Flores

Empreitada de reabilitação da cobertura do Convento São Boaventura e respectiva fiscalização.

4.2.19 — Casa Manuel de Arriaga

Projecto de consolidação e reconstrução do imóvel.

4.2.20 — Antigo Hospital da Boa Nova

Projecto de consolidação, restauro e adaptação do imóvel às novas funções.

4.2.21 — Execução de Protocolo com a Diocese de Angra

Apoio à reconstrução das igrejas e estruturas pastorais, das ilhas do Faial e Pico, afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998.

4.2.22 — Apoio financeiro a edifício de culto da IASD

Apoio financeiro para a construção de edifício de culto.

Programa 5 — Desenvolvimento Desportivo

Programação Financeira

Programa/Projectos	Euro		
	Investimento público	Plano	Outros fundos
5 — Desenvolvimento Desportivo	15 715 000	15 715 000	
5.1 — Instalações e Equipamentos	5 385 000	5 385 000	
5.2 — Actividades Desportivas	6 495 000	6 495 000	
5.3 — Promoção e Formação	3 835 000	3 835 000	

Programação Material

5.1 — Instalações e Equipamentos

5.1.1 — Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas

Apoios para a cobertura de campos de ténis, arrelva-mentos de campos de futebol e requalificação de polidesportivos e outras instalações.

5.1.2 — Parque Desportivo de São Miguel

Construção e beneficiação de instalações desportivas do Parque Desportivo de S. Miguel incluindo a aquisição de equipamentos.

5.1.3 — Parque Desportivo da Ilha Terceira

Construção e beneficiação de instalações desportivas do Parque Desportivo da Terceira incluindo a aquisição de equipamentos.

5.1.4 — Parque Desportivo do Faial

Construção e beneficiação de instalações desportivas do Parque Desportivo do Faial incluindo a aquisição de equipamentos.

5.1.5 — Modernização, Acessibilidades e Apetrechamento de Instalações

Nova descrição da acção: Apoio à informatização, equipamento e material desportivo para as Associações e Clubes; Aquisição de material desportivo para apetrechamento de instalações desportivas. Apoio à aquisição de viaturas por parte das Associações e Clubes; Beneficiação e equipamento dos Serviços centrais e externos da DRD.

5.1.6 — Apoio à Construção/Beneficiação de Pavilhões Desportivos e Sedes de Clubes e Associações Desportivas

Apoio à construção, beneficiação ou aquisição de pavilhões desportivos e sedes sociais de clubes e associações desportivas incluindo a aquisição de equipamentos.

5.1.7 — Requalificação do Estádio de S. Miguel

Aquisição do projecto e empreitada da cobertura do Estádio de S. Miguel e requalificação dos espaços envolventes incluindo a aquisição de material e equipamento.

5.1.8 — Construção do Estádio Mário Lino

Aquisição de terrenos.

5.1.9 — Requalificação do Estádio João Paulo II

Acções de requalificação do complexo desportivo.

5.2 — Actividades Desportivas

5.2.1 — Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região Autónoma dos Açores

Apoio suplementar a clubes participantes em campeonatos nacionais e utilizem atletas formados nos Açores ou no clube nos termos do DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho.

5.2.2 — Desporto Escolar

Organização, realização e participação nas actividades do desporto escolar incluindo a aquisição de material e equipamento e despesas de constituição de novos clubes.

5.2.3 — Alta Competição, Prémios de Classificação e Subidas de Divisão

Pagamento de prémios de classificação, manutenção, subida de divisão e apoios a alta competição nos termos do DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho.

5.2.4 — Actividade Física e Desportiva Adaptada

Promoção, desenvolvimento e apoio a projectos de actividade física e desportiva adaptada conforme DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho.

5.2.5 — Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais e Série Açores

Concessão de apoios financeiros à participação em quadros competitivos nacionais e Série Açores conforme DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho.

5.2.6 — Apoio às actividades das Associações Desportivas

Apoio às actividades competitivas de âmbito local, regional e nacional e outras do plano anual das Associações Desportivas.

5.2.7 — Dinamização de Actividades Desportivas em Rabo de Peixe

Apoio às acções no âmbito das actividades desportivas, aquisição de equipamento e material desportivo e beneficiação de infra-estruturas desportivas.

5.2.8 — Apoio à participação em Quadros Competitivos Nacionais — Rabo de Peixe

Concessão de apoios financeiros para a participação em quadro competitivo nacional conforme DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho para os clubes com sede em Rabo de Peixe.

5.3 — Promoção e Formação

5.3.1 — Congressos e Seminários, Estudos e Investigação

Organização, realização e participação em congressos ou actividades similares; Edição de estudos; Programas de apoio e investigação na área da actividade física e do desporto; Elaboração e edição das cartas que integram o Atlas.

5.3.2 — Estrutura Técnica Associativa

Apoio financeiro às associações desportivas e clubes para suportar encargos com técnicos.

5.3.3 — Eventos Desportivos, promoção e formação na área do desporto

Apoio financeiro a clubes e associações para promoção, formação e organização de eventos desportivos de relevante interesse promocional conforme o DLR n.º 14/2005/A de 5 de Julho. Apoio a mestrados e outros cursos especializados de nível superior.

5.3.4 — Jogos das Ilhas

Apoio aos projectos de preparação das selecções regionais e aquisição de material desportivo. Reuniões do Comité Organizador dos Jogos das Ilhas. Participação na XII Edição dos JDI — Elba 2009.

5.3.5 — Escolinhas do Desporto

Apoio à promoção e desenvolvimento do projecto “Escolinhas do desporto”.

5.3.6 — Actividades de Treino e Competição

Apoio ao desenvolvimento das actividades de enquadramento técnico, treino e competição dos escalões de formação dos clubes, encargos gerais com a utilização de instalações e equipamentos desportivos, e no âmbito da protecção aos desportistas.

5.3.7 — Actividade Física e Desportiva dos Adultos

Apoio à promoção, organização e desenvolvimento de actividades físicas e desportivas da população adulta.

Programa 6 — Informação e Comunicação

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Euro
			Outros fundos
6 — Informação e Comunicação	1 455 000	1 455 000	
6.1 — Apoio aos Media	1 300 000	1 300 000	
6.2 — Jornal Oficial	155 000	155 000	

Programação Material

6.1 — Apoio aos Media

6.1.1 — Promedia

Apoios aos órgãos de comunicação social privada e aos profissionais de comunicação pública ou privada.

6.1.2 — Promoção mediática dos Açores no Exterior

Assegurar a participação da RAA nas organizações de cooperação regional, interregional e outras de que faz parte ou em que participa. Apoio a entidades, pessoas, organizações ou eventos relevantes para a promoção da RAA no exterior.

6.1.3 — Apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão

Apoio regional ao serviço público de Rádio e Televisão.

6.1.4 — Portal do Governo

Gestão do Portal do Governo.

6.1.5 — Encontro de Órgãos de Comunicação Social/Área de Imprensa

Promoção de encontros, seminários e workshops auto-organizados por OCS da RAA.

6.2 — Jornal Oficial

6.2.1 — Disponibilização On Line do Jornal Oficial

Disponibilização Online do Jornal Oficial.

6.2.2 — Acesso à Base de Dados Jurídica

Apoio jurídico bibliográfico especializado.

Promover o Crescimento Sustentado da Economia

Programa 7 — Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal

Programação Financeira

Euro

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Outros fundos
7 — Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	122 263 924	58 053 314	64 210 610
7.1 — Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas . . .	51 114 681	20 225 500	30 889 181
7.2 — Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais	38 286 993	21 155 564	17 131 429
7.3 — Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	32 862 250	16 672 250	16 190 000

Programação Material

7.1 — Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas
7.1.1 — Reestruturação Fundiária

Estudos e Intervenções de Ordenamento Agrário e Fundiário, tendo em vista políticas de reestruturação e de ordenamento agrário, designadamente, pela criação de Perímetros de Ordenamento Agrário. Apoios da medida do eixo 3 do PRORURAL para promoção de actividades não agrícolas de valorização do património cultural. Melhoria de infra-estruturas locais de apoio à actividade económica e desenvolvimento local.

7.1.2 — Abastecimento de Água

Projectos, Construção e Requalificação de Sistemas de Abastecimento de Água destacando-se em Sta. Maria abertura e ligação de furos; em S. Miguel no âmbito do POA as intervenções na Lagoa do Carvão, a 1.ª fase de obras na freguesia de Fenais da Ajuda e a 2.ª fase na Lomba da Maia; Na ilha Terceira relevam as obras de abertura de furos e captação de água e ainda as intervenções em reservatórios; na ilha Graciosa a abertura de furo de captação; em S. Jorge várias intervenções relativas ao POA Beira/Rosais; no Pico para além de sondagem para furo de captação na Madalena há intervenções na S. A.A. das Lajes do Pico; no Faial e Corvo diversas obras de requalificação dos sistemas de abastecimento de água e nas Flores obras em Sta. Cruz e nos Cedros.

7.1.3 — Caminhos Agrícolas

Projectos, de construção e requalificação de caminhos agrícolas destacando-se: na ilha de São Miguel, beneficiação de caminhos agrícolas no P.O.A. Zona Central e no P.O.A da Bacia Leiteira de Ponta Delgada; na Ilha Terceira, beneficiação de caminhos agrícolas no P.O.A. de Altares/Raminho e no P.O.A de Cinco Ribeiras/Sta. Bárbara e nas restantes ilhas diversas intervenções de reparação e requalificação dos caminhos existentes.

7.1.4 — Electrificação Agrícola

Projectos de construção de sistemas eléctricos de apoio à actividade agrícola, designadamente, a electrificação de salas de ordenha através de redes de MT, PT's e redes BT.

7.1.5 — Caminhos Rurais

Construção e beneficiação (revestimento betuminoso e melhoria da rede de drenagem) de caminhos rurais.

7.1.6 — Infra-estruturas Florestais

Recuperação e beneficiação de caminhos florestais; Reabilitação de outras infra-estruturas florestais.

7.1.7 — Infra-estruturas dos Serviços

Melhoramentos das infra-estruturas.

7.1.8 — Infra-estruturas Fitossanitárias

Melhoramento das instalações do Laboratório Regional de Sanidade Vegetal. Fortalecimento das infra-estruturas fitossanitárias específicas em todos os SDA's. Renovação dos equipamentos afectos à qualidade e certificação vegetativa em toda a Região e prossecução dos trabalhos de construção do Laboratório Regional de Enologia no Pico.

7.1.9 — Infra-estruturas Veterinárias

Construção do Novo Laboratório Regional de Veterinária e melhoramento e construção de equipamentos nas diversas ilhas afectas às actividades veterinárias, de transporte, de bem-estar e de sanidade animal.

7.1.10 — Infra-estruturas de Abate

Investimentos na rede regional de abate.

7.1.11 — Parques de Exposições Agro-Comerciais

Início dos trabalhos de edificação dos parques de exposições agro-comerciais de S. Miguel e Terceira, e dos trabalhos de edificação/requalificação de parques de exposições / feiras agrícolas nas ilhas do Faial, S. Jorge e Pico e iniciação de estudos técnicos para acções semelhantes nas restantes ilhas.

7.1.12 — Estudos e Tecnologias de Informação e Comunicação

Realização de estudos no âmbito do sector agrícola e do desenvolvimento rural. Financiamento de sistemas e infra-estruturas de informação e comunicação de apoio aos sistemas de informação existentes na SRAF. Contratação do programa de recolha de candidaturas e apuramento de Ajudas Directas, Pagamentos Agro-Ambientais e Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas.

7.1.13 — Sistema de Informação Geográfica da Agricultura

Desenvolvimento de um sistema de informação geográfica no âmbito da Agricultura (projecto Cartograf).

7.2 — Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais

7.2.1 — Sanidade Animal

Assegurar os trabalhos conducentes à erradicação da brucelose e da leucose e a implementação de todos os Planos de Vigilância do foro Veterinário aplicados na Região, com destaque para a Vigilância à BSE, à Tu-

berculose, o Plano de Resíduos e o reforço obrigatório dos Plano de Controlo Plurianual Integrado e Plano de Controlo Oficial à Produção de Leite Cru. Garantir a operacionalização do Laboratório Regional de Veterinária e das Divisões de Veterinária em todas as ilhas no âmbito das obrigações oficiais da Sanidade Animal e da Higiene Pública Veterinária, bem como reforçar a implementação do Plano Global de Sanidade Animal, cumprindo as exigências da inspecção higio-sanitária a gestão de todos os sistemas de identificação animal na Região, bem como a garantia do bem-estar animal e segurança alimentar.

7.2.2 — Sanidade Vegetal

Garantir a protecção fitossanitária. Evitar a introdução, dispersão e a instalação de organismos de quarantena. Apoiar a certificação da batata de semente, aprovar o registo de variedades de diferentes espécies vegetais nos Catálogos Nacionais de Variedades. Divulgar as boas práticas de utilização de fitofármacos. Promover a divulgação técnica específica. Destaca-se ainda o reforço dos Programas de prospecção e combate aos organismos inimigos das culturas, o programa de vigilância e controlo de resíduos de pesticidas em produtos vegetais.

7.2.3 — Melhoramento Animal

Garantir a inscrição dos bovinos da raça Frísia na Região no Livro Genealógico Nacional. Assegurar o Contraste Leiteiro e sua supervisão.

Preservar a raça Bovina Autóctone do Ramo Grande. Continuar os programas de melhoramento genético das espécies de interesse zootécnico (bovinos, equídeos, suínos e ovinos) com destaque para o melhoramento animal dos bovinos de carne. Licenciamento e fiscalização dos subcentros de inseminação Artificial.

7.2.4 — Experimentação e Divulgação Agrária

Assegurar a execução de projectos de experimentação agrícola e pecuária. Garantir a divulgação e edição de folhetos, publicações, sessões técnicas de esclarecimento e emissão do Programa de Divulgação Agrária na RTP Açores. Promover e dinamizar a participação dos Açores em eventos de Feiras agrícolas e pecuárias.

7.2.5 — Valorização e Qualificação Profissional Agrária

Fomentar e realizar acções de formação qualificando profissionalmente os Jovens Agricultores; aperfeiçoar e melhorar a informação e os conhecimentos dos Agricultores em matérias específicas para o desenvolvimento da actividade de Empresário Agrícola, dotando-os de capacidade para a gestão e modernização das suas explorações, bem como dos técnicos que lhes prestam apoio, contribuindo para um melhor desempenho e qualificação profissional em toda a fileira agrícola e pecuária.

7.2.6 — Vulgarização e Extensão Rural

Reforçar a vulgarização agrária e a extensão rural de modo a contribuir para o fortalecimento da orientação das actividades agrárias, promovendo uma dinâmica empresarial agrícola e pecuária mais eficiente e competitiva dedicada à estrutura das explorações.

7.2.7 — Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola

Apoio no âmbito do PRORURAL a projectos da Medida 1.4 — Criação de Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola. Acompanhamento das contabilidades da RICA(A) e apuramento de resultados. Formação de técnicos na área de contabilidade agrícola. Apoio técnico aos agricultores que colaboram com a RICA.

7.2.8 — Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas

Encerramento dos projectos no âmbito do PRODESA (FEOGA-O) Medidas 2.1- Acção 2.1.5 e 2.2 — Acção 2.2.1. e 2.2.2.. Apoio a projectos no âmbito do PRORURAL (FEADER) — Eixo 1, medida 1.2 -Instalação de jovens agricultores, medida 1.5 — Modernização das explorações agrícolas, medida 1.10 — Restabelecimento do potencial agrícola afectado por calamidades e Eixo 2, medida 2.3 — Apoio a investimentos não produtivos. Pagamento da ajuda a reprodutores machos de raças de carne. Pagamento do Programa complementar aos projectos de investimento promovidos pelos agricultores destinado a eliminar os custos intercalares entre o investimento e o reembolso e do Plano de compensação financeira para fazer face aos encargos com os empréstimos destinados ao investimento nas explorações.

7.2.9 — Diversificação Agrícola

Incentivos complementares ao investimento nas explorações agrícolas que estimulem as produções que diversifiquem a produção agrícola regional bem como a especialização e alternativas de mercado em particular na área das culturas da beterraba sacarina e do tabaco. Gestão do Programa Apícola Nacional e apoio à reestruturação e reconversão da vinha (Organização de Mercado).

7.2.10 — Acompanhamento das Intervenções Comunitárias

Acompanhamento das intervenções comunitárias, nomeadamente a contrapartida da Região no Eixo 5 do PRORURAL — Assistência Técnica, que contempla as actividades de coordenação, informação, gestão, controlo, acompanhamento e avaliação do PRORURAL.

7.2.11 — Resgate da Quantidade de Referência

Pagamento de 50 % do resgate de quotas leiteiras a levar a cabo na RAA.

7.2.12 — Reforma Antecipada

Promoção de acções com vista à renovação e reestruturação das empresas agrícolas por via da medida Reforma Antecipada do PRORURAL (Pagamento aos agricultores que cessam a sua actividade agrícola).

7.2.13 — Incentivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA)

Renovação e reestruturação das empresas agrícolas, designadamente através de estímulos ao redimensiona-

mento e emparcelamento das explorações através do SI-CATE — Sistema de Incentivo à compra de Terras (DLR n.º 23/99/A, de 31 de Julho) e RICTA — Regime de Incentivos à Compra de Terras Agrícolas (DLR n.º 28/2008/A de 24 de Julho).

7.2.14 — Apoio às Organizações de Produtores

Apoio a acções de desenvolvimento promovidas por organizações de produtores.

7.2.15 — Promoção do Desenvolvimento Agrário em Rabo de Peixe

Contribuir para a valorização, animação e qualificação dos jovens do meio rural e dotar os agricultores com formação necessária à gestão e modernização das unidades agrícolas, no círculo restrito à freguesia de Rabo de Peixe, bem como promover a melhoria ambiental, higio-sanitária e de bem-estar animal das explorações agrícolas e pecuárias, na área da horticultura, fruticultura, agricultura biológica e apicultura, quer junto dos jovens, quer junto de produtores de Rabo de Peixe.

7.3 — Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais

7.3.1 — Apoio à Indústria Agro-Alimentar

Apoio aos projectos em execução ao abrigo do Programa PRODESA, Medida 2.2, Acção 2.2.4 e dos futuros projectos a aprovar ao abrigo do PRORURAL — Medidas 1.7, 1.8 e 1.9.

7.3.2 — Apoio ao Escoamento de Produtos da Indústria Agro-Alimentar

Ajudas destinadas ao escoamento dos excedentes de lacticínios produzidos na RAA (respectivamente no valor de 6,235 € por mil litros de leite) referente ao ano 2009.

7.3.3 — Regularização de Mercados

Regularização dos mercados agrícolas; Regularização do mercado de gado; Pagamento de ajuda aos adubos (com reforço para adubos de dispersão controlada); Pagamento dos juros dos Protocolos celebrados entre a SRAF e organizações de produtores da Região Autónoma dos Açores.

7.3.4 — Qualidade e Certificação

Acções de controlo das ajudas comunitárias; Gestão das Quotas Leiteiras; Desenvolvimento das acções relativas aos Prémios e Ajudas; Desenvolvimento das Acções de classificação de leite e de carcaças (realização de análises). Certificação e controlo de produtos que beneficiem de regimes de qualidade da União Europeia — DOP, IGP e ETG.

7.3.5 — Promoção de Produtos Açorianos

Promoção de produtos regionais no mercado externo, que compreende campanhas publicitárias aos lacticínios e à carne dos AÇORES. Lançamento do Plano Operacional de Marketing.

Programa 8 — Valorização do Mundo Rural

Programação Financeira

Programa/Projectos	Euro		
	Investimento público	Plano	Outros fundos
8 — Valorização do Mundo Rural	33 850 904	8 150 904	25 700 000
8.1 — Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural	10 158 444	2 458 444	7 700 000
8.2 — Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural	23 692 460	5 692 460	18 000 000

Programação Material

8.1 — Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia rural

8.1.1 — Diversificação da Economia Rural

Programa de Desenvolvimento Rural, no âmbito do FEADER — Eixos 3 e 4 — promover o apoio a projectos que visem a diversificação para actividades não agrícolas, criação de microempresas, o incentivo a actividades turísticas, criação de serviços básicos para a economia das populações, valorização do património natural, a promoção e a informação de agentes económicos que exerçam a sua actividade no âmbito da aplicação das medidas deste mesmo eixo, o apoio a projectos destinados a aquisição de competências com vista a executar as Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), acções de promoção e formação de animadores e pessoal envolvido na execução das ELD.

8.1.2 — Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural

Pagamento de compromissos já assumidos com projectos de arborização que transitam do PRODESA e PDRu e de novos compromissos com projectos no âmbito do PRORURAL.

8.1.3 — Fomento e Gestão dos Recursos Florestais

Gestão e beneficiação anual de cerca de 5.400 ha de pastagens baldias; Produção de plantas florestais (folhosas, resinosas e endémicas) para projectos de arborização; Continuação dos trabalhos no âmbito do “Programa de Melhoramento Florestal dos Açores”; Início da elaboração de um “Plano de Ordenamento da Floresta Açoriana” e de um “Plano de Sanidade Florestal”; Início da implementação de um “Centro de Multiplicação de Plantas” e de um “Projecto-piloto de Gestão Florestal Sustentável”; Fomento do SIG/DRRF como fonte de informação a utilizar por outros organismos públicos e privados.

8.2 — Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural

8.2.1 — Manutenção da Actividade Agrícola

Apoio no âmbito do FEADER — Eixo 2, medida 2.1 — Pagamentos aos Agricultores para compensar desvantagens noutras zonas que não as de montanha.

8.2.2 — Pagamentos Agro-Ambientais e Natura 2000

Assegurar no âmbito da aplicação do Programa de Desenvolvimento Rural ao abrigo do FEADER as

candidaturas à medida 2.2 — pagamentos agro-ambientais e Natura 2000 do Eixo 2.. Estes pagamentos destinam-se a compensar os agricultores dos custos incorridos com as perdas de rendimento, resultantes destes explorarem parcelas situadas nas Zonas da Rede Natura.

8.2.3 — Uso Múltiplo da Floresta

Gestão e manutenção das 30 Reservas Florestais de Recreio da Região; Valorização e requalificação de 7 Reservas Florestais de Recreio (criação de Centros de Divulgação Florestal e de outras infra-estruturas para utentes), no âmbito do PRORURAL; Produção em cativeiro de espécies cinegéticas (perdizes e codornizes) e piscícolas (truta arco-íris), para repovoamentos; Reforço da capacidade de fiscalização do Corpo dos Guardas Florestais da RAA; Continuação da implementação do “Estudo sobre a bioecologia e gestão das 5 principais espécies cinegéticas dos Açores”.

8.2.4 — Formação e Informação Florestal

Investimento na formação, informação e sensibilização formativa a temática florestal.

• Programa 9 — Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca

Programação Financeira

			Euro
Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Outros fundos
9 — Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	29 882 241	24 100 282	5 781 959
9.1 — Inspeção e Gestão ...	1 469 961	1 469 961	
9.2 — Infra-Estruturas Portuárias	14 347 383	12 911 207	1 436 176
9.3 — Frota	5 950 000	5 950 000	
9.4 — Produtos da Pesca	2 925 000	2 925 000	
9.5 — Formação Profissional	544 114	544 114	
9.6 — Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas.	4 645 783	300 000	4 345 783

Programação Material

9.1 — Inspeção e Gestão

9.1.1 — Fiscalização e Inspeção

Execução de acções periódicas (semanais / mensais) de fiscalização e sensibilização dos pescadores em todas as ilhas da RAA. Melhoramento de equipamento e material inspectivo, condições de operacionalidade dos inspectores, nomeadamente acções de formação ao nível das tecnologias da pesca, elaboração de bases de dados e de manuseamento do MONICAP e SIFICAP na óptica do utilizador.

9.1.2 — Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras entidades

Protocolos de Cooperação celebrados com o IMAR, para a gestão e exploração do N/I “Arquipélago” e da

L/I “Águas Vivas” e execução dos projectos Demersais e do Programa de Observação de Cetáceos dos Açores (POPA). Protocolo celebrado com a UA (Secção de Biologia Marinha) para o estudo da viabilidade da lapa em aquicultura intensiva. Protocolo de colaboração técnica celebrado com o Observatório do Mar (OMA). Celebração de protocolos com outras entidades para a realização de estudos/projectos no âmbito das pescas. Apoio ao Centro do Mar.

9.1.3 — Congressos e Exposições

Realização da Expopescas, Feira do Mar e de diversos encontros científicos e de profissionais para análise e debate de assuntos relacionados com o sector das pescas. Realização da Semana do Pescador.

9.1.4 — Tribunal Europeu

Encargos decorrentes da interposição do recurso, no Tribunal de Justiça Europeu, na sequência da decisão do Tribunal de primeira Instância das Comunidades Europeias a uma acção interposta pelo Governo Regional, com vista à recuperação da exclusividade da pesca na ZEE dos Açores.

9.1.5 — Sistema de Acompanhamento Electrónico

Desenvolvimento de um sistema piloto para monitorização da actividade da pesca de embarcações inferiores a 15 metros na Região Autónoma dos Açores, permitindo em tempo quase real a sua localização através de sistema de localização por GPS.

9.2 — Infra-Estruturas Portuárias

9.2.1 — Portos da Região

Realização de intervenções em infra-estruturas e equipamentos portuários.

9.2.2 — Programa de Apoio à Actividade Marítimo Portuária no Sector das Pescas

Contrato programa celebrado com a LOTAÇOR para apoio à actividade marítimo portuária no sector das pescas.

9.2.3 — Protocolos com Associações do Sector

Celebração de protocolos para a gestão dos portos de pesca: Cooperativa Porto de Abrigo: Portos de Rabo de Peixe, Maia, Porto Formoso e Mosteiros; Cooperativa de Economia Solidária: Porto da Ribeira Quente; Associação Terceirense de Armadores: Portos da Terceira; Associação dos Pescadores Santa Maria: Portos de Santa Maria; Associação de Pescadores Florentinos: Portos das Flores; Associação Armadores Pesca Artesanal Pico: Portos do Pico.

9.2.4 — Cooperação com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais

Celebração de Acordos de Cooperação com Juntas de Freguesia para apoio aos portos de pesca. Celebração de Contratos ARAAL com Câmaras Municipais.

9.2.5 — Cooperação com a Direcção de Faróis

Protocolo entre a SRAM e a Autoridade Marítima Nacional com vista à prestação de serviços de assinalamento marítimo dos portos da Região.

9.2.6 — Programa Regional de Requalificação e Ampliação dos Portos de Pesca

Conclusão das obras nos portos de Vila Franca e Porto Formoso (S. Miguel), São Mateus e São Fernando (Terceira), Fajã do Ouvidor e Urzelina (S. Jorge). Conclusão da construção das casas de aprestos e início da construção da nova lota na Praia (Graciosa). Construção do edifício da Lota e Entrepasto Frigorífico no Corvo. Construção de casas de aprestos e oficina na Madalena (Pico) e construção de casas de aprestos em Ponta Delgada. Construção do núcleo de pescas e início da requalificação do entreposto frigorífico em Vila do Porto (Santa Maria). Início da construção do núcleo de pescas das Velas (Ilha de S. Jorge). Investimentos em infra-estruturas e equipamentos de apoio ao sector das pescas em diversas zonas portuárias.

9.3 — Frota

9.3.1 — Plano Regional de Renovação e Modernização da Frota de Pesca

Atribuição de apoios financeiros para a renovação e modernização da frota de pesca da R.A.A. Pagamento despesas relativas ao acesso ao Sistema de Informação das Pescas (Si2P) e à aquisição de serviços informáticos necessários à gestão da frota.

9.3.2 — FUNDOPESCA

Atribuição de subsídios aos pescadores quando as condições climáticas impeçam o normal exercício da actividade.

9.3.3 — Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local

Atribuição de uma compensação financeira aos armadores das embarcações da pesca local, registadas em portos da Região Autónoma dos Açores cuja propulsão seja exclusivamente por motores fora de borda a gasolina.

9.4 — Produtos da Pesca

9.4.1 — Cooperação Externa

Protocolos com associações para representação da Região em fóruns nacionais, comunitários e internacionais. Apoio à deslocação de embarcações para outras zonas de pesca.

9.4.2 — Mercados e Comercialização

Concessão de apoios às associações de armadores ou pescadores de todas as ilhas pelo serviço que prestam na gestão e no desenvolvimento do sector das pescas. Apoio à comercialização de pescado e à instalação de pescarias nas ilhas do Pico, Flores e São Jorge.

9.4.3 — Transformação e Aquicultura

Apoio ao sector da transformação, comercialização e aquicultura.

9.4.4 — Apoio ao Desenvolvimento de Pescarias de Profundidade

Apoiar a diversificação da actividade das embarcações registadas na RAA para a captura de espécies de grande

profundidade, nomeadamente peixe-espada preto, melga e escamuda, com vista a introduzir no mercado novos tipos de produtos da pesca.

9.4.5 — Regime de Compensação ao Escoamento dos Produtos da Pesca das Ilhas de Coesão

Atribuição de uma ajuda regional ao escoamento dos produtos da pesca capturados pelas embarcações que se encontram registadas e que operam nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo.

9.5 — Formação Profissional

9.5.1 — Divulgação

Acções de divulgação relacionadas com o sector das pescas. Apoio a publicação de livros relacionados com a temática da pesca.

9.5.2 — Formação

Realização de acções de formação profissional destinadas a pescadores de todas as ilhas do arquipélago. Pagamento de prémios de seguros e despesas de operação e reparação da embarcação FORMAR. Celebração de um protocolo com o OMA ou LOTAÇOR para a gestão da tripulação do FORMAR. Celebração de um protocolo com o IMAR para apoiar a realização do curso de especialização tecnológica de operador marítimo turístico (CET opMar). Celebração de protocolos com outras entidades no âmbito da formação profissional.

9.5.3 — Estruturas e Equipamentos

Investimentos em estruturas e equipamentos de apoio administrativo ao sector das pescas.

9.6 — Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas

9.6.1 — Apoio ao Investimento no Âmbito dos Projectos FEP

Comparticipação de projectos promovidos por entidades públicas e privadas no âmbito do Programa Operacional PROPECAS.

Programa 10 — Desenvolvimento do Turismo

Programação Financeira

Programa/Projectos	Euro		
	Investimento público	Plano	Outros fundos
10 — Desenvolvimento do Turismo	29 816 916	29 816 916	
10.1 — Promoção Turística	10 775 000	10 775 000	
10.2 — Oferta e Animação Turística	650 000	650 000	
10.3 — Investimentos Estratégicos	18 391 916	18 391 916	

Programação Material

10.1 — Promoção Turística

10.1.1 — Estudos e Concertação da Política de Turismo

Desenvolvimento de estudos de natureza científica e jurídica de forma a melhor conhecer e desenvolver a oferta turística regional. Acções de coordenação e di-

vulgação das linhas orientadoras da política do turismo, junto dos intervenientes do sector, agentes públicos e privados.

10.1.2 — Informação Turística

Melhorar a prestação dos serviços de informação turística recorrendo às novas tecnologias e tornando mais atractivos os respectivos espaços.

10.1.3 — Eventos Promocionais

Participação concertada com a Associação Turismo Açores em feiras de turismo de âmbito geral e temático e outros eventos de promoção, para divulgação da oferta turística da Região. Prevê-se a presença dos Açores em acções desta natureza, nomeadamente, nos seguintes mercados: Continente Português, Reino Unido, Alemanha, Irlanda, França, Itália, Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Espanha, EUA, Canadá.

10.1.4 — Viagens Educacionais

Organização concertada com a ATA — Associação de Turismo Açores e os agentes do sector de viagens de familiarização/conhecimento com operadores turísticos, jornalistas, equipas de televisão, *opinion leaders*, com o objectivo de conhecerem a oferta turística e procederem à sua comercialização/divulgação.

10.1.5 — Materiais de Promoção

Produção e aquisição de materiais de promoção turística e edição de roteiros temáticos enquadrados num âmbito promocional da Região, interna e externamente.

10.1.6 — Campanhas Publicitárias

Celebração de contratos-programa para concessão de apoios a entidades desportivas que participam em provas nacionais. Celebração de contratos-programa com associações sem fins lucrativos para desenvolvimento de planos de promoção e animação turística. Protocolo com o Turismo de Portugal com vista à concessão de apoios aos operadores estrangeiros para desenvolvimento de acções de promoção. Divulgação dos Açores através dos meios de comunicação social, regional, nacional e internacional.

10.2 — Oferta e Animação Turística

10.2.1 — Estruturas Físicas de Apoio

Estudo, produção e colocação de sinalética das várias rotas temáticas elencadas no POTRAA — Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores. Implementação de várias rotas geoturísticas. Limpeza e manutenção dos percursos pedestres nas diversas ilhas. Identificação de novos percursos. Acompanhamento técnico dos trabalhos referidos. Edição de materiais específicos dos percursos. Celebração de acordos de cooperação com Juntas de Freguesia para desenvolvimento de acções de requalificação da oferta turística.

10.2.2 — Animação Turística

Desenvolvimento de acções de animação de natureza cultural, desportiva com interesse para o turismo e que promovam o aumento da estadia média do visitante e a requalificação da oferta.

10.3 — Investimentos Estratégicos

10.3.1 — Iniciativas Diversas

Regime de financiamento público de iniciativas com interesse para a promoção do destino turístico nos Açores (DLR n.º 18/2005/A de 20 de Julho). Contratos-programa de investimento com interesse para o desenvolvimento do turismo dos Açores (DLR n.º 30/2006/A de 8 de Agosto).

10.3.2 — Centro Cultural e de Congressos

Apoio ao desenvolvimento do mercado de congressos nos Açores. Contrato de Gestão de Serviços de Interesse Económico Geral relativo ao Desenvolvimento da Oferta Cultural, da Animação Turística da Região e de Promoção do Destino Turístico.

10.3.3 — Desenvolvimento dos Recursos Termais

Acções de apoio ao desenvolvimento dos recursos termais com interesse para a exploração turística, nomeadamente com intervenção física em diversas termas, como a Ferraria e o Carapacho.

10.3.4 — Remodelação e Ampliação da Marginal e Parque Turístico e Ambiental do Paul — Praia da Vitória

Contrato ARAAL de Colaboração celebrado com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, relativamente a um conjunto de intervenções tendentes à Requalificação da Avenida Marginal e do Parque Ambiental do Paul, conselho da Praia da Vitória.

Programa 11 — Fomento da Competitividade

Programação Financeira

Programa/Projectos	Euro		
	Investimento público	Plano	Outros fundos
11 — Fomento da Competitividade	64 275 000	55 775 000	8 500 000
11.1 — Sistemas de Incentivos	44 800 000	36 300 000	8 500 000
11.2 — Apoio ao Empreendedorismo	75 000	75 000	
11.3 — Qualidade e Inovação Tecnológico	350 000	350 000	
11.4 — Apoio à Actividade Empresarial	18 670 000	18 670 000	
11.5 — Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	300 000	300 000	
11.6 — Micro Crédito	30 000	30 000	
11.7 — Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	50 000	50 000	

Programação Material

11.1 — Sistemas de Incentivos

11.1.1 — Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores — SIDER

Incentivos relativos a projectos aprovados no âmbito do SIDER e encargos resultantes do acompanhamento dos programas.

11.1.2 — Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo — Empreende Jovem

Incentivos relativos a projectos aprovados no âmbito do Empreende Jovem, bem como encargos com o acompanhamento do programa.

11.1.3 — Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos

Incentivos do sistema de apoio à promoção de produtos açorianos.

11.1.4 — Sistema de Incentivos ao Artesanato

Apoio financeiro a projectos de formação, de participação em feiras, de promoção e de investimento em unidades produtivas artesanais.

11.2 — Apoio ao Empreendedorismo

11.2.1 — Dinamização do Espírito Empreendedor

Fomento do espírito empreendedor junto dos jovens, mediante a realização de acções diversas, designadamente através do Concurso Regional de Empreendedorismo.

11.3 — Qualidade e Inovação Tecnológica

11.3.1 — Dinamização do Sistema Tecnológico

Apoio à investigação e desenvolvimento tecnológico, transferência da tecnologia às empresas e controlo metrológico.

11.3.2 — Promoção da Qualidade

Implementação das acções decorrentes da Estratégia Regional para a Qualidade, apoio à implementação de sistemas de gestão pela qualidade, promoção de boas práticas no sector industrial, apoio no desenvolvimento de planos de formação para o tecido empresarial, promoção da qualidade em cooperação com outras entidades e desenvolvimento de programas de segurança alimentar.

11.4 — Apoio à Actividade Empresarial

11.4.1 — Valorização dos Recursos Geológicos

Avaliação, protecção, caracterização e qualificação de recursos geológicos. Elaboração do plano sectorial da indústria extractiva.

11.4.2 — Divulgação das Potencialidades Económicas da Região

Encargos decorrentes do Centro de Distribuição de Produtos Açorianos, no Continente. Apoio à Loja dos Açores, participação em feiras e exposições, e realização de acções promocionais dos produtos açorianos.

11.4.3 — Mobilização da Iniciativa Empresarial e Captação de Investimento

Promoção de parcerias com associações empresariais, desenvolvimento de acções para incrementar a produtividade e competitividade do sector empresarial. Contrato-programa com a APIA — Agência de Promoção do Investimento nos Açores.

11.4.4 — Informações ao Investidor

Acções de divulgação dos sistemas de incentivos e de toda a informação relevante para o sector empresarial.

11.4.5 — Apoio ao Cooperativismo

Prestação de apoio técnico às cooperativas e divulgação de informação relevante para o sector.

11.4.6 — Estudos e Projectos

Elaboração de estudos para análise do impacto das diversas políticas na estrutura da economia regional e de estudos conducentes à adopção de novas estratégias de desenvolvimento.

11.4.7 — Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Económica

Apoio à fase start-up de iniciativas empresariais de carácter inovador. Transferências para o FRACDE — Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico.

11.5 — Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais

11.5.1 — Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais

Formação profissional em artesanato; formação específica em actividades artesanais e transversais a esta área.

11.5.2 — Divulgação e Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios

Campanhas promocionais: edição e reedição de publicações de carácter científico, técnico e promocional; produção de embalagens/sacos e de filme promocional do artesanato dos Açores; realização de actividades promocionais do artesanato dos Açores na Loja Açores; Parcerias técnico-financeiras com entidades responsáveis pela dinamização de unidades produtivas artesanais. Feiras de artesanato regionais, nacionais e nas Comunidades; Mostra de Artesanato da Macaronésia.

11.5.3 — Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais

Acompanhamento técnico dos produtos já certificados e certificação de novas produções artesanais. Edição de publicações para a promoção de produtos certificados.

11.6 — Micro Crédito

11.6.1 — Regime de Apoio ao Micro Crédito Bancário

Pagamento dos encargos resultantes da execução do Regime de Apoio ao Micro Crédito Bancário.

11.7 — Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia

11.7.1 — Equipamentos da Secretaria Regional da Economia

Aquisição de diverso equipamento de apoio ao atendimento ao público e às empresas.

**Programa 12 — Ciência, Tecnologia, Sistemas
de Informação e Comunicações**

Programação Financeira

Euro

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Outros fundos
12 — Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações	23 376 217	14 988 814	8 387 403
12.1 — Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	21 987 403	13 600 000	8 387 403
12.2 — Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE.	250 000	250 000	
12.3 — Comunicações	626 500	626 500	
12.4 — Cartografia.	512 314	512 314	

Programação Material

12.1 — Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores

12.1.1 — Apoio a Instituições de Investigação Científica (INCA)

Apoio ao, reforço das equipas de investigação e reequipamento das Unidades de I&D Acreditadas. Criação, manutenção e desenvolvimento de núcleos especializados de I&D, pólos e redes de observação e monitorização.

12.1.2 — Projectos de Investigação Científica com Interesse para o Desenvolvimento Sustentável dos Açores (INCITA)

Projectos de investigação científica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores.

12.1.3 — Apoio à Formação Avançada

Bolsas de investigação científica e tecnológica para a empregabilidade e formação, dirigidas para doutorados, licenciados e técnicos de investigação. Apoio à fixação de bolseiros na RAA. Apoio à organização de reuniões científicas na RAA.

12.1.4 — Apoio a Infra-Estruturas de Divulgação Científica e Tecnológica

Criação e desenvolvimento de infra-estruturas de divulgação da C&T. Projectos para o desenvolvimento do ensino experimental das ciências.

12.1.5 — Iniciativas de I&D de Contexto Empresarial

Desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas, designadamente no âmbito do Parque Tecnológico da ilha Terceira (elaboração do projecto) e Parque tecnológico de S. Miguel (construção). Apoio a projectos de investigação em contexto empresarial.

12.1.6 — Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e da Comunicação

Necessidades de competências básicas em TIC. Melhoria das acessibilidades às TIC. Espaços TIC e Escolas Digitais. Concepção e produção de conteúdos multimédia e Rede Int. Apoio ao Cidadão.

12.1.7 — Apoio à Integração dos Cidadãos Portadores de Deficiência na Sociedade do Conhecimento

Aquisição de equipamentos na área das TIC para cidadãos portadores de deficiência. Reequipamento de infra-estruturas destinadas a cidadãos portadores de deficiência e com necessidades educativas especiais.

12.1.8 — Apoio ao Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores

Comparticipação financeira para o desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores.

12.1.9 — Construções Universitárias da Terceira e da Horta

Comparticipação financeira para as despesas da Universidade dos Açores, com a construção e equipamento do campus universitário de Angra do Heroísmo e para as obras de reconstrução do Hospital Walter Bensaúde (Horta).

12.1.10 — Apoio a Projectos Tecnológicos e Bolsas de Investigação

Bolsas individuais de investigação (formação avançada), apoio à gestão dos Centros de Ciência Viva, pagamentos da Colectora Central do GOV. e projectos comunitários em conclusão, no âmbito do POSC e QCA III.

12.2 — Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE

12.2.1 — Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE

Reestruturação dos sistemas informáticos da SRCTE.

12.2.2 — Sistemas de Informação e Comunicações da SRCTE

Desenvolvimento de sistemas de informação e comunicação da SRCTE.

12.3 — Comunicações

12.3.1 — Promoção/Divulgação/Cooperação

Seminários, exposições e similares.

12.3.2 — Estação de Rastreio de Satélites de Santa Maria

Aquisição de terrenos.

12.3.3 — FIBRIMAC — Anillo de Fibra Óptica

Anillo de Fibra Óptica.

12.4 — Cartografia

12.4.1 — Geodesia e Cartografia

Execução e actualização das séries cartográficas 1/5.000, 1/50.000 e 1/200.000 da RAA. Manutenção da REPRAA e adequação às necessidades actuais dos referenciais planimétricos e altimétricos da RAA.

12.4.2 — Cadastro Predial

Execução do cadastro predial. Informatização dos Serviços de Cadastro.

12.4.3 — RAEGE

Implementação de uma Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais.

12.4.4 — Projectos Comunitários Transnacionais

Execução de voos aerofotogramétricos e actualização de ortofotos. Criação de um portal de divulgação de informação geográfica. Conversão de informação geográfica analógica para digital. Simplificação, desburocratização e optimização da execução, conservação e disponibilização do Cadastro Predial.

Programa 13 — Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Euro
			Outros fundos
13 — Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	18 439 240	16 439 240	2 000 000
13.1 — Equipamentos de Apoio a Idosos	4 750 000	4 750 000	
13.2 — Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude	2 030 000	2 030 000	
13.3 — Equipamentos de Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	3 410 000	3 410 000	
13.4 — Equipamentos de Apoio à Família, Comunidade e Serviços	6 893 240	4 893 240	2 000 000
13.5 — Igualdade de Oportunidades	1 356 000	1 356 000	

Programação Material

13.1 — Equipamentos de Apoio a Idosos

13.1.1 — Construção de edifício para lar de idosos, centro de dia e serviço de apoio domiciliário nos Arrifes

Construção, de raiz, de novo edifício em terreno a adquirir para o efeito.

13.1.2 — Reconstrução do Claustro Sul do Recolhimento de São Gonçalo

Reconstrução do claustro sul do edifício do antigo Convento de São Gonçalo.

13.1.3 — Remodelação e adaptação de edifício para lar de idosos na Praia da Vitória

Reconstrução quase total do edifício do antigo Tribunal da Praia da Vitória, para ampliação da capacidade de apoio a idosos em lar.

13.1.4 — Criação de Lar de Idosos na Calheta

Criação de uma nova unidade de lar de idosos na Vila da Calheta.

13.1.5 — Remodelação e ampliação de edifício para criação lar de idosos nas Lajes do Pico

Remodelação e ampliação de edifício para criação de uma nova unidade de lar de idosos nas Lajes do Pico.

13.1.6 — Construção de lar de Idosos nas Lajes das Flores

Construção de edifício para alojamento dos utentes do actual lar de idosos, que funciona em condições muito precárias.

13.1.7 — Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa

Cumprimento dos apoios legalmente previsto de apoio à iniciativa privada na área de idosos.

13.1.8 — Projecto de Implementação da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos dos Açores

Apoio à implementação da rede de cuidados continuados dos Açores.

13.1.9 — Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equipamentos Sociais de Apoio aos Idosos

Apoios a Instituições Particulares de Solidariedade Social e Equiparadas, para pequenos investimentos na área de idosos.

13.2 — Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude

13.2.1 — Construção de edifício para creche em Vila Porto

Construção de edifício para criação de uma creche em Santa Maria.

13.2.2 — Construção de novo edifício para creche em Ponta Delgada

Construção de novo edifício para instalação da creche existente, que funciona em condições precárias e aumento de capacidade.

13.2.3 — Construção de creche e atelier de tempos livres nos Arrifes

Construção de novo edifício em terreno da Paróquia.

13.2.4 — Construção de edifício para creche e serviço de apoio domiciliário nas Capelas

Construção de novos edifícios, em terreno adquirido para o efeito.

13.2.5 — Construção de edifício p/centro de acolhimento, atelier de tempos livres e residência Irmãs na Povoação

Reconstrução total de edifício propriedade do CGFSS, para criação de novos equipamentos sociais.

13.2.6 — Construção de edifício para convívio de idosos, atelier de tempos livres e creche no Pico da Pedra

Construção de edifício em ampliação a outro existente, para criação de novos equipamentos sociais e melhoria do actual centro de convívio.

13.2.7 — Remodelação do edifício da creche e jardim-de-infância na freguesia de Terra-Chã

Remodelação global de edifício, para conversão de um equipamento de jardim-de-infância para creche.

13.2.8 — Remodelação e melhoramento em 3 centros de acolhimento de jovens em Angra do Heroísmo

Recuperação e melhoramento de três centros de acolhimento de jovens em Angra.

13.2.9 — Construção edifício p/creche, jardim e centro de actividades ocupacionais em Sta. Cruz da Graciosa

Construção de edifícios para os equipamentos já existentes, em terreno adquirido há alguns anos.

13.2.10 — Construção de edifício para atelier de tempos livres e centro convívio, nos Toledos, Madalena

Comparticipação na construção de um edifício, para criação de melhores condições de funcionamento dos equipamentos sociais existentes.

13.2.11 — Construção de edifício p/instalação de creche, sala de jardim e atelier de tempos livres em S. Roque do Pico

Construção de novo edifício para reconversão de equipamento de jardim em creche, 1 sala de jardim e ATL, em terreno da Sta. Casa da Misericórdia de São Roque.

13.2.12 — Construção de edifício para creche, convívio e serviço de apoio domiciliário na freguesia dos Flamengos, Horta

Construção de edifício para criação de novo equipamento de creche e melhores instalações para o centro de convívio e SAD existentes.

13.2.13 — Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa

Apoios legalmente previstos de apoio à iniciativa privada na área da infância e juventude.

13.2.14 — Projecto de implementação do sistema de acolhimento dos Açores

Apoio à implementação do sistema de acolhimento de jovens nos Açores.

13.2.15 — Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude

Apoios a Instituições Particulares de Solidariedade Social e Equiparadas, para pequenos investimentos na área da infância e juventude.

13.3 — Equipamentos de Apoio aos Públicos com Necessidades

13.3.1 — Construção de edifício p/lar residencial para cidadãos portadores de deficiência em Ponta Delgada

Construção de edifício para residência os cidadãos deficientes, permitindo um melhor apoio àqueles que não têm familiares.

13.3.2 — Construção edifício para centro actividades ocupacionais, cozinha e lavandaria, em Vila Franca

Construção de um centro de actividades ocupacionais com capacidade para 50 utentes, para apoiar todo o concelho de Vila Franca.

13.3.3 — Construção de centro de actividades ocupacionais da Ribeira Grande

Recuperação total de edifício antigo e sua adaptação, para a instalação do actual centro de actividades ocupacionais da Ribeira Grande.

13.3.4 — Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa

Cumprimento dos apoios legalmente previstos de apoio à iniciativa privada

13.3.5 — Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência

Apoios a Instituições Particulares de Solidariedade Social e Equiparadas, para pequenos investimentos na área da deficiência

13.4 — Equipamentos de Apoio à Família, Comunidades e Serviços

13.4.1 — Programa de Alargamento dos Equipamentos Sociais dos Açores — PARESA

Comparticipação em investimentos de IPSS e Equiparadas, para alargamento da rede de equipamentos sociais nos Açores.

13.4.2 — COMPAMID

Complemento para aquisição de equipamentos para os idosos, criado pelo DLR n.º 4/2008/A, publicado em DR de 26 de Fevereiro 2008.

13.4.3 — Investimentos de capital para Segurança Social na Região dos Açores (CGFSS)

Obras de recuperação e melhoramento nos edifícios de serviços de Segurança Social de Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande, Mosteiros, Angra, Sta. Cruz da Graciosa, Horta e SADEL. Criação de novas instalações na Fajã de Baixo, Velas, Lajes do Pico.

13.4.4 — Construção de edifício para serviços Segurança Social e Casa do Povo na Achadinha do Nordeste

Comparticipação para a construção dos espaços para os serviços de Segurança Social e para convívio de idosos.

13.4.5 — Recuperação da zona serviços no edifício da Casa do Povo, na freguesia de Feteira, em Angra do Heroísmo

Recuperação total da zona de serviços do edifício da Casa do Povo de Feteira.

13.4.6 — Participação na construção do edifício para serviços e Casa do Povo, na freguesia de Praia do Norte, Faial

Comparticipação para a construção de espaços para os serviços de Seg. Social (Regimes e Acção Social), convívio de idosos, lavandaria de apoio domiciliário e 1 gab. Para a Casa do Povo.

13.4.7 — Instalações da creche do IGRSS

Remodelação do um piso do edifício de Penha de França, para mudança das instalações da creche do IGRSS.

13.4.8 — Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação

Realização de estudos e conferências na área do apoio à comunidade, e cooperação com outras instituições na realização de outros eventos para promoção e informação.

13.4.9 — Criação de estruturas de apoio aos grupos com vulnerabilidade grave

Criação de estruturas de apoio à comunidade, nomeadamente no apoio e alojamento aos sem abrigo e outros públicos com graves carências.

13.4.10 — Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à Comunidade e Serviços

Apoios pontuais a situações de necessidade urgente em vários tipos de apoio à comunidade e melhoramento e apetrechamento dos serviços de Segurança Social

13.5 — Igualdade de Oportunidades

13.5.1 — Promoção da Integração Transversal e Intersectorial do Princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos

Elaboração, implementação e disseminação dos Planos e constituição do CRIO; Implementação de Unidades Móveis de Igualdade de Oportunidades; Sensibilização, formação, informação e certificação de boas práticas.

13.5.2 — Promoção e a disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e na implementação de políticas afirmativas e amigas das famílias

Apoio ao desenvolvimento de acções potenciadoras do mainstreaming da perspectiva de Género; Promoção de competências para a parentalidade responsável e positiva; Apoio ao desenvolvimento de medidas amigas das famílias.

13.5.3 — Combater e prevenir a violência e atitudes discriminatórias

Plano Regional de Prevenção e Combate da violência doméstica; Sensibilização, formação, informação; Criação de serviços de proximidade de atendimento às vítimas; Programas de Reabilitação.

13.5.4 — Implementar mecanismos e estratégias de governação potenciadoras da inclusão social e consequente mobilidade social de grupos mais vulneráveis

Promover o Empowerment individual e colectivo para a Igualdade de Oportunidades; Programa de desenvolvimento de competências para a empregabilidade e empreendedorismo; Igualdade de Oportunidades em Rede — Realização Estudos, Projectos, Conferências, Acções de Cooperação e Intervenção Tecnológica.

Programa 14 — Habitação

Programação Financeira

Euro			
Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Outros fundos
14 — Habitação	67 828 190	53 828 190	14 000 000
14.1 — Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	49 184 573	35 184 573	14 000 000
14.2 — Recuperação do Parque Habitacional	5 741 240	5 741 240	

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Outros fundos
14.3 — Promoção de Habitação para Realojamentos	12 402 377	12 402 377	
14.4 — Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Co-operação	500 000	500 000	

Programação Material

14.1 — Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria

14.1.1 — Apoio à Construção, Ampliação e Alteração de Habitação Própria

Subsídios a fundo perdido na construção, ampliação e alteração de habitação própria ao abrigo do regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação e alteração de habitação própria permanente — DLR n.º 21/2005/A, de 3 de Agosto, e DLR n.º 59/2006/A, de 29 de Dezembro.

14.1.2 — Apoio à Aquisição de Habitação Própria e Arrendamento Urbano

Subsídios a fundo perdido na aquisição de habitação própria ao abrigo do regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente — DLR n.º 59/2006/A, de 29 de Dezembro.

14.1.3 — Aquisição de Solos

Aquisição de solos urbanizáveis para a promoção de habitação própria e a custos controlados pelas vias particular, empresarial e cooperativa ao abrigo do regime jurídico dos apoios à construção de habitação própria e à construção de habitação a custos controlados na RAA — DLR n.º 21/2005/A, de 3 de Agosto.

14.1.4 — Apoio ao Arrendamento Temporário de Famílias Carenciadas

Comparticipação no arrendamento de prédios ou de fracções autónomas de prédios urbanos, destinados à habitação, a serem afectas a famílias carenciadas.

14.1.5 — Contrato Programa com a SPRHI-SA

Transferências decorrentes da cedência de posição contratual pela execução de infra-estruturas de loteamentos.

14.1.6 — Operações de Loteamento e Obras de Urbanização

Obras de urbanização para a promoção de habitação própria e a custos controlados pelas vias particular, empresarial e cooperativa, ao abrigo do regime jurídico dos apoios à construção de habitação própria e à construção de habitação a custos controlados na RAA.

14.1.7 — Reabilitação de Infra-estruturas Habitacionais

Reabilitação de infra-estruturas habitacionais em diversos loteamentos da Região que integrarão o domínio Público Municipal.

14.1.8 — Contrato Programa com a SPRHI, SA — Sismo

Contrato celebrado entre a RAA e a SPRHI, S. A., no âmbito do sismo de 1998.

14.2 — Recuperação do Parque Habitacional

14.2.1 — Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Privado

Apoios a fundo perdido a particulares ao abrigo do regime jurídico da concessão dos apoios financeiros a obras de reabilitação, reparação e beneficiação em habitações degradadas — DLR n.º 6/2002/A, de 11 de Março.

14.2.2 — Colaboração com Autarquias — Recuperação do Parque Habitacional

Intervenções a levar a efeito em operações de recuperação e reabilitação de moradias propriedade das Juntas de Freguesia para realojamentos com participação da Região. Acordos de cooperação com municípios para reabilitação do parque habitacional.

14.2.3 — Recuperação do Parque Habitacional Social da RAA

Intervenções a levar a efeito em operações de recuperação e reabilitação do parque habitacional da RAA.

14.2.4 — Apoio à Recuperação de Imóveis Afectados por Térmitas

Apoio em intervenções a levar a efeito em habitações, ao abrigo do regime jurídico da concessão de apoios financeiros a atribuir no combate à infestação por térmitas.

14.2.5 — Reconstrução de Habitação — Administração Directa

Apoio financeiro a conceder a agregados sinistrados pelo sismo de 9 de Julho de 1998, nas ilhas do Faial e do Pico ao abrigo do DLR n.º 15A/98/A, de 25 de Setembro com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 11/2001, de 8 de Fevereiro.

14.3 — Promoção de Habitação para Realojamentos

14.3.1 — Acordos de Colaboração RAA/IHRU — PROHABITA

Encargos decorrentes da construção/aquisição de habitação para realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, no âmbito do programa de financiamento para acesso à habitação — PROHABITA — Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho.

14.3.2 — Cooperação com Autarquias — Acordos RAA/IHRU, I.P./Municípios

Encargos decorrentes da construção/aquisição de habitação para realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, ao abrigo de contratos ARAAL.

14.3.3 — Salvaguarda Habitacional das Populações em Situação de Risco

Realojamento de agregados familiares a residir em zonas de risco, como sejam, fálésias, orla costeira, leitos de ribeiras e encostas.

14.3.4 — Acordos de Colaboração RAA/IHRU, I.P. — PROHABITA, em Rabo de Peixe

Realojamento de famílias a residir em barracas no âmbito do acordo de colaboração celebrado entre a RAA e o INH, ao abrigo dos Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de Junho, n.º 197/95, de 29 de Julho, n.º 30/97, de 28 de Janeiro, e n.º 157/02, de Julho.

14.3.5 — Cooperação com Autarquias — Acordos RAA/IHRU/Município, em Rabo de Peixe

Realojamento de famílias a residir em barracas no âmbito do acordo de colaboração celebrado entre a RAA, o INH e o Município da Ribeira Grande, ao abrigo dos Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de Junho, n.º 197/95, de 29 de Julho, n.º 30/97, de 28 de Janeiro, e n.º 157/02, de Julho, e do DLR n.º 32/2002/A de 8 de Agosto (regime de cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local).

14.3.6 — Salvaguarda Habitacional de Famílias em Situação de Risco em Rabo de Peixe

Aquisição das habitações a demolir que se localiza junto à fálésia / orla costeira, na Avenida D. Paulo José Tavares, em risco iminente de derrocada.

14.4 — Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação

14.4.1 — Requalificação do Edifício e Equipamentos para a DRH

Obras de requalificação e adaptação de edifícios para os serviços da Direcção Regional de Habitação.

14.4.2 — Adequação Tecnológica dos Serviços

Adequação Tecnológica dos Serviços.

14.4.3 — Sistema de Informação Geográfica da Habitação

Elaboração do sistema de informação geográfica dos Açores.

Programa 15 — Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde

Programação Financeira

Programa/Projectos	Euro		
	Investimento público	Plano	Outros fundos
15 — Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	17 131 157	13 731 157	3 400 000
15.1 — Construção de Novas Infra-Estruturas	2 799 000	2 799 000	
15.2 — Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde	2 073 157	2 073 157	
15.3 — Apetrechamento e Modernização	1 327 000	1 327 000	
15.4 — Formação e Iniciativas em Saúde	7 432 000	7 432 000	
15.5 — Tecnologias de Informação na Saúde	3 500 000	100 000	3 400 000

Programação Material

15.1 — Construção e Novas Infra-Estruturas

15.1.1 — Unidades de Saúde

Projectos e construção de infra-estruturas de apoio ao SRS.

15.1.2 — Centros de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada

Construção do Novo Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa e, projectos dos Novos Centros de Saúde da Madalena do Pico e de Ponta Delgada.

15.1.3 — Centro de Radioterapia dos Açores

Concurso público relativo à concepção, construção e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores.

15.1.4 — Heliporto da Calheta

Aquisição de terrenos, concepção e construção do Heliporto da Calheta na Ilha de São Jorge.

15.1.5 — Unidade de Geriatria da Casa de Saúde de São Miguel

Comparticipação na Construção da Unidade de Geriatria da Casa de Saúde de São Miguel.

15.2 — Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde

15.2.1 — Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde

Apoio geral das obras de remodelação e ampliação necessárias à constante adequação e evolução das instalações da rede de Saúde da Região Autónoma dos Açores, com destaque para os Centros de Saúde de Vila Franca do Campo e Calheta e Bloco C do Hospital da Horta.

15.2.2 — Beneficiação de Unidades de Saúde

Apoio geral a obras de beneficiação nas Unidades de Saúde do Serviço Regional.

15.2.3 — Beneficiação de Edifícios

Beneficiação de instalações.

15.3 — Apetrechamento e Modernização

15.3.1 — Equipamentos para Unidades de Saúde

Aquisição e actualização dos diversos tipos de equipamentos das Unidades de Saúde da Região.

15.3.2 — Viaturas do Serviço Regional de Saúde

Aquisição de viaturas para a rede de Saúde da Região Autónoma dos Açores.

15.3.3 — Emergência Médica

Projectos no âmbito da Emergência Médica, nomeadamente o INUTECMED 3 e PLESCAMAC 2. Aquisição de equipamentos e material específico para a Emergência Médica e para a Unidade de Evacuações Aéreas.

15.4 — Formação e Iniciativas em Saúde

15.4.1 — Actualização de Profissionais de Saúde

Apoio a bolseiros, participação financeira na realização de encontros e jornadas de saúde e outras formas de actualização profissional.

15.4.2 — Plano Regional de Saúde

Operacionalização do Plano Regional de Saúde — Acções de desenvolvimento e apoio aos Programas Regionais, nomeadamente, Programa Regional de Saúde Oral, Programa Regional de Nutrição e Diabetes, Programa Regional de Doenças Oncológicas, Programa Regional de Doenças Cérebro Cardio Vasculares, ao Projecto de Estudo da Leptoespirose, ao Programa de Saúde mental, Programa de Cuidados Continuados e Paliativos a Idosos, Carta de Saúde, Contratualização e outros programas ou intervenções específicas que se revelem necessários para a melhoria dos níveis de saúde da população. Aperfeiçoamento das políticas de promoção da saúde e prevenção da doença.

15.4.3 — Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco

Apoio na promoção da prevenção dos comportamentos de risco. Promoção de programas, campanhas e estudos. Apoio a entidades que desenvolvam actividades no domínio da prevenção e entidades que promovam a recuperação e reinserção. Apoio ao tratamento dos comportamentos de risco, nomeadamente tratamentos de substituição e desabilitação. Desenvolvimento de um plano integrado de intervenção precoce. Realização de acções e campanhas de combate ao alcoolismo e problemas relacionados com o consumo de álcool, nomeadamente entre a população juvenil. Instalação do Centro de Adictologia da Horta. Desenvolvimento de projectos de intervenção local. Instalação de um centro de reabilitação e tratamento de jovens com menos de 18 anos. Prosseguir com a implementação e alargamento de estruturas de combate e tratamento às toxicodependências.

15.4.4 — Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos

Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados e Paliativos promovendo a diversificação e disponibilização de cuidados saúde domiciliários e a articulação com a rede de cuidados continuados integrados.

15.4.5 — Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS

Dinamizar e apoiar um programa de melhoria do acesso no âmbito do Serviço Regional de Saúde de modo a adequar-se às necessidades da população, nomeadamente a recuperação das listas de espera e a cobertura assistencial a utentes sem médico de família.

15.4.6 — Políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade

Medidas de apoio à implementação de políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade.

15.4.7 — Parcerias

Apoio a instituições do SRS e a pessoas colectivas, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de projectos no domínio da saúde.

15.4.8 — Promoção da qualidade dos serviços e de captação e qualificação de profissionais de saúde

Prosseguir com a implementação de programas de certificação da qualidade na prestação de cuidados de saúde e

com os incentivos à captação e qualificação de profissionais de saúde. Incentivar a especialização de profissionais do Serviço Regional de Saúde.

15.4.9 — Vale Saúde

Implementação do Vale de Saúde.

15.5 — Tecnologias de Informação na Saúde

15.5.1 — Sistemas de Informação da Saúde

Continuação do desenvolvimento e instalação do projecto Sistema de Informação da Saúde — Azores Região Digital — SIS-ARD.

Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental

Programa 16 — Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia

Programação Financeira

Programa/Projectos	Euro		
	Investimento público	Plano	Outros fundos
16 — Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia	33 519 116	26 519 116	7 000 000
16.1 — Ordenamento do Território	12 856 397	5 856 397	7 000 000
16.2 — Recursos Hídricos ...	8 353 129	8 353 129	
16.3 — Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão	235 000	235 000	
16.4 — Modernização dos Serviços	276 496	276 496	
16.5 — Conservação da Natureza	1 876 435	1 876 435	
16.6 — Património Mundial. . .	1 280 991	1 280 991	
16.7 — Avaliação Ambiental	491 496	491 496	
16.8 — Resíduos	3 001 622	3 001 622	
16.9 — Promoção Ambiental	3 557 550	3 557 550	
16.10 — Utilização Racional de Energia	890 000	890 000	
16.11 — Serviço Público e Social	500 000	500 000	
16.12 — Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia	200 000	200 000	

Programação Material

16.1 — Ordenamento do Território

16.1.1 — Revisão, Elaboração e Implementação do PROTA

Conclusão do PROTA; Elaboração do PRDS; Elaboração e revisão dos PMOT's; Elaboração do Plano sectorial de OT para actividades extractivas.

16.1.2 — Plano e Gestão de Zonas Costeiras

Elaboração dos POOC; Estratégia de Gestão Integrada das Zonas Costeiras.

16.1.3 — Planeamento e Gestão de Bacias Hidrográficas de Lagoas

Planos de ordenamento de bacias hidrográficas; Contratos com a SPRA.

16.1.4 — Observatório do Território e do Urbanismo

Avaliação da implementação dos instrumentos de gestão territorial; relatório de estado do OT.

16.1.5 — Caracterização e Definição de Condicionantes de Risco

Elaboração da Reserva Ecológica regional; Estratégia Regional de Alterações Climáticas; Áreas ameaçadas por cheias e zonas adjacentes.

16.1.6 — Acções de acompanhamento, divulgação, sensibilização e apoio à tomada de decisões

Emissão de pareceres, licenciamentos e estudos.

16.1.7 — Requalificação e Protecção Costeira

Empreitadas.

16.2 — Recursos Hídricos

16.2.1 — Implementação da Directiva Quadro da Água e da Lei da Água

Planos de gestão de recursos hídricos; implementação da ARH9.

16.2.2 — Implementação da Directiva das Águas Subterrâneas

Avaliação do estado químico das águas subterrâneas; protecção das origens das águas; contrato ARAAL CMPV.

16.2.3 — Rede de Monitorização Hidrometeorológica Automática

Rede hidrometeorológica: Aquisição, e gestão de equipamentos.

16.2.4 — Monitorização da qualidade das águas interiores, de transição e costeiras

Caracterização das massas de água e monitorização da qualidade.

16.2.5 — Monitorização da Qualidade das Águas Balneares

Caracterização das massas de água e monitorização da qualidade.

16.2.6 — Controlo da eutrofização das lagoas dos Açores

Monitorização do estado de eutrofização das lagoas.

16.2.7 — Prevenção e análise de risco de cheias e deslizamentos

Prevenção e análise de risco de cheias e deslizamentos.

16.2.8 — Requalificação e Protecção de Recursos Hídricos

Empreitadas de protecção de recursos hídricos e apoio à limpeza de ribeiras.

16.3 — Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão

16.3.1 — Infra-estrutura informática e de comunicações

Infra-estrutura de servidores, comunicações de dados e licenciamentos.

16.3.2 — Sistema regional de informação georeferenciada

Sistema Regional de Informação Territorial; Sistema Regional de Informação de Recursos Hídricos; Imagens satélite.

16.4 — Modernização dos Serviços

16.4.1 — Formação e Modernização Serviços

Ações de Formação e Modernização Administrativa.

16.4.2 — Estratégia e Planeamento

Implementação da Estratégia Nacional para o Mar.

16.4.3 — Informação Geográfica

Sistema de informação geográfica e comunicação de dados.

16.5 — Conservação da Natureza

16.5.1 — Biodiversidade

Adaptação do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional à RAA. Implementação dos planos de gestão das áreas marinhas protegidas da rede OSPAR. Actividades de recuperação do habitat do priôlo na ZPE do Pico da Vara / Ribeira do Guilherme.

16.5.2 — Erradicação de Organismos Invasores

Elaboração e implementação do plano de controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras e realização de acções de monitorização em todas as ilhas.

16.5.3 — Geodiversidade

Criação do geoparque dos Açores e desenvolvimento de actividades no âmbito do GESPEA.

16.5.4 — Reservas da Biosfera

Elaboração e implementação dos planos de acção das reservas da biosfera a integrar nos planos de ordenamento dos parques naturais de ilha.

16.5.5 — Gestão de Parques Naturais de Ilha

Ordenamento e gestão da paisagem protegida do Monte da Guia; implementação dos parques naturais de ilha e elaboração dos respectivos planos de ordenamento; implementação dos modelos de gestão dos centros de interpretação das áreas protegidas; implementação dos planos de gestão da RN 2000.

16.5.6 — Requalificação da Caldeira Velha — II Fase

Requalificação da Caldeira Velha — II Fase.

16.5.7 — Jardins Botânicos

Remodelação do edifício antigo do Jardim Botânico do Faial; construção de estufa; implementação de actividades relacionadas com o banco de sementes e herbário

16.5.8 — Projectos de Cooperação Internacional

Candidaturas ao Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias (PCT MAC, 2007-2013).

16.6 — Património Mundial

16.6.1 — Gestão da Paisagem Protegida da Vinha do Pico

Empreitada e Conteúdos do Centro de Interpretação da Paisagem Protegida da Vinha do Pico; Acordos de cooperação técnica e financeira; Instalação de infra-estruturas eléctricas e telecomunicações na Paisagem Protegida da Vinha do Pico; Casa dos Vulcões.

16.6.2 — Regime de Incentivos da Paisagem Protegida da Vinha do Pico

Regime de incentivos para a manutenção e reabilitação da vinha e correcção de dissonâncias arquitectónicas.

16.6.3 — Plano de Intervenção da Montanha do Pico

Conclusão da empreitada de instalação do Centro de Interpretação da Casa de Apoio à Montanha do Pico; Requalificação do trilho da Montanha do Pico.

16.6.4 — Gestão do Parque Natural da Ilha do Pico

Casa de Apoio à Gruta das Torres; Centro Ambiental das Terras, Lajes do Pico.

16.7 — Avaliação Ambiental

16.7.1 — Relatório do Estado do Ambiente

Elaboração dos Relatórios do Estado do Ambiente.

16.7.2 — Regime Legal de Poluição Sonora

Implementação do Regime Legal da Poluição Sonora.

16.7.3 — Avaliação do Impacte Ambiental

Processos de Avaliação de Impacte Ambiental e realização de um *workshop* sobre avaliação ambiental estratégica.

16.7.4 — Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental

Manutenção da Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental (inclui aquisição de equipamento *hardware* e *software*). Manutenção da estação de monitorização da qualidade do ar. Construção de instalações de apoio técnico e laboratorial (Horta); aquisição de estação de monitorização da qualidade do ar para Ponta Delgada.

16.7.5 — Inspecção e Fiscalização Ambiental

Implementação de acções de fiscalização e inspecção ambiental.

16.8 — Resíduos

16.8.1 — Gestão de Resíduos

Operações de gestão de resíduos; implementação do Sistema Regional de Informação de Resíduos (SRIR).

16.8.2 — Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos

Projectos e empreitadas de construção de centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica por compostagem.

16.8.3 — Remoção de Passivos Ambientais

Operações de gestão de resíduos (compactação, contentorização, transporte marítimo e terrestre).

16.9 — Promoção Ambiental

16.9.1 — Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental

Programas de sensibilização e promoção ambiental; apoio às ONGA's na realização de actividades e programas de educação ambiental.

16.9.2 — Rede Regional de Ecotecas

Conclusão da empreitada do Centro de Interpretação e Ecoteca de Vila do Porto e instalação de um sistema de detecção de intrusão e incêndio na Ecoteca da Graciosa; desenvolvimento de actividades da rede regional de ecotecas.

16.9.3 — Centros de Interpretação Ambiental

Requalificação paisagística do ilhéu de Vila Franca; Centro de interpretação ambiental e cultural do Corvo; recuperação paisagística da Caldeira Velha; requalificação ambiental do vulcão dos Capelinhos; centro ambiental da caldeira de St. Cristo; centro de interpretação das furnas do enxofre (Graciosa); centro de interpretação da gruta do carvão em S. Miguel; centro de interpretação do boqueirão nas Flores; centro ambiental da Terceira; aquário virtual — monte da guia (Faial); centro de interpretação da paisagem protegida do Monte da Guia (Faial)

16.9.4 — Jardins Históricos

Recuperação do Palácio de Santana — zona sul; Requalificação da Mata da Doca e Parque de Merendas do Rosário.

16.9.5 — Formação e Sensibilização Ambientais em Rabo de Peixe

Desenvolvimento de projectos de formação, educação e promoção ambiental na freguesia de Rabo de Peixe.

16.10 — Utilização Regional de Energia

16.10.1 — Agência Regional de Energia e Ambiente

ARENA — Agência Regional de Energia da RAA. Comparticipação financeira da Região nas candidaturas da agência a programas comunitários, bem como na promoção da utilização de recursos energéticos endógenos.

16.10.2 — Estudos e Projectos

Estudos e projectos para o sector. Contratação de serviços de fiscalização e licenciamento na área de elevadores. Realização de acções de sensibilização e formação na área de SCE — Certificação Energética de Edifícios. Auditorias Energéticas em Edifícios.

16.10.3 — Apoio à Utilização Racional de Energia e à Diversificação de Fontes Energéticas

Promoção de acções de informação e divulgação nos domínios da URE — Utilização Racional de Energia e da Diversificação Energética e Segurança. Realização de campanhas de sensibilização e publicitárias nestas áreas.

16.10.4 — Apoio ao Desenvolvimento de um Sistema Sustentável de Energia

Promoção de um Sistema Sustentável de Energia, aliado em elevados níveis de conhecimento técnico

e científico, que aproveite o potencial de recursos endógenos e transforme os Açores num exemplo internacionalmente paradigmático no domínio das energias renováveis.

16.11 — Serviço Público Social

16.11.1 — Pagamento da Iluminação Pública das Vias Regionais

Pagamento da iluminação Pública das vias de comunicação terrestres regionais da RAA.

16.12 — Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia

16.12.1 — Obras e Aquisição de Equipamentos para as Instalações

Obras de adaptação e beneficiação das instalações da DRE. Aquisição de equipamento informático, equipamento administrativo e software.

Programa 17 — Protecção Civil

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Euro
			Outros fundos
17 — Protecção Civil	7 972 262	7 972 262	
17.1 — Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's.	500 000	500 000	
17.2 — Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's.	2 115 386	2 115 386	
17.3 — Formação e Informação	549 750	549 750	
17.4 — Serviço Regional de Protecção Civil	4 807 126	4 807 126	

Programação Material

17.1 — Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's
17.1.1 — Prontos-Socorros-Médios

Aquisição de 1 Auto-tanque Pesado para AFBV's Horta.

17.1.2 — Ambulâncias de Socorro

Apoio à aquisição de 3 Ambulâncias de socorro medicalizáveis, para Ponta Delgada, Nordeste e São Roque do Pico e 2 Ambulâncias de Transporte para Horta e Praia da Vitória.

17.1.3 — Reparação de Viaturas dos Corpos de Bombeiros

Apoio às AHBV's da RAA com vista a garantir a operacionalidade das viaturas existentes.

17.1.4 — Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para as AHBV's

Apoiar as AHBV's da RAA na aquisição de equipamento diverso, fardamento e mobiliário para os CB's. Aquisição de equipamento diverso e de protecção individual para as equipas de combate a incêndios de matérias perigosas e hidrocarbonetos.

17.1.5 — Viaturas de Transporte de Pessoal e Equipamento

Aquisição de 2 viaturas de transporte de pessoal e equipamento e de 1 viatura de auto-apoio ligeiro com reboque destinados aos CB's da RAA.

17.2 — Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's

17.2.1 — Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's

Apoiar as AHBV's da RAA na beneficiação dos respectivos quartéis e na aquisição de um terreno junto ao Quartel da AHBV's de Sta Cruz da Graciosa. Beneficiação do quartel de AHBV de Sta. Cruz das Flores e o projecto do novo quartel da AHBV da Povoação.

17.2.2 — Construção do Quartel da AHBV's de Angra do Heroísmo

Início da construção do Quartel de Angra do Heroísmo.

17.2.3 — II Fase do Quartel da Ribeira Grande

Início dos procedimentos para a construção da II fase do Quartel.

17.2.4 — Remodelação e Ampliação do Quartel da AHBV's São Roque do Pico

Continuação da construção de um anexo com garagem e remodelação do Quartel.

17.2.5 — Secções Destacadas dos Bombeiros na Vila da Lagoa e Capelas

Início dos procedimentos para a construção de Secções Destacadas na vila da Lagoa e Capelas.

17.2.6 — Remodelação da Secção Destacada da Lomba da Maia

Apoio à execução da empreitada de remodelação da Secção Destacada da Lomba da Maia e encargos com a fiscalização.

17.2.7 — Remodelação do Quartel da AHBV's da Calheta de São Jorge

Início do procedimento para a execução da obra.

17.2.8 — Ampliação do Quartel da AHBV's da Praia da Vitória

Início dos procedimentos para a ampliação do quartel da Praia da Vitória.

17.3 — Formação e Informação

17.3.1 — Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica

Cumprimento do Protocolo com a Universidade dos Açores.

17.3.2 — Apoios a Diversas Entidades

Cumprimentos dos Protocolos com a Unidade de Socorro da Delegação da Cruz Vermelha em Angra do

Heroísmo, com a Junta Regional do Corpo Nacional de Escutas e com a Associação dos Radioamadores dos Açores.

17.3.3 — Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco

Cumprimento do Protocolo com a Universidade dos Açores.

17.3.4 — Cooperação Técnico-Científica com a Universidade dos Açores

Cumprimento do Protocolo com a Universidade dos Açores incluindo curso de Planeamento de Emergência e Gestão de Crises, bem como a assessoria técnico-científica para análise de riscos e vulnerabilidades.

17.3.5 — Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil

Formação dos funcionários do SRPCBA.

17.3.6 — Informação, Formação e Sensibilização da População

Dar continuidade às acções de informação, formação e sensibilização da população açoriana.

17.3.7 — Formação Profissional de Bombeiros

Garantir a formação dos quadros dos CB's, de modo a melhorar a qualificação dos recursos humanos.

17.4 — Serviço Regional de Protecção Civil

17.4.1 — Meios e Recursos

Aquisição de uma estação meteorológica para equipar o Centro de Operações do SRPCBA.

17.4.2 — Radiocomunicações do SRPCBA

Rede de Comunicações de Emergência (RCE) e hardware e software para o SRPCBA.

17.4.3 — Meios e Recursos do SRPCBA — Equipamentos para Socorro Imediato

O investimento irá incidir prioritariamente na aquisição de tendas.

17.4.4 — Transporte Terrestre de Emergência

Cumprimento dos Protocolos com as AHBV's para fazer face ao transporte terrestre de doentes em emergência.

17.4.5 — Projectos de Cooperação Transnacional — MAC 2007-2013

Promover a realização de projectos para a prevenção de riscos e para melhorar a actuação em situações de emergência ou catástrofe.

17.4.6 — Fundo de Emergência

Transporte de pessoal e equipamento em situação de emergência.

Programa 18 — Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos

Programação Financeira

Euro

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Outros fundos
18 — Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos	49 955 220	45 012 000	4 943 220
18.1 — Construção de Estradas Regionais	7 605 000	7 605 000	
18.2 — Reabilitação de Estradas Regionais	13 035 000	13 035 000	
18.3 — Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	850 000	850 000	
18.4 — SPRHI	12 700 000	12 500 000	200 000
18.5 — Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	7 418 220	2 675 000	4 743 220
18.6 — Cooperação com Diversas Entidades	3 200 000	3 200 000	
18.7 — Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	4 630 000	4 630 000	
18.8 — Laboratório Regional de Engenharia Civil	442 000	442 000	
18.9 — Divulgação e Sensibilização	75 000	75 000	

Programação Material

18.1 — Construção de Estradas Regionais

18.1.1 — Variante à ER 1-1.^a, em Rabo de Peixe

Construção de uma variante à ER na freguesia de Rabo de Peixe, incluindo expropriações.

18.1.2 — Estrada dos Arrastadouros — Variante à ER 1-1.^a na Povoação

Construção da Estrada dos Arrastadouros e sua ligação à Lomba do Alcaide e à Lomba do Cavaleiro e Aquedutos.

18.1.3 — Variante à Vila das Capelas

Construção de uma Variante à Vila das Capelas incluindo expropriações e conclusão do projecto.

18.1.4 — Variante à ER 6-2.^a — São Carlos

Construção de uma variante em São Carlos — Angra do Heroísmo.

18.1.5 — Construção da Ligação entre a ER 3-2.^a e a ER 4-2.^a, na Ilha da Graciosa

Construção de uma ligação entre Estradas Regionais na Ilha Graciosa, incluindo expropriações e projecto.

18.1.6 — Variante à Cidade da Horta — 2.^a Fase

Estudos e Projectos.

18.2 — Reabilitação de Estradas Regionais

18.2.1 — Beneficiação e Pavimentação de ER em Santa Maria

Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER incluindo pontes e viadutos.

18.2.2 — Beneficiação e Pavimentação de ER em São Miguel

Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER incluindo pontes e viadutos.

18.2.3 — Reabilitação da Rede Viária da Ilha de São Miguel

Intervenções em ER e Celebração de Contratos ARAAL com Municípios.

18.2.4 — Beneficiação e Pavimentação de ER na Terceira

Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER incluindo pontes e viadutos.

18.2.5 — Reabilitação da Rede Viária na Ilha Terceira

Intervenções em ER e Celebração de Contratos ARAAL com Municípios.

18.2.6 — Beneficiação e Pavimentação de ER na Graciosa

Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER incluindo pontes e viadutos.

18.2.7 — Beneficiação e Pavimentação de ER em São Jorge

Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER incluindo pontes e viadutos.

18.2.8 — Beneficiação e Pavimentação de ER no Pico

Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER incluindo pontes e viadutos.

18.2.9 — Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial

Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER incluindo pontes e viadutos.

18.2.10 — Beneficiação e Pavimentação de ER nas Flores

Beneficiação e pavimentação de diversos troços de ER incluindo pontes e viadutos.

18.2.11 — Beneficiação e Pavimentação de ER no Corvo

Beneficiação e pavimentação de diversos troços de ER incluindo pontes e viadutos.

18.2.12 — Requalificação Viária

Requalificação da rede viária dos Açores.

18.2.13 — Requalificação do Parque de Máquinas da SRCTE

Requalificação do parque de máquinas da SRCTE.

18.3 — Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer

18.3.1 — Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer

Construção e reabilitação de miradouros e zonas de lazer adjacentes à rede viária da Região.

18.4 — SPRHI

18.4.1 — Contratos Programas — Rede Viária

Transferências financeiras resultantes dos contratos programas celebrados com a SPRHI.

18.4.2 — Aquisição de Terrenos de Obras a Cargo da SPRHI

Aquisição de terrenos destinados às obras em execução a cargo da SPRHI.

18.4.3 — Reabilitação da Via Vitorino Nemésio

Empreitada de reabilitação da Via Vitorino Nemésio.

18.5 — Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária

18.5.1 — Serviço de Transporte Colectivo na Ilha das Flores

Implementação de um serviço de transporte colectivo regular de passageiros.

18.5.2 — Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros

Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros na RAA em período de fim-de-semana e em horário nocturno.

18.5.3 — Aquisição dos Equipamentos para os serviços de Viação e Trânsito

Aquisição de equipamentos para os serviços de viação e trânsito.

18.5.4 — Estudo e Introdução de Tecnologia Híbrida no Transporte de Passageiros

Introdução de tecnologia híbrida nos transportes de passageiros.

18.5.5 — SIRIART

Apoio à renovação da frota adstrita ao transporte colectivo regular de passageiros.

18.5.6 — Sinalização da Rede Viária Regional

Sinalização vertical e horizontal na rede viária regional.

18.6 — Cooperação com Diversas Entidades

18.6.1 — Apoio a Diversas Entidades

Apoios financeiros.

18.7 — Construção, Ampliação e Remodelação, de Edifícios Públicos

18.7.1 — Beneficiação e Remodelação das Instalações da SRCTE

Beneficiação e remodelação das instalações administrativas da SRCTE.

18.7.2 — Beneficiações no Palácio da Conceição

Diversas beneficiações e reformulações das Instalações do Palácio da Conceição.

18.7.3 — Beneficiações no Palácio de Santana

Diversas beneficiações e reformulações das Instalações do Palácio Santana.

18.7.4 — Palácio dos Capitães Gerais

Recuperação do Palácio incluindo elaboração de projectos.

18.7.5 — Jardim dos “Maroiços” na Madalena

Construção de um Jardim público na vila da Madalena.

18.7.6 — Diversas reparações em edifícios públicos

Diversas Reparações em edifícios públicos.

18.7.7 — Construção de Imóveis para Instalação de Serviços Públicos

Construção de novas instalações de edifícios públicos.

18.7.8 — Arquivo da Presidência na Ribeira Grande — Contrato ARAAL

Contrato ARAAL celebrado com CM Ribeira Grande — Instalação do Arquivo da Presidência.

18.7.9 — Protecção da EBS da Povoação

Protecção da EBS da Povoação.

18.7.10 — Beneficiação das Instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Beneficiação das instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

18.8 — Laboratório Regional de Engenharia Civil

18.8.1 — Parede de Reacção do LREC

Aquisição de equipamentos.

18.8.2 — Infra-estruturas e Equipamentos

Infra-estruturas e equipamentos afectos ao LREC.

18.8.3 — Aquisição de Equipamentos

Aquisição de equipamento para sondagens geotécnicas (sonda), equipamento triaxial, compactador de provetes, moinho para rocha e compactador de solos. Aquisição de equipamento para a ULMC e ULM.

18.8.4 — Sistema de Qualidade

Implementação e desenvolvimento de um Sistema de Qualidade no LREC.

18.8.5 — Projecto Loadcar

Estabilidade de taludes — estudo e investigação.

18.9 — Divulgação e Sensibilização

18.9.1 — Divulgação e Sensibilização

Diversas campanhas de sensibilização das populações.

**Programa 19 — Consolidação e Modernização
dos Transportes Marítimos**

Programação Financeira

Euro

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Outros fundos
19 — Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	59 762 932	22 972 095	36 790 837
19.1 — Tráfego de Passageiros Inter-Ilhas	25 287 345	17 907 345	7 380 000
19.2 — Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários	34 475 587	5 064 750	29 410 837

Programação Material

19.1 — Tráfego de Passageiros Inter-Ilhas

19.1.1 — Construção de novos navios e apoio ao transporte marítimo de passageiros

Apoio financeiro ao transporte marítimo de passageiros e viaturas. Apoio à construção, fiscalização e apetrechamento de novos navios para o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas.

19.1.2 — Reparações nos Navios Cruzeiros das Ilhas e do Canal

Grandes reparações e seguros dos navios “Cruzeiro das Ilhas” e “Cruzeiro do Canal”.

19.1.3 — Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo

Estudos e Projecto para a Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo. Reforço do enrocamento de protecção exterior do Porto Pipas.

19.2 — Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários

19.2.1 — Requalificação do Porto da Praia da Vitória

Início das obras de “Construção do Armazém Polivalente e Ordenamento do Porto da Praia da Vitória” e do “Reforço do Molhe de Protecção do Elevador de Navios Porto da Praia da Vitória”.

19.2.2 — Recreio Náutico e Edifício no Porto das Flores e Trabalhos Marítimos no Corvo

Início das obras de construção do Recreio Náutico e Edifício no Porto das Flores e Trabalhos Marítimos no Corvo. No âmbito desta empreitada está prevista a construção do núcleo de recreio náutico das Lajes das Flores, a construção de um edifício polivalente no Porto das Flores, a requalificação da zona balnear do Corvo e a colmatação de locas no Porto da Casa no Corvo.

19.2.3 — Reordenamento e Requalificação da Baía da Horta

Início da 1.ª Fase das obras de Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta — Terminal Norte. No âmbito desta 1.ª fase está prevista a construção do molhe cais norte, da gare de passageiros,

terrapleno/estacionamentos, acessos terrestres e redes técnicas.

19.2.4 — Requalificação do Porto da Calheta de São Jorge

Início das obras de construção da Gare Marítima do Porto da Calheta e elaboração do projecto para a construção do Núcleo de Recreio Náutico.

19.2.5 — Infra-estruturas Terrestres do Núcleo de Recreio de Vila do Porto e Reordenamento do Cais de Ferries

Início das obras de Construção das Infra-estruturas Terrestres do Núcleo de Recreio de Vila do Porto e Reordenamento do Cais para Ferries.

19.2.6 — Reordenamento do Porto da Madalena

Melhorar a funcionalização do Porto da Madalena, considerando, sobretudo, a sua multifuncionalidade.

19.2.7 — Reordenamento do Porto de S. Roque

Projecto de reordenamento que visa a melhoria da funcionalidade e aumento da eficiência da infra-estrutura.

19.2.8 — Reordenamento do Porto de Velas

Início das obras de construção dos Edifícios de Apoio ao Núcleo de Recreio Náutico das Velas de S. Jorge. Elaboração do projecto para ampliação do Porto de Velas.

19.2.9 — Aquisição de diversos equipamentos de apoio à exploração portuária

Melhoria das condições e dos equipamentos necessários às operações portuárias em diversas infra-estruturas.

19.2.10 — Diversas obras nos portos

Intervenções em infra-estruturas portuárias.

Programa 20 — Desenvolvimento dos Transportes Aéreos

Programação Financeira

Euro

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Outros fundos
20 — Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	50 105 425	25 779 640	24 325 785
20.1 — Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários	30 445 425	6 119 640	24 325 785
20.2 — Gestão dos Aeródromos Regionais	1 610 000	1 610 000	
20.3 — Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	18 000 000	18 000 000	
20.4 — Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos	50 000	50 000	

Programação Material

20.1 — Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários
20.1.1 — Aeroporto da Ilha do Pico

Investimento relativo à empreitada de construção do armazém de carga do aeroporto do Pico.

20.1.2 — Aeródromo da Ilha de S. Jorge

Aquisição dos terrenos e início do investimento de concepção/construção do alargamento da pista do aeródromo de S. Jorge.

20.1.3 — Aeródromo da Ilha do Corvo

Empreitadas de construção da Torre de Controlo, de beneficiação da Aerogare e de reforço do pavimento da pista do aeródromo do Corvo.

20.1.4 — Aeródromo da Ilha da Graciosa

Investimentos relativos ao aeródromo da ilha da Graciosa. Melhoria da sua operacionalidade.

20.1.5 — Aerogare Civil das Lajes

Conclusão da execução do parque de estacionamento das partidas e fiscalização; Construção do Parque de Estacionamento das Chegadas e fiscalização; projecto de execução da “Ampliação da Placa de Estacionamento de Aeronaves”. Aquisição de equipamento aeroportuário e dos serviços de gestão das infra-estruturas da Aerogare Civil das Lajes.

20.1.6 — Aeroporto da Horta

Início da elaboração do projecto de ampliação do Aeroporto da Horta.

20.1.7 — Handlings das Escalas

Modernização dos equipamentos de apoio às assistências de aeronaves nas escalas.

20.1.8 — Espaços Comercializáveis

Modernização e renovação dos espaços comercializáveis.

20.1.9 — Equipamentos para a Frota

Renovação dos equipamentos.

20.1.10 — Infra-estruturas para Sistemas de Informação

Substituição e modernização dos meios informáticos.

20.1.11 — Renovação da Frota

Este investimento destina-se a financiar a renovação da frota da Sata Air Açores.

20.2 — Gestão dos Aeródromos Regionais

20.2.1 — Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores

Esta acção assegurará, ao longo do ano e com prestações mensais, o compromisso resultante do contrato de concessão da gestão e exploração dos aeródromos regionais.

20.3 — Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas

20.3.1 — Concessão das Rotas Inter-Ilhas

Cumprimento do contrato de obrigações de serviço público, resultantes do contrato de concessão.

20.4 — Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos

20.4.1 — Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores

Apoio a acções e seminários com vista à divulgação e promoção do transporte aéreo nos Açores. Encargos inerentes aos serviços de aquisição e regularização de terrenos necessários aos investimentos previstos nos aeródromos regionais.

Programa 21 — Administração Pública, Planeamento e Finanças

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Euro
			Outros fundos
21 — Administração Pública, Planeamento e Finanças. . . .	20 972 555	14 279 000	6 693 555
21.1 — Modernização Administrativa	889 000	889 000	
21.2 — Informação de Interesse Público ao Cidadão	2 343 555	2 150 000	193 555
21.3 — Serviços Sociais.	300 000	300 000	
21.4 — Cooperação com as Autarquias Locais	950 000	950 000	
21.5 — Estatística.	235 000	235 000	
21.6 — Planeamento e Finanças	16 255 000	9 755 000	6 500 000

Programação Material

21.1 — Modernização Administrativa

21.1.1 — Acções de Modernização Administrativa

Apoio técnico e administrativo aos 3 actos eleitorais que ocorrerão em 2009.

21.1.2 — Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores

Implementação do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA).

21.1.3 — Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional

Execução dos projectos ProSiMA, CAF, SIADAPRA e Avaliação dos Serviços.

21.2 — Informação de Interesse Público ao Cidadão

21.2.1 — Rede Integrada de Apoio ao Cidadão

Abertura de 12 Postos de Atendimento da RIAC e renovação da respectiva infra-estrutura tecnológica. Implementação de uma nova intranet, integrada com o sistema de Gestão já implementado em 2008. Intervenção ao nível do Portal RIAC na internet, no sentido de adaptar a plataforma tecnológica às novas evoluções da ferramenta subjacente ao seu funcionamento.

21.3 — Serviços Sociais

21.3.1 — Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos

Apoio social aos funcionários públicos.

21.4 — Cooperação com as Autarquias Locais

21.4.1 — Cooperação Técnica

Apoio técnico às autarquias locais. Formação de eleitos locais.

21.4.2 — Cooperação Financeira com os Municípios

Pagamento dos juros decorrentes dos empréstimos municipais contratados ao abrigo das linhas de crédito regional, para financiamento da parte do investimento municipal não coberta pela comparticipação comunitária. (DLR n.º 32/2002/A). Pagamento de encargos de funcionamento dos Conselhos de Ilha.

21.4.3 — Cooperação Financeira com as Freguesias

Atribuição de apoios financeiros às freguesias açorianas para aquisição de mobiliário, equipamento e software informático, e para realização de obras de beneficiação das sedes das juntas. Comparticipação de investimentos municipais de construção/grande reparação de edifícios sede de juntas de freguesia. (DLR n.º 32/2002/A, de 8 de Agosto).

21.5 — Estatística

21.5.1 — Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística

Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística.

21.5.2 — Projectos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional-Mac

Projectos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional-Mac.

21.6 — Planeamento e Finanças

21.6.1 — Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais

Desenvolver as funções e as tarefas como Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, como Organismo Intermédio do POVT — Eixo IV e do PC Transnacional-MAC. Aquisição de equipamentos e software necessário ao funcionamento dos sistemas de gestão, de acompanhamento e de controlo. Aquisição de serviços de consultoria. Implementação de acções de comunicação, publicidade e divulgação previstas nos regulamentos comunitários.

21.6.2 — Património Regional

Avaliação e valorização do património regional.

21.6.3 — Bonificação de Juros

Encargos com a bonificação de juros resultantes da implementação da nova linha de crédito para as empresas açorianas, com vista ao seu equilíbrio financeiro. Esta linha será orientada para o reforço do fundo de maneo e capital permanente das empresas.

21.6.4 — Reestruturação do Sector Público Empresarial

Esta acção visa a reestruturação financeira do sector público empresarial da Região.

21.6.5 — Coesão Regional

Esta acção compreende duas grandes linhas de intervenção:

Apoio no âmbito da “Linha de Crédito Açores Investe”, destinada ao reforço do fundo de maneo ou dos capitais permanentes e novos investimentos das empresas e da “Linha de Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores” para permitir a realização de operações de reestruturação de dívida bancária das empresas com sede nos Açores;

Intervenção enquadrada nas “Ilhas da Coesão”, destacando-se a conclusão de alguns dos projectos de investimento em curso em algumas das ilhas, nomeadamente os hotéis da Graciosa e das Flores, o centro de interpretação ambiental e cultural na ilha das Flores e o projecto de execução do campo de golfe de Santa Maria, com o respectivo estudo de impacto ambiental e execução de furos para a captação de água. Serão desenvolvidos novos projectos de investimento que resultem da análise das necessidades detectadas, como são exemplos a reabilitação da fábrica da baleia do Boqueirão com a adaptação a museu na ilha das Flores e a empreitada de adaptação do centro pastoral da Calheta a pousada da juventude na ilha de São Jorge.

Programa 22 — Cooperação Externa e Migrações

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento público	Plano	Euro
			Outros fundos
22 — Cooperação Externa e Migrações.	2 338 000	2 338 000	
22.1 — Cooperação Externa. . .	650 000	650 000	
22.2 — Emigrado/Regressado	315 000	315 000	
22.3 — Identidade Cultural . . .	1 065 000	1 065 000	
22.4 — Imigrado	308 000	308 000	

Programação Material

22.1 — Cooperação Externa

22.1.1 — Representação e Promoção Externa da Região

Dinamização e aprofundamento da relação com Estados, Entidades Territoriais, Instituições e Organismos Externos. Consolidação da Cooperação e intervenção externa da Região com particular incidência em territórios insulares, regiões ultraperiféricas, territórios com ligações históricas e culturais, bem como interesse económico e político estratégico para a Região, por meio da promoção externa da Região, do estabelecimento e aprofundamento de relações, actividades, protocolos e ou parcerias com entidades territoriais congéneres e outras instituições e ou entidades, nacionais ou estrangeiras, relevantes para aquele fim.

22.1.2 — Relações com Organismos de Cooperação Inter-Regional, Organizações e Associações Internacionais

Representação e participação da Região nas actividades de organismos e entidades de cooperação e ou representação inter-regional (por ex: Comité das Regiões, Assembleia das Regiões da Europa, Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, Conferência dos Presidentes RUP, Rede NRG4SD, etc.), bem como

relações com Organizações Internacionais, em particular com as instituições da União Europeia e com organizações e programas no âmbito das Nações Unidas, incluindo a promoção e apoio a estágios e formação junto dessas instituições. Desenvolvimento de protocolos, parcerias e iniciativas com Instituições, Organismos e ou entidades, nacionais ou estrangeiras que sejam relevantes no âmbito do trabalho desenvolvido pelos organismos de cooperação inter-regional e pelas Instituições comunitárias.

22.1.3 — Promoção e Divulgação de Questões Europeias

Promoção e divulgação na Região das actividades das entidades inter-regionais e organizações internacionais, em particular da União Europeia (ex: consultas públicas, comemorações dias europeus, etc.), bem como promoção e divulgação da Região nestas entidades e nas respectivas actividades.

22.1.4 — Apoio Especializado em Assuntos da União Europeia

Apoio especializado com vista ao fortalecimento da participação da Região nos processos de consulta pública, de elaboração e concretização de documentos políticos e legislativos da União Europeia.

22.2 — Emigrado/Regressado

22.2.1 — Integração

Apoio técnico, documental (in)formativo e cultural, aos emigrados e regressados.

22.2.2 — Protocolos de Cooperação

Protocolos de cooperação com entidades, instituições e organizações de índole social e de solidariedade, com o objectivo da integração plena nas sociedades de acolhimento.

22.2.3 — Estudo Sobre Emigração e Regressos

Publicação de estudos. Novos estudos e apoios a pesquisas que visem trazer novos conhecimentos sobre a história e as realidades da emigração e dos regressos.

22.2.4 — Encontros/Seminários

Encontros temáticos (com Organizações Serviço Social, Projecto Regressos, Rede Interinstitucional Açores-Comunidades, Encontro Saudades dos Açores) com reflexão, debate, apresentação de trabalhos e de linhas orientadoras de novas políticas para a inclusão e sociabilização dos emigrados.

22.2.5 — Projectos/Candidaturas

Apoio a projectos candidatos que visem: estudos sobre os movimentos emigratórios e ou sobre regressos à RAA; Formação e informação com objectivo da integração emigrado/regressado.

22.3 — Identidade Cultural

22.3.1 — Açorianidade e Raízes

Ciclos de conferências no Canadá, Estados Unidos da América e Brasil, intercâmbios escolares entre os Açores e as Comunidades; Raízes e Juventude.

22.3.2 — Comunicação Açores/Comunidades

Apoio à divulgação de programas culturais e informativos — televisivos, radiofónicos e da imprensa com

temática açoriana, nas comunidades emigradas; apoio à divulgação de programas nos OCS locais sobre as vivências dos emigrados e descendentes, na RAA.

22.3.3 — Preservação da Identidade Cultural

Apoio bibliográfico, áudio e videográfico, bem como instrumental, de temática histórica ou cultural tradicional às entidades colaboradoras aos movimentos associativos e agentes culturais.

22.3.4 — Encontro Intercomunitário

Encontros temáticos com debates, reflexão, apresentação de trabalhos e linhas orientadoras acerca de assuntos relevantes para as Comunidades e para os Açores, na perspectiva de maior cooperação, e divulgação da nova imagem dos Açores nos Estados, Províncias e Regiões, em que as comunidades emigradas possam constituir pontes com as sociedades locais e poderes político e económico, de modo a acrescentar mais valias à RAA.

22.3.5 — Divulgação Artística

Apoio à divulgação cultural e artística produzidas na RAA e nas Comunidades emigradas; apoio à distribuição de material bibliográfico, áudio e videográfico dos novos valores emergentes.

22.3.6 — Protocolos de Cooperação

Protocolos de Cooperação com Casas dos Açores, instituições sem fins lucrativos e associações várias no âmbito da identidade cultural.

22.3.7 — Projectos/Candidaturas

Apoio a projectos candidatos que visem a apresentação e divulgação da cultura açoriana, bem como de projectos informativos sobre a RAA e sobre as suas Comunidades dispersas pelo Mundo.

22.4 — Imigrado

22.4.1 — Integração

Apoio técnico, documental (in)formativo e cultural, aos imigrados na RAA.

22.4.2 — Protocolos de Cooperação

Protocolos com entidades, instituições e associações de solidariedade, com o objectivo da inclusão social dos imigrados na RAA.

22.4.3 — Estudo sobre Imigração

Publicação de estudos efectuados em 2007; Novos estudos e apoios a pesquisas sobre a imigração nos Açores.

22.4.4 — Encontros/Seminários

Conferências e Encontros temáticos com reflexão, debate, apresentação de trabalhos e de linhas orientadoras de novas políticas para a inclusão e sociabilização dos imigrados.

22.4.5 — Projectos/Candidaturas

Apoio a projectos candidatos que visem: estudos sobre movimentos imigratórios na RAA; formação e informação com o objectivo da integração do imigrado.

V — Os programas e iniciativas comunitárias disponíveis para a região

O Governo dos Açores delineou uma estratégia própria e diferenciada em matéria de afectação dos fundos comunitários, para o período de programação 2007-2013 da política europeia de coesão.

Com efeito, em primeira linha, foi decidido pela concentração dos meios financeiros em instrumentos de programação de âmbito regional, situação diversa da do anterior período, em que alguns apoios aos agentes regionais se encontravam em programas operacionais de âmbito sectorial/nacional. A única excepção prende-se com o Fundo de Coesão em que, por imperativo regulamentar, toda a intervenção no país fica consagrada num único programa, mas mesmo aí, as intervenções a participar na Região estarão concentradas num eixo específico e exclusivo. Em segunda linha, foi desenvolvida uma negociação que permitiu um acréscimo substancial dos fundos europeus em relação ao anterior Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006.

A reforma da política europeia de coesão e o novo quadro financeiro saído das perspectivas financeiras 2007-2013, originaram a redução do número de instrumentos financeiros, de cinco para três, deixando os fundos destinados ao desenvolvimento do mundo rural e das pescas de ser considerados como fundos estruturais, para serem considerados em linhas orçamentais específicas. Por outro lado, observa-se um acréscimo de programas operacionais, por via da nova regra sobre financiamento, um fundo por cada programa.

O quadro da intervenção da Região tem a seguinte configuração: um programa participado pelo FEDER, o PROCONVERGENCIA, um outro participado pelo fundo FSE, o PRO-EMPREGO, um eixo participado pelo Fundo de Coesão no programa temático nacional, com a designação de Programa Operacional de Valorização do Território — POVT, e ainda a participação da Região no Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias. As intervenções participadas pelo novo fundo comunitário para o mundo rural, o Fundo Europeu de Apoio para o Desenvolvimento Rural (FEADER), que substitui o anterior FEOGA, estão consubstanciadas num programa que tem a designação de PRORURAL. No caso das pescas, a componente regional recebeu a designação de PROPESCA, e será participada pelo novo Fundo Europeu das Pescas (FEP), que substitui o anterior IFOP.

Em termos financeiros os valores disponíveis de financiamento comunitário para a Região para o período de 2007-2013 atinge os 1,5 milhões de euros para uma despesa pública de investimento de 1,9 mil milhões.

Programas Operacionais 2007-2013

	Unidade: euros		
	Despesa pública	Fundo comunitário	Contribuição regional
PROCONVERGENCIA	1 190 905 450	966 349 049	224 556 401
PRO-EMPREGO	223 529 413	190 000 000	33 529 413
POVT	100 000 000	70 000 000	30 000 000
PRORURAL	322 891 382	274 457 675	48 433 707
PROPESCA	39 437 713	33 522 057	5 915 656
PCT MAC	6 027 963	5 197 049	830 914
<i>Total</i>	<i>1 882 791 921</i>	<i>1 539 525 830</i>	<i>343 266 091</i>

A seguir apresenta-se uma sinopse das intervenções regionais de programação da política europeia de coesão.



Este programa operacional, participado pelo fundo estrutural FEDER, é o que acolhe maior dotação financeira de todo período de programação 2007-2013 e abrange um leque muito diversificado de sectores e de beneficiários finais das participações comunitárias.

A estratégia de desenvolvimento contida neste instrumento de programação encerra elementos de uma política de coesão económica e social, abarcando um conjunto de domínios estratégicos, com fortes ligações, interdependências e interactividades entre si, envolvendo factores associados à produção e aos mercados, outros relacionados com o factor humano, outros ainda com a dotação e funcionamento das infra-estruturas e dos equipamentos de apoio distribuídos pelo território regional.

As prioridades estratégicas do PROCONVERGENCIA estruturam e identificam as principais medidas transversais de política económica e social, sustentadas em instrumentos de política pública. Deste quadro, emerge a selecção de grandes linhas de orientação estratégica, sobre as quais irá incidir a concentração dos esforços do programa operacional:

- Qualificação e robustecimento da economia, na perspectiva de mais competitividade, fortalecimento e diversificação do tecido produtivo regional, promoção do espírito empresarial e no impulso à inovação, à utilização de novas tecnologias de informação e comunicação e à sociedade da informação;
- Desenvolvimento dos recursos humanos, assente no reforço do investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências para a competitividade, na inclusão social e na qualidade de vida;
- Melhoria das acessibilidades, através da requalificação das redes estruturantes,
- Sustentabilidade ambiental e a prevenção e gestão dos riscos.
- Compensação dos efeitos da ultraperiferia, em que de acordo com o artigo 11 do Regulamento (CE) 1080/2006, de 5 de Julho, relativo ao FEDER, as regiões ultraperiféricas recebem um tratamento particular, que se traduz numa dotação específica adicional utilizada a fim de compensar os sobrecustos derivados da sua condição de ultraperifericidade.

Neste contexto o PROCONVERGENCIA estrutura-se nos seguintes eixos prioritários:

Eixo 1 — Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores

As intervenções propostas neste eixo distribuem-se em duas dimensões: por um lado, o apoio financeiro ao investimento privado de modernização e qualificação da produção regional e à criação de economias externas à actividade das empresas e, por outro lado, inserir o tecido produtivo no contexto de uma sociedade da informação e do conhecimento.

Os apoios financeiros directos às empresas que serão promovidos neste eixo cumprem as orientações existentes para as ajudas de estado ao investimento privado. O leque de sectores abrangidos é relativamente alargado, cabendo no entanto uma

referência específica ao Turismo, enquanto sector emergente e em afirmação no quadro da base económica regional, sendo a política económica enquadrada em programas específicos de ordenamento e de fomento desta actividade nos Açores. Por outro lado, os projectos de investimento privado com localização nas ilhas onde a expressão da iniciativa privada é mais débil terão uma bonificação específica. Neste particular, prosseguirão as parcerias desenvolvidas entre a administração regional e as associações empresariais, que remontam ao segundo Quadro Comunitário de Apoio, no domínio da divulgação e prestação de apoio técnico aos empresários, no acesso aos sistemas de incentivos, com particular incidência, nas ilhas de menor dimensão e potencial.

A oferta de serviços de apoio às empresas, geradores de economias externas à sua actividade, podem assumir uma expressão material (parques tecnológicos, de exposições, industriais, de logística, laboratórios públicos etc.), ou uma dimensão imaterial, mas importante para a afirmação da competitividade dos produtos, como sejam os apoios ao marketing, à publicidade, à promoção e à divulgação, à integração em redes, à constituição de parcerias, entre outras iniciativas.

A dinamização da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico nos Açores, aproveitando-se as vantagens competitivas existentes, designadamente a actividade das instituições que desenvolvem a sua actividade na Região e a existência de uma linha de orientação e de um rumo muito claro sobre esta matéria, constante do Pano Integrado de Ciência e Tecnologia, promovido pelo Governo Regional, para além da redução dos custos de contexto, afirmam-se como segundo pilar da intervenção neste eixo.

Privilegia-se o fomento de parcerias entre institutos públicos e privados, com a Universidade dos Açores, as empresas e os particulares, no sentido de aprofundamento de uma nova cultura científica mais orientada para a produção económica, mais baseada numa componente de diferenciação do produto e de aceitação do risco associado na introdução de novos processos. Procurar-se-á, por outro lado, fixar e valorizar os investigadores e outros recursos humanos, numa perspectiva de cumprimento progressivo de algumas metas fixadas para este domínio de intervenção, ao nível da estratégia de Lisboa, bem como dotar as unidades e equipamentos de condições materiais à função a desempenhar.

Dinamizar-se-á a utilização das novas tecnologias de informação, a sua difusão e aplicação na vida quotidiana, para a formação dos fundamentos de uma sociedade da informação, sem descuidar as acções conducentes a uma real eficiência administrativa, no quadro das amplas e diversificadas competências atribuídas à administração regional. A aproximação da Administração Pública aos agentes económicos e aos cidadãos em geral, a prestação de mais e melhor serviço, num quadro de humanização no relacionamento com a população, o incremento da eficiência dos serviços públicos, com o recurso crescente a novas tecnologias de informação, o e-government, uma melhor assistência técnica na preparação e execução dos programas comunitários são linhas de acção a adoptar no âmbito deste eixo prioritário.

Eixo 2 — Qualificar e integrar a sociedade açoriana

A elevação do nível de educação e qualificação da população será obrigatoriamente uma outra prioridade da política de coesão e desenvolvimento regional, enquadrada neste eixo do programa. As componentes da política de recursos humanos serão articuladas com as medidas dirigidas ao emprego e à formação profissional, designadamente as

inscritas no programa participado pelo FSE, no âmbito de um princípio transversal relativo a uma monitorização estratégica das diferentes programações associadas ao novo ciclo de programação.

A qualificação do ensino e o combate ao abandono escolar, a formação contínua dos profissionais da educação e a requalificação dos recursos físicos e dos equipamentos escolares, são domínios de intervenção da programação a contemplar, no quadro de partilha de responsabilidades e de cooperação entre as autoridades públicas regionais, as autarquias locais, as escolas e as famílias. Naturalmente, será exigido uma abordagem integrada com as prioridades estratégicas na afectação do fundo estrutural FSE. No caso deste programa operacional participado pelo FEDER, pela natureza e finalidade do fundo estrutural, o PROCONVERGENCIA participa os projectos de construção/reabilitação do parque escolar e o seu apetrechamento.

No domínio da cultura a estratégia contempla a produção e a recepção das actividades culturais, incentivando a preservação da identidade cultural e proporcionando mecanismos de sociabilidade. Em particular, no âmbito da defesa e valorização do património arquitectónico e espiritual, para além dos aspectos de salvaguarda, preservação e recuperação, estabelecem-se objectivos de revitalização, de dinamização e de animação dos equipamentos culturais, proporcionando a fruição artística, facilitando a pesquisa e o estudo, sustentando, enfim, a qualidade de vida das populações.

Com menor expressão e de forma complementar serão apoiados pontualmente os investimentos públicos em infra-estruturas de animação local, em função das necessidades específicas.

No sector da saúde pública, os apoios financeiros abrangerão primordialmente a construção/remodelação e equipamento de unidades de saúde, a informatização do sistema, o alargamento da telemedicina.

Neste eixo fica ainda salvaguardada a hipótese de intervenção do fundo estrutural FEDER, em reforço do investimento regional e das participações FSE, no domínio da inclusão e protecção sociais. A estratégia assenta na prevenção do aparecimento ou do agravamento de situações de risco. A programação compreende o apoio à infância e juventude, às pessoas com deficiência, às vítimas de violência doméstica, a integração dos imigrantes no mercado de trabalho, em particular, e na sociedade açoriana, em geral, numa perspectiva de inclusão social e de igualdade de oportunidades.

Eixo 3 — Melhorar as redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades

A qualificação do espaço físico, entendido como a existência de infra-estruturas, de equipamentos e de sistemas organizados de forma eficiente nas parcelas do território, são elementos indispensáveis na oferta de condições de vida condignas e de economias externas à actividade das empresas, à própria sustentabilidade do crescimento económico e do funcionamento do sistema social e da qualidade de vida das populações, em geral. Neste domínio destaca-se este eixo prioritário do PROCONVERGENCIA orientado para a qualificação das redes de infra-estruturas de mobilidade.

No quadro das infra-estruturas rodoviárias, serão compariticipadas obras de construção e de reabilitação da rede viária, em ordem a uma maior eficiência no movimento de pessoas e bens e ao aumento da segurança da circulação rodoviária.

Na consolidação e modernização dos transportes marítimos, o leque de medidas de investimento público, em articulação com as administrações dos portos regionais,

orienta-se naturalmente para a modernização e equipamento das infra-estruturas portuárias, incluindo não só a valência comercial como, em algumas situações, algumas funções de recreio marítimo e ou de pesca. Será igualmente estimulado o desenvolvimento de acções para dinamizar o tráfego inter-ilhas de pessoas e bens, bem como a elaboração de estudos e de outros instrumentos de planeamento sectorial para uma melhor eficiência da gestão e do ordenamento do sector.

Eixo 4 — Valorizar e qualificar o sistema ambiental

Ainda no domínio da qualificação e valorização do território regional, este eixo prioritário consubstancia a valorização e qualificação do sistema ambiental.

Desde a preparação e implementação de instrumentos e de estudos, até à intervenção directa na implementação de planos de ordenamento das bacias hidrográficas e das orlas costeiras, constituem-se como áreas de intervenção neste domínio.

A protecção e a valorização dos recursos hídricos e da qualidade ambiental, a conservação da natureza, a formação e a promoção ambiental são vectores de actuação, no quadro específico da política ambiental a prosseguir. O alargamento e a melhoria dos sistemas de recolha, tratamento e destino final de águas residuais e de resíduos sólidos, da responsabilidade das autarquias locais, serão priorizados em função dos espaços onde os níveis de atendimento não sejam satisfatórios.

No caso particular dos recursos hídricos de superfície, as acções a desenvolver nas lagoas dos Açores serão apresentadas a participação ao Fundo de Coesão. Estas acções articulam-se com as medidas agro-ambientais participadas pelo FEADER.

A adopção de sistemas de prevenção e gestão de riscos serão apoiados, enquanto elementos de segurança das populações e dos equipamentos.

Eixo 5 — Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade

Este eixo prioritário e alguns domínios de intervenção são exclusivos dos programas operacionais das Regiões Ultraperiféricas.

A Minimização dos Efeitos da Ultraperiferia, constitui-se como uma prioridade estratégica no quadro da política de Coesão da União Europeia, tendo sido estabelecida uma dotação específica para cada uma das sete regiões ultraperiféricas, nos termos do conceito definido no Tratado, prevendo-se inclusivamente a possibilidade de financiamento de subsídios à exploração, aspecto inovador nas elegibilidades do FEDER.

Nos termos da regulamentação aplicável, a dotação financeira afecta a este eixo do PROCONVERGENCIA é repartida entre compensação dos custos de serviços públicos (mínimo de 50 % da dotação específica) e em apoio a investimentos de natureza infra-estrutural directamente relacionados com esta problemática.

A adição das diversas fontes de financiamento previstas no PROCONVERGENCIA permite estimar uma despesa global de 1,3 mil milhões de euros para os sete anos de programação, a que corresponde 966,3 milhões de euros de participação comunitária.

O valor das candidaturas aprovadas nos Açores no PROCONVERGENCIA ultrapassa já o montante de 209 milhões de euros de investimento, para uma participação do fundo estrutural FEDER de cerca de 164 milhões de euros.

Na sequência do último relatório sobre a execução financeira dos programas operacionais que integram o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), reportado a 31 de

Dezembro de 2008, o PROCONVERGENCIA lidera os níveis de execução médios evidenciados para todo o QREN.

Neste âmbito, observa-se que no PROCONVERGENCIA a execução financeira atinge já 42,3 % do valor global dos projectos aprovados, representando a mais elevada taxa de execução financeira de todos os programas integrados no QREN. O volume de despesa pública validada de 87 milhões de euros corresponde a uma taxa de execução de 7,2 %, sendo a taxa de execução média do QREN e do FEDER respectivamente de 1,9 % e de 1,5 %.

Foram pagos às diferentes categorias de promotores, um montante de cerca de 68 milhões de euros de participação comunitária, representando mais de 35 % de todos os pagamentos FEDER registados no país, para o conjunto dos programas financiados por aquele fundo estrutural.

Destaca-se em 2008 a apresentação do primeiro Grande Projecto do país à Comissão Europeia. Trata-se de uma candidatura da Região relativa a aquisição de 2 navios ferries para operação inter-ilhas, com um valor global de investimento de 57 milhões de euros. Estes navios, um com 97 metros de comprimento, lotação para 750 passageiros, 74 camas e capacidade para 144 viaturas e o outro, de menor dimensão, com 70 metros, capacidade para 400 passageiros e transporte de 34 viaturas, poderão navegar nos mares açorianos a partir de meados de 2009.



PRO-EMPREGO

Este programa operacional assenta numa grande finalidade estratégica que consiste na colocação da intervenção FSE ao serviço de um novo ciclo de desenvolvimento e de políticas públicas para a RAA no qual a qualificação das pessoas, o papel do conhecimento, a inovação na valorização dos recursos endógenos regionais e a disseminação de uma cultura de empreendedorismo e de iniciativa assumem um estatuto de prioridade máxima. A percepção dos desafios que tal mudança coloca à coesão social e territorial dos Açores conduz coerentemente à valorização da problemática do desenvolvimento social, incluindo neste domínio uma nova importância ao combate à illiteracia.

Em estreita relação com a finalidade estratégica acima mencionada, o PO organiza-se em torno de 6 domínios de intervenção:

- Empregabilidade de jovens;
- Consolidação das condições de empregabilidade no sector privado;
- Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo;
- Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D;
- Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento;
- Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo.

Estes seis domínios de intervenção são organizados de modo não só a servir os objectivos estruturantes que justificam a sua existência, mas também a dar resposta diferenciada a algumas prioridades transversais de toda a programação FSE.

Assim, os seis domínios devem, na especificidade das suas tipologias de projecto, criar condições para a disseminação de

novos comportamentos de empreendimento e de iniciativa, favorecendo a emergência de empreendedorismo de vários tipos: como complemento fundamental das políticas de empregabilidade e formação; empreendedorismo de oportunidade e com base em conhecimento científico e tecnológico e empreendedorismo de necessidade, ajustado às políticas de inclusão e desenvolvimento social. Do mesmo modo, a promoção da igualdade de género associada à garantia de mais elevadas taxas de participação e emprego feminino e a valorização das TIC como instrumento de combate aos efeitos penalizadores do isolamento e da fragmentação territorial são também entendidas como prioridades horizontais, dando origem seja as sub-tipologias em determinadas tipologias de projectos dos seis domínios de intervenção seja a critérios de elegibilidade transversais à generalidade das tipologias. As tipologias e sub-tipologias de projecto previstas no programa evidenciam um forte potencial para a maximização dos pontos fortes e atenuação dos pontos fracos no mercado de trabalho regional, identificados no primeiro ponto do documento.

- Empregabilidade de jovens
 - Formação profissional de qualificação inicial
 - Transição para a vida activa
- Consolidação das condições de empregabilidade no sector privado
 - Formação de activos
 - Apoio à inserção das mulheres em meio laboral
- Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo
 - Fomento e disseminação do empreendedorismo
 - Formação profissional intra-empresas
- Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D
 - Investigação em contexto empresarial
 - Formação avançada
 - Formação avançada de suporte a projectos de empreendedorismo de base tecnológica.
- Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento
 - Apoio à formação generalizada e especializada em TIC
 - Qualificação para a modernização de serviços de Administração Pública
- Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo
 - Melhoria dos níveis de literacia e de qualificação básica da população açoriana
 - Projectos-piloto de Formação — Acção para a Inclusão Social
 - Apoio à consolidação de um mercado social de emprego
 - Qualificação para a modernização das organizações do terceiro Sector

Em termos financeiros ao PRO-EMPREGO está afecto um envelope financeiro de fundo estrutural FSE de 190 milhões de euros, a que se adiciona 33,5 milhões

de contrapartida pública e mais 40 milhões de financiamento privado, podendo, na totalidade, atingir-se cerca de 264 milhões de euros a despesa afecta à execução deste programa operacional.

No ano de 2008, foram apresentados 251 pedidos de co-financiamento tendo sido aprovado um montante global de 50 286 503,42 €.

Foram ainda efectuados pagamentos aos promotores no montante de 5 187 120,28 €, correspondentes, essencialmente, a adiantamentos.

No que respeita à execução financeira validada, a mesma ascendeu a 1 127 806,00 €.

O valor aprovado corresponde ao financiamento de 1823 acções de formação, repartidas por 901 cursos, abrangendo 155 576 formandos. Está prevista a realização de formação em todas as Ilhas.



**REDES E EQUIPAMENTOS
ESTRUTURANTES NA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES**

A aplicação do Fundo de Coesão na Região Autónoma dos Açores no período de programação 2007-2013 estrutura-se e combina duas grandes linhas de orientação: corresponder às áreas de intervenção definidas para este fundo comunitário e, principalmente, financiar projectos relevantes e complementares da intervenção operacional comparticipada pelo fundo estrutural FEDER, designadamente nos eixos prioritários relativos às redes de infra-estruturas de acessibilidades e à valorização e qualificação do sistema ambiental.

Com estes pressupostos, e tendo em consideração que este instrumento financeiro tem o objectivo último de contribuir para o reforço da coesão económica e social, numa perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável, para os Açores são fixados dois grandes objectivos estratégicos para a intervenção deste fundo:

- Melhorar os níveis de eficiência e de segurança do transporte marítimo no arquipélago, e
- Aumentar os níveis de protecção ambiental, no domínio dos recursos hídricos e dos resíduos, e do desenvolvimento sustentável, pelo aproveitamento dos recursos renováveis na produção de energia eléctrica.

A natureza dispersa e afastada das ilhas açorianas, a sua posição central no Atlântico norte, conjugada com as características do mar envolvente, confere especial prioridade e atenção aos portos comerciais existentes, obrigando a uma estratégia de requalificação, modernização das infra-estruturas e uma adaptação dos meios de operação e de movimentação de mercadorias. Perspectiva-se a apresentação de candidaturas com localização física no grupo central de ilhas.

Ao nível do ambiente e das energias renováveis, a prioridade na afectação do Fundo de Coesão irá no sentido do reforço da qualidade de recursos hídricos superficiais, designadamente para a recuperação e correcção de situações de eutrofização das lagoas, e também a gestão de resíduos. O reforço da produção de energia eléctrica a partir de recursos endógenos, será também uma prioridade na afectação dos recursos financeiros, perspectivando-se a construção/ampliação de centrais eólicas e de aproveitamento hidroeléctrico.

Estas linhas de intervenção serão devidamente articuladas com as demais previstas para os próximos anos,

sejam as comparticipadas por fundos comunitários, sejam exclusivamente por fundos regionais, inserindo-se em áreas de intervenção vitais para o funcionamento da economia, mas também, para a preservação de valores e activos, designadamente os de natureza ambiental, tão característicos deste território insular.

O envelope financeiro deste eixo específico da Região no programa operacional Valorização do Território ascende a 70 milhões de comparticipação comunitária, a que corresponde, para uma taxa média de financiamento de 70% a uma despesa de investimento de cerca de 100 milhões de euros.

Em 2008 foi apresentada para co-financiamento a candidatura de Requalificação Ambiental das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades.

PRORURAL

O Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL), enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política da União Europeia de desenvolvimento rural, sendo comparticipado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

A definição da estratégia de desenvolvimento rural para o período 2007-2013 tem subjacente o conjunto de especificidades de natureza geográfica, económica, social e ambiental que caracterizam a Região e que exigem respostas particulares das políticas de desenvolvimento rural, tendo em conta os efeitos conjugados das seguintes “classificações” da Região: Região ultraperiférica, Região integrada no Objectivo Convergência, Região Desfavorecida e Região Predominantemente Rural.

O PRORURAL compreende as dimensões económica, ambiental e social que se entrecruzam e complementam, sendo definido como grande objectivo estratégico global do desenvolvimento rural da Região: a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente sustentável e socialmente estável e atractiva.

Este grande objectivo global estrutura-se e em 5 objectivos estratégicos:

- Dois objectivos de natureza transversal:
 - Reforçar a coesão territorial e social;
 - Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.
- Três correspondentes a áreas temáticas:
 - Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal
 - Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
 - Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

A operacionalização do PRORURAL assenta nos seguintes eixos de intervenção:

Eixo 1 — Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal

Aumento dos conhecimentos e melhoria do potencial humano do sector agro-florestal, promovendo a formação e qualificação das pessoas em actividade no sector, os serviços e as acções destinados à divulgação e actualização contínua de conhecimentos, assim como o rejuve-

nescimento da população agrícola e alterações estruturais significativas em explorações transferidas.

Promoção da inovação e da qualidade e reestruturação e desenvolvimento das fileiras do sector agro-florestal, através da promoção da cooperação e da organização para o mercado de todos os agentes que actuam nas diversas fileiras de produção; da criação de novos produtos, processos e tecnologias que valorizem as produções regionais, de investimentos materiais e imateriais destinados à modernização e reestruturação das empresas do sector e ao aumento da qualidade e do valor acrescentado da produção; e do apoio à prevenção e compensação dos efeitos de catástrofes naturais.

Melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal, através do desenvolvimento e requalificação da rede de caminhos agrícolas e rurais e das estruturas de abastecimento de água e de fornecimento de energia eléctrica; de operações relacionadas com o ordenamento agrário e a estruturação fundiária, e de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento da actividade florestal.

Eixo 2 — Melhoria do ambiente e da paisagem rural

Promoção da utilização continuada e sustentável das terras agrícolas, através de apoios à manutenção da actividade agrícola em todo o território da região (zona desfavorecida).

Promoção da gestão sustentável das terras agrícolas, através do incentivo à introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico, nomeadamente nas zonas Natura 2000, a protecção dos recursos hídricos e do solo e a atenuação das alterações climáticas; e do apoio a investimentos não produtivos com objectivos ambientais.

Promoção da gestão sustentável das terras florestais, através do apoio ao alargamento e melhoria da sustentabilidade dos povoamentos florestais, nomeadamente nas zonas Natura 2000, contribuindo para a protecção da biodiversidade, a preservação dos ecossistemas florestais, a atenuação das alterações climáticas, o reforço do papel protector das florestas quanto aos recursos hídricos e do solo e a prevenção de riscos naturais; e do apoio à prevenção e compensação dos efeitos de catástrofes naturais no potencial silvícola.

Eixo 3 — Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural

Promoção da diversificação da economia e do emprego em meio rural, através da diversificação de actividades nas explorações agrícolas, da criação e desenvolvimento de microempresas e do desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer.

Promoção da melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, através da criação e desenvolvimento de serviços básicos de apoio à economia e população rurais e da promoção da conservação e valorização do património rural.

Desenvolvimento de competências ao nível local, através da promoção do potencial humano necessário para a diversificação das economias locais e o fornecimento de serviços de base local e da aquisição de competências com vista à animação e preparação e execução de estratégias locais de desenvolvimento.

Eixo 4 — LEADER

A integração da Abordagem LEADER na programação, através da prossecução dos objectivos do Eixo 3, incluindo a execução de estratégias locais de desenvolvimento, a execução de projectos de cooperação, o funcionamento dos GAL e a aquisição de competências e a animação dos territórios.

Eixo 5 — Assistência técnica

Respeita às actividades de preparação, coordenação, informação, gestão controlo acompanhamento e avaliação do PRORURAL.

Em termos financeiros o PRORURAL poderá atingir um valor global de despesa na ordem dos 377,8 milhões de euros, a que corresponde 274,5 milhões de euros de comparticipação FEADER, 48,4 milhões de comparticipação do orçamento regional e uma contrapartida privada de 54,9 milhões de euros.



O Programa para o Desenvolvimento das Pescas assenta na criação das condições para a competitividade e sustentabilidade do sector pesqueiro regional, tendo em conta a aplicação de regimes de exploração biológica e ecologicamente sustentáveis; a melhor organização do ramo da captura, transformação e comercialização; o robustecimento da actividade produtiva empresarial, a diversificação e acréscimo de mais valias e a garantia da qualidade dos produtos da pesca.

O desenvolvimento sustentável do sector das pescas da Região Autónoma dos Açores depende de uma visão estratégica comum, de uma política integrada, de um melhor conhecimento científico e técnico, da cooperação institucional entre os parceiros do sector, da valorização dos profissionais e da sua participação activa em sistemas de governação responsáveis e eficazes de forma a que o sector das pescas se torna mais competitivo num quadro de globalização a nível mundial.

Importa realçar a necessidade de ser aprofundada a discriminação positiva que, nos termos do artigo 299.º do Tratado, se deve dar aos operadores sedeados nesta Região Ultraperiférica.

Assim, as linhas orientadoras para o desenvolvimento do sector das pescas da Região Autónoma dos Açores, pressupõe a inclusão no PRODESCAS, dos seguintes eixos prioritários:

Eixo Prioritário 1 — Adaptação da Frota de Pesca Regional

Apoiar a modernização das embarcações de pesca, em particular na motorização, nos equipamentos de bordo e em melhoramentos no casco, convés e cabine; os pescadores e armadores da pequena pesca costeira; a aquisição, por pescadores com idade inferior a 40 anos, da primeira embarcação de pesca usada. Apoiar projectos-piloto no âmbito da diversificação e reorientação da actividade da pesca em pesqueiros regionais; experiências de pesca em pesqueiros externos; apoiar abates selectivos de embarcações de pesca que não tenham as adequadas condições de trabalho de segurança. Apoiar sócio economicamente os profissionais envolvidos em paragens temporárias da sua actividade por razões imprevistas; apoiar a substituição de artes de pesca por outras mais selectivas e amigas do ambiente e aquisição de dispositivos de dissuasão acústica que afastem os cetáceos das artes de pesca.

Eixo Prioritário 2 — Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca

Apoiar investimentos relativos à construção e aquisição de equipamentos para instalações de produção com vista à intro-

dução da actividade aquícola no arquipélago; a modernização das unidades conserveiras; a construção de novas unidades de transformação e de filetagem de pescado congelado; a construção de novas unidades da indústria transformadora tradicional resultantes de deslocalizações por exigências de ordem ambiental ou de planos de ordenamento do território. Promover investimentos que tenham por objectivo a certificação da qualidade dos produtos transformados e a diversificação da produção; a dinamização dos circuitos de comercialização, os investimentos que incrementem as exportações para a União Europeia e para países terceiros e que melhorem a competitividade, a produtividade e a capacidade concorrencial do sector; os investimentos que visem aumentarem o valor acrescentado dos produtos da pesca; os que criem postos de trabalho qualificados e permitam aquisição de conhecimentos e de tecnologias, novas ou inovadoras, através de parcerias entre as empresas e o sistema científico e tecnológico, como universidades e laboratórios.

Eixo Prioritário 3 — Medidas de Interesse Geral

Apoiar medidas de interesse colectivo desenvolvidas com a participação de organizações de produtores, que visem contribuir de forma sustentável para uma melhor gestão ou conservação dos recursos haliêuticos, que controlem as condições de acesso às zonas de pesca, que fomentem a realização de parcerias entre cientistas e profissionais do sector das pescas e que promovam métodos ou artes de pesca selectivos; medidas de interesse colectivo promovidas com a participação de organizações de produtores e que se destinem à realização de investimentos em equipamentos e infra-estruturas de produção, transformação e comercialização, à melhoria das competências profissionais ou das condições de trabalho e de segurança no sector; promover a implementação de planos de melhoria de gestão de capturas e da qualidade dos produtos da pesca; proteger e desenvolver a fauna e a flora aquáticas; a divulgação e promoção dos produtos da pesca e da aquicultura; a realização de estudos que visem o conhecimento do perfil do consumidor e as novas tendências do mercado e sobre o contributo da certificação dos produtos da pesca e sobre o desenvolvimento de novos produtos; a formação profissional, a criação de marcas, a comercialização e marketing; a valorização, promoção e desenvolvimento de novos mercados para os produtos piscícolas; a transformação de embarcações de pesca, para fins de formação ou de investigação no sector das pescas ou outras actividades não ligadas à pesca, como por exemplo a museologia e turismo; apoiar projectos-piloto; consolidar e expandir as estruturas técnicas e operativas; os sistemas SIFICAP e MONICAP.

Eixo Prioritário 4 — Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca

Possibilitar o pluriemprego aos profissionais do sector, permitindo a prática de uma actividade complementar no mar, como seja a actividade turística; criar novos postos de trabalho na comunidade piscatória, através de investimentos que visem o desenvolvimento económico, social ou mesmo cultural, como por exemplo na área da restauração, formação, serviços e pequenos núcleos museológicos locais; Incentivar a criação ou modernização de pequenas infra-estruturas que beneficiem as comunidades mais dependentes da pesca, nomeadamente as relacionadas com o mar, turismo, protecção do ambiente e valorização do nosso património histórico e natural.

Eixo Prioritário 5 — Assistência Técnica

A inclusão deste eixo prioritário no PROPESCA é justificado pela necessidade de financiar as medidas de preparação, acompanhamento, de apoio técnico e administrativo, de avaliação e de auditoria necessárias à execução das diferentes fases do programa.

O PROPESCA terá afecto um montante de fundo comunitário de 33,5 milhões de euros, que permitirá alavancar uma despesa de investimento de 44,7 milhões de euros, considerando adicionalmente o esforço financeiro das autoridades públicas regionais e a participação dos privados.



O Programa de Cooperação Transnacional Açores — Madeira — Canárias, para o período de programação 2007-2013, constitui uma aposta na cooperação como elemento de valor para o desenvolvimento integrado das regiões envolvidas e destas com os países terceiros circunvizinhos.

O objectivo global que sustenta a estratégia adoptada no Programa consiste em, por um lado, incrementar os níveis de desenvolvimento e de integração socioeconómica dos três arquipélagos, fomentando uma estratégia que visará o impulso da sociedade do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, e, por outro, melhorar os níveis de integração socioeconómica do espaço de cooperação com os países de proximidade geográfica e cultural.

Os objectivos específicos que contribuirão para alcançar os eixos estratégicos do Programa, em coerência com o objectivo global, são os seguintes:

- Promover a I+D+i para superar o atraso das regiões do espaço em relação ao continente.
- Aumentar o nível de protecção e melhorar a gestão das zonas costeiras e dos recursos marinhos.
- Melhorar a gestão sustentável dos recursos hídricos, da energia (especialmente renováveis) e dos resíduos.
- Prevenir os riscos sísmicos, vulcânicos, marítimos, climáticos e outras catástrofes naturais.
- Favorecer o desenvolvimento dos países terceiros vizinhos.
- Reforçar a capacidade institucional dos agentes públicos das três regiões e dos países terceiros vizinhos.

Os Eixos Estratégicos definidos para a consecução dos objectivos globais e específicos do programa são os seguintes:

- Eixo 1 — Promoção da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Sociedade de Informação;
- Eixo 2 — Reforço da Gestão Ambiental e da Prevenção de Riscos;
- Eixo 3 — Cooperação com Países Terceiros e articulação da Grande Vizinhança;
- Eixo 4 — Assistência Técnica

O Eixo 1 estabelece como prioridades o desenvolvimento de áreas de Investigação, Inovação e de Desenvolvimento

Tecnológico com aplicação no tecido produtivo dos territórios do espaço, de redes transnacionais de cooperação e transferência tecnológica e científica, em áreas como os transportes, a biodiversidade, a saúde e a inovação em gestão turística e a promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a redução da problemática relacionada com a fragmentação insular e o afastamento do espaço de cooperação, em áreas como a administração electrónica, a gestão urbanística e territorial, a educação, a informação socioeconómica e ambiental, entre outras.

No Eixo 2 são definidas como prioridades a prevenção de riscos naturais (sísmicos, vulcânicos, marítimos, climáticos e outras catástrofes), a gestão sustentável dos recursos hídricos, a energia e os resíduos, a protecção e gestão de zonas costeiras e recursos marinhos e a segurança marítima e costeira.

Por último, no Eixo 3 são definidos como objectivos o impulsionamento do desenvolvimento de um espaço comum de crescimento e integração económica, social e cultural entre as regiões ultraperiféricas da Macaronésia e os países terceiros vizinhos através de acções de cooperação com benefício mútuo, o favorecimento de estabelecimento de laços estáveis de cooperação institucional, o de servir como experiência piloto de cooperação territorial entre a União Europeia e os países terceiros através da implementação de fórmulas operativas de coordenação dos fundos FEDER e FED e o reforço do papel das regiões ultraperiféricas como plataforma para a cooperação territorial entre a União Europeia e os países vizinhos.

O Plano Financeiro Conjunto do Programa apresenta um custo total previsto que ascende a 65 169 525 € e a comparticipação do FEDER a 55 394 099 €, que corresponde a uma taxa máxima de ajuda comunitária de 85 % para a zona transnacional.

A percentagem de contrapartidas nacionais, que ascende a 15 %, resulta do nível de contrapartidas propostas por cada Estado-Membro. Este montante de recursos nacionais atinge os 9 775 426 €, procedentes do sector público.

A Região Autónoma dos Açores e da Madeira, neste conjunto, têm disponível, cada uma, a comparticipação FEDER de 5 197 049,50 €. A Comunidade Autónoma de Canárias, por seu turno, dispõe de uma comparticipação FEDER de 45 000 000 €.

A repartição do FEDER por Eixo Prioritário do Programa, para a Região Autónoma dos Açores, estrutura-se da seguinte forma:

Unidade: euros	
Eixos Prioritários	FEDER
Eixo 1 — Promoção da investigação, desenvolvimento tecnológico, inovação e sociedade da informação	2 314 671
Eixo 2 — Consolidação da gestão do meio ambiente e da prevenção de riscos	1 820 555
Eixo 3 — Cooperação com países terceiros e articulação de grande vizinhança	750 000
Eixo 4 — Assistência Técnica	311 823
<i>Total</i>	5 197 049

No decorrer do ano de 2008, procedeu-se ao lançamento da primeira Convocatória — Convocatória n.º 7/2008, de 1 de Setembro — para a apresentação de projectos aos Eixos 1 e 2 do Programa e decorreu de 1 de Setembro a 30 de Outubro. O FEDER total disponível para esta Convocatória para a RAA é de 4 135 226 €.

Nesta convocatória, foram apresentadas 106 candidaturas, com a participação de entidades açorianas. Relativamente à aprovação de projectos, estima-se que tenha lugar durante o 1.º semestre de 2009.

Investimento público 2009

Desagregação por objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Euro Outros Fundos
TOTAL		821.529.718	533.885.349	287.644.369
MELHORAR AS QUALIFICAÇÕES E AS COMPETÊNCIAS DOS AÇORIANOS		190.040.419	114.129.419	75.911.000
1	DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS E DO SISTEMA EDUCATIVO	59.604.345	53.693.345	5.911.000
1 1	Construções Escolares	33.742.125	32.831.125	911.000
1 1 1	Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.	2.450.000	2.450.000	
1 1 2	Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)	500.000	250.000	250.000
1 1 3	Reparação e Adaptação do Ensino Secundário EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha	15.205	15.205	
1 1 4	Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3 Vila Franca do Campo	5.853.567	5.853.567	
1 1 5	Construção da Nova EB 2,3/S das Lajes do Pico	393.033	393.033	
1 1 6	Construção da Escola Básica 1,2,3/JI de Ponta Garça	9.550.000	9.550.000	
1 1 7	Construção da EB 1,2,3/JI de Água de Pau	600.000	600.000	
1 1 8	Construção da EB 2,3 Francisco F. Drumond - São Sebastião	6.027.525	6.027.525	
1 1 9	Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/S de Velas	569.595	569.595	
1 1 10	Assistência técnica e fecho financeiro	1.000.000	1.000.000	
1 1 11	Requalificação da EB 3/S Antero de Quental	300.000	300.000	
1 1 12	Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso	500.000	500.000	
1 1 13	Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 1,2,3/S de São Roque do Pico	600.000	600.000	
1 1 14	Construção do pavilhão gimnodesportivo da EB1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas	1.872.200	1.872.200	
1 1 15	Ampliação e Adaptação da EB 2,3/S Cardeal Costa Nunes	186.000	25.000	161.000
1 1 16	Construção da Escola Básica das Lajes das Flores	2.400.000	2.000.000	400.000
1 1 17	Construção da Escola Básica da Ponta da Ilha - Pico	125.000	25.000	100.000
1 1 18	Requalificação das instalações para os 2º e 3º Ciclos da EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho	550.000	550.000	
1 1 19	Requalificação e construção do Auditório da EB/S de Vila Porto	200.000	200.000	
1 1 20	Requalificação da Escola Básica Integrada Canto da Maia	50.000	50.000	
1 2	Equipamentos Escolares	1.800.000	1.800.000	
1 2 1	Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	1.800.000	1.800.000	
1 3	Formação Profissional	11.602.700	11.602.700	
1 3 1	Formação do Pessoal Docente e não Docente	550.000	550.000	
1 3 2	Formação e Apoio Social	11.052.700	11.052.700	
1 4	Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado	11.250.000	6.250.000	5.000.000
1 4 1	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	4.250.000	4.250.000	
1 4 2	Escola Profissional das Capelas	7.000.000	2.000.000	5.000.000

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
1	5	Tecnologias da Informação e Comunicação		500.000	500.000	
1	5	1	Projectos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação	500.000	500.000	
1	6	Reparação do Edifício Sede da SREF		33.020	33.020	
1	6	1	Recuperação da cobertura, revisão redes eléctricas, comunicações, vigilância e construção de anexo	33.020	33.020	
1	7	Projectos Pedagógicos		676.500	676.500	
1	7	1	Avaliação do Sistema Educativo Regional	100.000	100.000	
1	7	2	Projecto de Cooperação Transnacional - MAC 2007-2013	76.500	76.500	
1	7	3	Projectos de Inovação Pedagógica	500.000	500.000	
2	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DO CONSUMIDOR			91.555.000	21.655.000	69.900.000
2	1	Emprego e Formação Profissional		91.555.000	21.655.000	69.900.000
2	1	1	Formação Profissional	52.950.000	650.000	52.300.000
2	1	2	Escola de Formação Turística e Hoteleira	900.000	900.000	
2	1	3	Programas de Estágios Profissionais	4.150.000	650.000	3.500.000
2	1	4	Programas de Emprego	32.175.000	18.875.000	13.300.000
2	1	5	Adequação Tecnológica dos Serviços	100.000	100.000	
2	1	6	Defesa do Consumidor	210.000	210.000	
2	1	7	Estudos, Projectos e Cooperação	400.000	50.000	350.000
2	1	8	Inspecção Regional do Trabalho	450.000		450.000
2	1	9	Fomento da empregabilidade em Rabo de Peixe	20.000	20.000	
2	1	10	Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário, Subemprego e Trabalho Ilegal	200.000	200.000	
3	JUVENTUDE			5.008.033	5.008.033	
3	1	Juventude		5.008.033	5.008.033	
3	1	1	Ocupação do Tempo Livre dos Jovens	800.000	800.000	
3	1	2	Apoio e Incentivo à Mobilidade dos Jovens	1.063.000	1.063.000	
3	1	3	Pousadas de Juventude dos Açores	272.000	272.000	
3	1	4	Apoio e Incentivo ao Associativismo dos Jovens	527.319	527.319	
3	1	5	Sistema de Informação ao Jovem dos Açores	300.000	300.000	
3	1	6	Apoio e Incentivo à Iniciativa dos Jovens	158.000	158.000	
3	1	7	Pousada de Juventude do Pico	246.214	246.214	
3	1	8	Pousada de Juventude de Santa Maria	503.500	503.500	
3	1	9	Cidadania e Incentivo ao Voluntariado	143.000	143.000	
3	1	10	Desenvolvimento das Competências Tecnológicas e Empreendedorismo nos Jovens	200.000	200.000	
3	1	11	Incentivo à Criatividade e Empreendedorismo e Oficinas de Criação	166.000	166.000	
3	1	12	Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	178.000	178.000	
3	1	13	Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis	150.000	150.000	

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
3	1	14	Academias de Juventude	276.000	276.000	
3	1	15	Intervenção Específica em Rabo de Peixe	25.000	25.000	
4			PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS	16.703.041	16.603.041	100.000
4	1		Dinamização de Actividades Culturais	3.335.000	3.235.000	100.000
4	1	1	Escolas de Formação	140.000	140.000	
4	1	2	Edição de Obras de Cariz Cultural	100.000	100.000	
4	1	3	Rede de Leitura Pública	100.000	100.000	
4	1	4	Bolsas para Formação Artística e Técnica	15.000	15.000	
4	1	5	Orquestra Regional dos Açores - (Lira Açoriana)	150.000	150.000	
4	1	6	Eventos de Iniciativa Governamental	500.000	500.000	
4	1	7	Arte Contemporânea dos Açores - ArTca	250.000	250.000	
4	1	8	Apoios a Actividades de Relevante Interesse Cultural	2.000.000	1.900.000	100.000
4	1	9	Laboratório-Escola Móvel de Teatro	50.000	50.000	
4	1	10	Dinamização das Actividades Culturais em Rabo de Peixe	30.000	30.000	
4	2		Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	13.368.041	13.368.041	
4	2	1	Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	550.000	550.000	
4	2	2	Inventário do Património Artístico e Cultural	115.000	115.000	
4	2	3	Classificação de Imóveis em Núcleos Protegidos	250.000	250.000	
4	2	4	Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo - Novas Instalações	4.500.000	4.500.000	
4	2	5	Investigação Arqueológica	90.000	90.000	
4	2	6	Museus, Bibliotecas e Arquivos	850.000	850.000	
4	2	7	Museu do Pico - Museu dos Baleeiros	25.000	25.000	
4	2	8	Salvaguarda do Património Baleeiro	300.000	300.000	
4	2	9	Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	50.000	50.000	
4	2	10	Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	100.000	100.000	
4	2	11	Inventário e Tratamento dos Arquivos da Região	150.000	150.000	
4	2	12	Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais	350.000	350.000	
4	2	13	Recolhimento de Santa Bárbara - Museu Carlos Machado	1.700.000	1.700.000	
4	2	14	Espaço Cultural Multiusos da Ilha do Corvo	450.000	450.000	
4	2	15	Centro de Arte Contemporânea - Arquipélago	825.000	825.000	
4	2	16	Museu da Graciosa - Ampliação das Instalações	800.000	800.000	
4	2	17	Palácio de Santana - Conservação e Restauro	100.000	100.000	
4	2	18	Reabilitação do Convento de S. Boaventura - Museu das Flores	500.000	500.000	
4	2	19	Casa Manuel de Arriaga	100.000	100.000	

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
4	2	20	Antigo Hospital da Boa Nova	50.000	50.000	
4	2	21	Execução do Protocolo com a Diocese de Angra	1.400.000	1.400.000	
4	2	22	Apoio financeiro a edifício de culto da IASD	113.041	113.041	
5			DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	15.715.000	15.715.000	
5	1		Instalações e Equipamentos	5.385.000	5.385.000	
5	1	1	Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas	470.000	470.000	
5	1	2	Parque Desportivo de São Miguel	1.260.000	1.260.000	
5	1	3	Parque Desportivo da Ilha Terceira	1.285.000	1.285.000	
5	1	4	Parque Desportivo do Faial	475.000	475.000	
5	1	5	Modernização, Acessibilidades e Apetrechamento de Instalações	190.000	190.000	
5	1	6	Apoio à Construção e Beneficiação de Pavilhões Desportivos e Sedes de Clubes e Associações Desportivas	1.205.000	1.205.000	
5	1	7	Requalificação do Estádio de São Miguel	450.000	450.000	
5	1	8	Construção do Estádio Mário Lino	25.000	25.000	
5	1	9	Requalificação do Estádio João Paulo II	25.000	25.000	
5	2		Actividades Desportivas	6.495.000	6.495.000	
5	2	1	Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região Autónoma dos Açores	150.000	150.000	
5	2	2	Desporto Escolar	425.000	425.000	
5	2	3	Alta Competição, Prémios de Classificação e Subidas de Divisão	425.000	425.000	
5	2	4	Actividade Física e Desportiva Adaptada	115.000	115.000	
5	2	5	Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais e Série Açores	2.500.000	2.500.000	
5	2	6	Apoio às actividades das associações desportivas	2.750.000	2.750.000	
5	2	7	Dinamização de Actividades Desportivas em Rabo de Peixe	65.000	65.000	
5	2	8	Apoio à participação em Quadros Competitivos Nacionais em Rabo de Peixe	65.000	65.000	
5	3		Promoção e Formação	3.835.000	3.835.000	
5	3	1	Congressos e Seminários, Estudos e Investigação	40.000	40.000	
5	3	2	Estrutura Técnica Associativa	625.000	625.000	
5	3	3	Eventos desportivos, promoção e formação na área do desporto	350.000	350.000	
5	3	4	Jogos das Ilhas	300.000	300.000	
5	3	5	Escolinhas do Desporto	300.000	300.000	
5	3	6	Actividades de Treino e Competição	2.135.000	2.135.000	
5	3	7	Actividade Física e Desportiva dos Adultos	85.000	85.000	
6			INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.455.000	1.455.000	
6	1		Apoio aos Media	1.300.000	1.300.000	
6	1	1	Promedia	600.000	600.000	
6	1	2	Promoção mediática dos Açores no exterior	400.000	400.000	

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
6	1	3	Apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão	100.000	100.000	
6	1	4	Portal do Governo	150.000	150.000	
6	1	5	Encontro de Órgãos de Comunicação Social/Área de Imprensa	50.000	50.000	
6	2		Jornal Oficial	155.000	155.000	
6	2	1	Disponibilização On Line do Jornal Oficial	20.000	20.000	
6	2	2	Acesso à Base de Dados Jurídica	135.000	135.000	
PROMOVER O CRESCIMENTO SUSTENTADO DA ECONOMIA				303.465.202	190.885.230	112.579.972
7			AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL	122.263.924	58.053.314	64.210.610
7	1		Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas	51.114.681	20.225.500	30.889.181
7	1	1	Restruturação Fundiária	500.000	500.000	
7	1	2	Abastecimento de Água	11.500.000	500.000	11.000.000
7	1	3	Caminhos Agrícolas	10.389.181	500.000	9.889.181
7	1	4	Electrificação Agrícola	5.500.000	500.000	5.000.000
7	1	5	Caminhos Rurais	6.300.000	6.300.000	
7	1	6	Infra-estruturas Florestais	347.500	347.500	
7	1	7	Infra-estruturas dos Serviços	400.000	400.000	
7	1	8	Infra-estruturas Fitossanitárias	600.000	600.000	
7	1	9	Infra-estruturas veterinárias	5.500.000	5.500.000	
7	1	10	Infra-Estruturas de Abate	6.578.000	1.578.000	5.000.000
7	1	11	Parques de Exposições Agro-Comerciais	3.000.000	3.000.000	
7	1	12	Estudos e Tecnologias de Informação e Comunicação	460.000	460.000	
7	1	13	Sistema de Informação Geográfica da Agricultura	40.000	40.000	
7	2		Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais	38.286.993	21.155.564	17.131.429
7	2	1	Sanidade Animal	9.000.000	6.000.000	3.000.000
7	2	2	Sanidade Vegetal	1.040.000	1.040.000	
7	2	3	Melhoramento Animal	985.000	985.000	
7	2	4	Experimentação e Divulgação Agrária	1.500.000	1.500.000	
7	2	5	Valorização E Qualificação Profissional Agrária	950.000	657.058	292.942
7	2	6	Vulgarização e Extensão Rural	1.377.310	1.377.310	
7	2	7	Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola	885.683	297.196	588.487
7	2	8	Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas	14.184.000	4.184.000	10.000.000
7	2	9	Diversificação Agrícola	400.000	400.000	
7	2	10	Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	575.000	575.000	

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
7	2	11	Resgate da Quantidade de Referência	2.000.000	2.000.000	
7	2	12	Reforma Antecipada	4.125.000	875.000	3.250.000
7	2	13	Incentivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA)	500.000	500.000	
7	2	14	Apoio às Organizações de Produtores	700.000	700.000	
7	2	15	Promoção do Desenvolvimento Agrário em Rabo de Peixe	65.000	65.000	
7	3		Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	32.862.250	16.672.250	16.190.000
7	3	1	Apoio à Indústria Agro-alimentar	19.762.250	3.572.250	16.190.000
7	3	2	Apoio ao Escoamento de Produtos na Indústria Agro-Alimentar	3.700.000	3.700.000	
7	3	3	Regularização de Mercados	7.000.000	7.000.000	
7	3	4	Qualidade e Certificação	650.000	650.000	
7	3	5	Promoção de Produtos Açorianos	1.750.000	1.750.000	
8			VALORIZAÇÃO DO MUNDO RURAL	33.850.904	8.150.904	25.700.000
8	1		Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural	10.158.444	2.458.444	7.700.000
8	1	1	Diversificação da Economia Rural	6.300.000	800.000	5.500.000
8	1	2	Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	2.858.444	658.444	2.200.000
8	1	3	Fomento e Gestão dos Recursos Florestais	1.000.000	1.000.000	
8	2		Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural	23.692.460	5.692.460	18.000.000
8	2	1	Manutenção da actividade agrícola	11.507.219	2.007.219	9.500.000
8	2	2	Pagamentos Agro-ambientais e Natura 2000	9.907.241	1.407.241	8.500.000
8	2	3	Uso Múltiplo da Floresta	1.690.000	1.690.000	
8	2	4	Formação e Informação Florestal	588.000	588.000	
9			MODERNIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS E DA ACTIVIDADE DA PESCA	29.882.241	24.100.282	5.781.959
9	1		Inspecção e Gestão	1.469.961	1.469.961	
9	1	1	Fiscalização e Inspecção	125.000	125.000	
9	1	2	Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras entidades	910.000	910.000	
9	1	3	Congressos e Exposições	121.750	121.750	
9	1	4	Tribunal Europeu	228.000	228.000	
9	1	5	Sistema de Acompanhamento Electrónico	85.211	85.211	
9	2		Infra-Estruturas Portuárias	14.347.383	12.911.207	1.436.176
9	2	1	Portos da Região	300.000	300.000	
9	2	2	Programa de apoio à actividade marítimo-portuário no sector das pescas	2.637.107	2.637.107	
9	2	3	Protocolos com Associações do Sector	270.000	270.000	
9	2	4	Cooperação com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais	51.000	51.000	
9	2	5	Cooperação com a Direcção de Faróis	53.100	53.100	

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
9	2	6	Programa Regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca	11.036.176	9.600.000	1.436.176
9	3		Frota	5.950.000	5.950.000	
9	3	1	Plano Regional De Renovação Da Frota de Pesca	5.600.000	5.600.000	
9	3	2	FUNDOPESCA	150.000	150.000	
9	3	3	Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local	200.000	200.000	
9	4		Produtos da Pesca	2.925.000	2.925.000	
9	4	1	Cooperação Externa	50.000	50.000	
9	4	2	Mercados e Comercialização	550.000	550.000	
9	4	3	Transformação E Aquicultura	2.000.000	2.000.000	
9	4	4	Apoio ao Desenvolvimento de Pescarias de Profundidade	75.000	75.000	
9	4	5	Regime de Compensação ao Escoamento dos Produtos da Pesca das Ilhas de Coesão	250.000	250.000	
9	5		Formação Profissional	544.114	544.114	
9	5	1	Divulgação	50.000	50.000	
9	5	2	Formação	394.114	394.114	
9	5	3	Estruturas e Equipamentos	100.000	100.000	
9	6		Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas	4.645.783	300.000	4.345.783
9	6	1	Apoio ao investimento no âmbito dos projectos FEP	4.645.783	300.000	4.345.783
10			DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	29.816.916	29.816.916	
10	1		Promoção Turística	10.775.000	10.775.000	
10	1	1	Estudos e Concertação da Política de Turismo	75.000	75.000	
10	1	2	Informação Turística	50.000	50.000	
10	1	3	Eventos Promocionais	200.000	200.000	
10	1	4	Viagens Educacionais	200.000	200.000	
10	1	5	Materiais de Promoção	250.000	250.000	
10	1	6	Campanhas Publicitárias	10.000.000	10.000.000	
10	2		Oferta e Animação Turística	650.000	650.000	
10	2	1	Estruturas Físicas de Apoio	500.000	500.000	
10	2	2	Animação Turística	150.000	150.000	
10	3		Investimentos Estratégicos	18.391.916	18.391.916	
10	3	1	Iniciativas Diversas	10.000.000	10.000.000	
10	3	2	Centro Cultural e de Congressos	750.000	750.000	
10	3	3	Desenvolvimento dos Recursos Termais	6.000.000	6.000.000	
10	3	4	Remodelação e Ampliação da Marginal e Parque Turístico e Ambiental do Paúl - Praia da Vitória	1.641.916	1.641.916	
11			FOMENTO DA COMPETITIVIDADE	64.275.000	55.775.000	8.500.000
11	1		Sistemas de Incentivos	44.800.000	36.300.000	8.500.000
11	1	1	Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores - SIDER	43.500.000	35.000.000	8.500.000

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
11	1	2	Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo - Empreende Jovem	200.000	200.000	
11	1	3	Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos	900.000	900.000	
11	1	4	Sistema de Incentivos ao Artesanato	200.000	200.000	
11	2		Apoio ao Empreendedorismo	75.000	75.000	
11	2	1	Dinamização do Espírito Empreendedor	75.000	75.000	
11	3		Qualidade e Inovação Tecnológico	350.000	350.000	
11	3	1	Dinamização do Sistema Tecnológico	100.000	100.000	
11	3	2	Promoção da Qualidade	250.000	250.000	
11	4		Apoio à Actividade Empresarial	18.670.000	18.670.000	
11	4	1	Valorização dos Recursos Geológicos	150.000	150.000	
11	4	2	Divulgação das Potencialidades Económicas	450.000	450.000	
11	4	3	Mobilização da Iniciativa Empresarial e Captação de Investimento	750.000	750.000	
11	4	4	Informações ao Investidor	120.000	120.000	
11	4	5	Apoio ao Cooperativismo	30.000	30.000	
11	4	6	Estudos e Projectos	170.000	170.000	
11	4	7	Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Económica	17.000.000	17.000.000	
11	5		Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	300.000	300.000	
11	5	1	Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais	30.000	30.000	
11	5	2	Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios	250.000	250.000	
11	5	3	Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais	20.000	20.000	
11	6		Microcrédito	30.000	30.000	
11	6	1	Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário	30.000	30.000	
11	7		Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	50.000	50.000	
11	7	1	Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	50.000	50.000	
12			CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	23.376.217	14.988.814	8.387.403
12	1		Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	21.987.403	13.600.000	8.387.403
12	1	1	Apoio a instituições de investigação científica	1.200.000	1.200.000	
12	1	2	Projectos de Investigação científica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores	550.000	550.000	
12	1	3	Apoio à Formação Avançada	1.100.000	1.100.000	
12	1	4	Apoio a infra-estruturas de divulgação científica e tecnológica	700.000	700.000	
12	1	5	Iniciativas de I&D de contexto empresarial	2.600.000	2.600.000	
12	1	6	Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação	6.000.000	6.000.000	
12	1	7	Apoio à integração dos cidadãos portadores de deficiência na Sociedade do Conhecimento	300.000	300.000	
12	1	8	Apoio ao Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores	450.000	450.000	
12	1	9	Construções Universitárias da Terceira e da Horta	7.300.000	700.000	6.600.000

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
12	1	10	Apoio a Projectos Tecnológicos e Bolsas de Investigação	1.787.403		1.787.403
12	2		Melhoria dos Sistemas Informáticas da SRCTE	250.000	250.000	
12	2	1	Melhoria dos Sistemas Informáticas da SRCTE	150.000	150.000	
12	2	2	Sistemas de Informação e Comunicações da SRCTE	100.000	100.000	
12	3		Comunicações	626.500	626.500	
12	3	1	Promoção/Divulgação/Cooperação	100.000	100.000	
12	3	2	Estação de Rastreo de Satélitos de Santa Maria	500.000	500.000	
12	3	3	FIBRIMAC - Anillo de Fibra Óptica	26.500	26.500	
12	4		Cartografia	512.314	512.314	
12	4	1	Geodesia e Cartografia	87.314	87.314	
12	4	2	Cadastro Predial	70.000	70.000	
12	4	3	RAEGE	265.000	265.000	
12	4	4	Projectos Comunitários Transnacionais	90.000	90.000	
REFORÇAR A SOLIDARIEDADE E A COESÃO SOCIAL				103.398.587	83.998.587	19.400.000
13			DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE	18.439.240	16.439.240	2.000.000
13	1		Equipamentos de Apoio a Idosos	4.750.000	4.750.000	
13	1	1	Construção de edifício para lar de idosos, centro de dia e serviço de apoio domiciliário, nos Arrifes	20.000	20.000	
13	1	2	Reconstrução do Claustro Sul do Recolhimento de São Gonçalo	500.000	500.000	
13	1	3	Remodelação e adaptação de edifício para lar de idosos na Praia da Vitória	500.000	500.000	
13	1	4	Criação de Lar de Idosos na Calheta	500.000	500.000	
13	1	5	Remodelação e ampliação de edifício para criação de lar de idosos nas Lages do Pico	880.000	880.000	
13	1	6	Construção de Lar de Idosos nas Lages das Flores	1.000.000	1.000.000	
13	1	7	Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	150.000	150.000	
13	1	8	Projecto de implementação da rede de cuidados continuados dos Açores	800.000	800.000	
13	1	9	Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equipamentos Sociais de Apoio aos Idosos	400.000	400.000	
13	2		Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude	2.030.000	2.030.000	
13	2	1	Construção de edifício para creche em Vila Porto	10.000	10.000	
13	2	2	Construção novo edifício para creche em Ponta Delgada	400.000	400.000	
13	2	3	Construção de creche e atelier de tempos livres nos Arrifes	150.000	150.000	
13	2	4	Construção de edifício para creche e serviço de apoio domiciliário nas Capelas	25.000	25.000	
13	2	5	Construção de edifício p/centro de acolhimento, atelier de tempos livres e residência Irmãs na Povoação	70.000	70.000	
13	2	6	Construção de edifício para convívio de idosos, atelier de tempos livres e creche no Pico da Pedra	50.000	50.000	
13	2	7	Remodelação do edifício da creche e jardim de infância na freguesia de Terra-Chã	350.000	350.000	
13	2	8	Remodelação e melhoramento em 3 centros de acolhimento de jovens em Angra do Heroísmo	100.000	100.000	
13	2	9	Construção edifício p/creche, jardim e centro de actividades ocupacionais em Sta. Cruz da Graciosa	25.000	25.000	

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
13	2	10	Construção de edifício para atelier de tempos livres e centro convívio, nos Toledos, Madalena	150.000	150.000	
13	2	11	Construção de edifício p/instalação de creche, sala de jardim e atelier de tempos livres em S. Roque do Pico	30.000	30.000	
13	2	12	Construção de edifício para creche, convívio e serviço de apoio domiciliário na freguesia dos Flamengos, Horta	20.000	20.000	
13	2	13	Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	150.000	150.000	
13	2	14	Projecto de implementação do sistema de acolhimento dos Açores	300.000	300.000	
13	2	15	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	200.000	200.000	
13	3		Equipamentos de Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	3.410.000	3.410.000	
13	3	1	Construção edifício para lar residencial para cidadãos portadores de deficiência em Ponta Delgada	160.000	160.000	
13	3	2	Construção edifício para centro actividades ocupacionais, cozinha e lavandaria, em Vila Franca	2.500.000	2.500.000	
13	3	3	Construção de centro de actividades ocupacionais da Ribeira Grande	400.000	400.000	
13	3	4	Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	200.000	200.000	
13	3	5	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	150.000	150.000	
13	4		Equipamentos de Apoio à Família, Comunidade e Serviços	6.893.240	4.893.240	2.000.000
13	4	1	Programa de Alargamento dos Equipamentos Sociais dos Açores - PARESA	2.000.000		2.000.000
13	4	2	COMPAMID	3.000.000	3.000.000	
13	4	3	Investimentos de capital para Segurança Social na Região dos Açores (CGFSS)	1.000.000	1.000.000	
13	4	4	Construção de edifício para serviços Segurança Social e Casa do Povo na Achadinha do Nordeste	140.000	140.000	
13	4	5	Recuperação zona serviços no edifício da Casa do Povo, na freguesia de Feteira, em Angra do Heroísmo	20.000	20.000	
13	4	6	Comparticipação na construção do edifício para serviços e Casa do Povo, na freguesia de Praia do Norte, Faial	230.800	230.800	
13	4	7	Instalações da Creche do IGRSS	52.440	52.440	
13	4	8	Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	50.000	50.000	
13	4	9	Criação de estruturas de apoio aos grupos com vulnerabilidade grave	300.000	300.000	
13	4	10	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à Comunidade e Serviços	100.000	100.000	
13	5		Igualdade de Oportunidades	1.356.000	1.356.000	
13	5	1	Promoção da Integração Transversal e Intersectorial do Princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos	280.500	280.500	
13	5	2	Promoção e a disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e na implementação de políticas afirmativas e amigas das famílias	475.000	475.000	
13	5	3	Combater e prevenir a violência e atitudes discriminatórias	420.500	420.500	
13	5	4	Implementar mecanismos e estratégias potenciadoras da inclusão social e consequente mobilidade social de grupos mais vulneráveis	180.000	180.000	
14			HABITAÇÃO	67.828.190	53.828.190	14.000.000
14	1		Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	49.184.573	35.184.573	14.000.000
14	1	1	Apoio à Construção, Ampliação e Alteração de Habitação Própria	700.000	700.000	
14	1	2	Apoio à Aquisição de Habitação Própria e Arrendamento Urbano	43.600.000	29.600.000	14.000.000
14	1	3	Aquisição de Solos	86.950	86.950	
14	1	4	Apoio ao Arrendamento Temporário de Famílias Carenciadas	1.000.000	1.000.000	

Euro

Objectivo/Programa/Projecto/Ação					Investimento	Plano	Outros Fundos
14	1	5	Contrato Programa com a SPRHI, SA		425.623	425.623	
14	1	6	Operações de Loteamento e Obras de Urbanização		1.072.000	1.072.000	
14	1	7	Reabilitação de Infra-estruturas Habitacionais		300.000	300.000	
14	1	8	Contrato Programa com a SPRHI, SA - Sismo		2.000.000	2.000.000	
14	2		Recuperação do Parque Habitacional		5.741.240	5.741.240	
14	2	1	Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Privado		1.750.000	1.750.000	
14	2	2	Colaboração com Autarquias - Recuperação do Parque Habitacional		1.005.000	1.005.000	
14	2	3	Recuperação do Parque Habitacional Social da RAA		750.000	750.000	
14	2	4	Apoio à Recuperação de Imóveis Afectados por Têrmitas		500.000	500.000	
14	2	5	Reconstrução de Habitação - Administração Directa		1.736.240	1.736.240	
14	3		Promoção de Habitação para Realojamentos		12.402.377	12.402.377	
14	3	1	Acordos de Colaboração RAA/IHRU - PROHABITA		4.250.000	4.250.000	
14	3	2	Cooperação com Autarquias - Acordos RAA/IHRU, I.P./Municípios		3.200.000	3.200.000	
14	3	3	Salvaguarda Habitacional das Populações em Situação de Risco		700.000	700.000	
14	3	4	Acordos de Colaboração RAA/IHRU, I.P. - PROHABITA em Rabo de Peixe		2.250.000	2.250.000	
14	3	5	Cooperação com Autarquias - Acordos RAA/IHRU, I.P./Município em Rabo de Peixe		1.252.377	1.252.377	
14	3	6	Salvaguarda Habitacional de Famílias em Situação de Risco em Rabo de Peixe		750.000	750.000	
14	4		Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação		500.000	500.000	
14	4	1	Requalificação do Edifício e Equipamentos para a DRH		350.000	350.000	
14	4	2	Adequação Tecnológica dos Serviços		110.000	110.000	
14	4	3	Sistema de Informação Geográfica da Habitação		40.000	40.000	
15			DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E DO SISTEMA DE SAÚDE		17.131.157	13.731.157	3.400.000
15	1		Construção de Novas Infra-Estruturas		2.799.000	2.799.000	
15	1	1	Unidades de Saúde		374.000	374.000	
15	1	2	Centros de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada		1.800.000	1.800.000	
15	1	3	Centro de Radioterapia dos Açores		325.000	325.000	
15	1	4	Heliporto da Calheta		275.000	275.000	
15	1	5	Unidade de Geriatria da Casa de Saúde de São Miguel		25.000	25.000	
15	2		Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde		2.073.157	2.073.157	
15	2	1	Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde		1.523.157	1.523.157	
15	2	2	Beneficiação de Unidades de Saúde		500.000	500.000	
15	2	3	Beneficiação de Edifícios		50.000	50.000	
15	3		Apetrechamento e Modernização		1.327.000	1.327.000	
15	3	1	Equipamentos para Unidades de Saúde		1.000.000	1.000.000	

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
15	3	2	Viaturas do Serviço Regional de Saúde	67.000	67.000	
15	3	3	Emergência Médica	260.000	260.000	
15	4		Formação e Iniciativas em Saúde	7.432.000	7.432.000	
15	4	1	Actualização de Profissionais de Saúde	1.150.000	1.150.000	
15	4	2	Plano Regional de Saúde	500.000	500.000	
15	4	3	Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco	1.482.000	1.482.000	
15	4	4	Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos	1.500.000	1.500.000	
15	4	5	Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS	2.000.000	2.000.000	
15	4	6	Políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade	250.000	250.000	
15	4	7	Parcerias	25.000	25.000	
15	4	8	Promoção da qualidade dos serviços e de captação e qualificação de profissionais de saúde	25.000	25.000	
15	4	9	Vale Saúde	500.000	500.000	
15	5		Tecnologias de Informação na Saúde	3.500.000	100.000	3.400.000
15	5	1	Sistemas de Informação da Saúde	3.500.000	100.000	3.400.000
GERIR COM EFICIÊNCIA O TERRITÓRIO PROMOVEDO A QUALIDADE AMBIENTAL				201.314.955	128.255.113	73.059.842
16			ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, QUALIDADE AMBIENTAL E ENERGIA	33.519.116	26.519.116	7.000.000
16	1		Ordenamento do Território	12.856.397	5.856.397	7.000.000
16	1	1	Revisão, Elaboração e Implementação do PROTA	70.000	70.000	
16	1	2	Plano e Gestão de Zonas Costeiras	547.120	547.120	
16	1	3	Planeamento e Gestão de Bacias Hidrográficas de Lagoas	7.122.822	122.822	7.000.000
16	1	4	Observatório do Território e do Urbanismo	110.000	110.000	
16	1	5	Caracterização e Definição de Condicionantes de Risco	150.000	150.000	
16	1	6	Ações de acompanhamento, divulgação, sensibilização e apoio à tomada de decisões	40.000	40.000	
16	1	7	Requalificação e Protecção Costeira	4.816.455	4.816.455	
16	2		Recursos Hídricos	8.353.129	8.353.129	
16	2	1	Implementação da Directiva Quadro da Água e da Lei da Água	376.630	376.630	
16	2	2	Implementação da Directiva das Águas Subterrâneas	728.599	728.599	
16	2	3	Rede de Monitorização Hidrometeorológica Automática	2.150.000	2.150.000	
16	2	4	Monitorização da qualidade das águas interiores, de transição e costeiras	537.000	537.000	
16	2	5	Monitorização da Qualidade das Águas Balneares	280.000	280.000	
16	2	6	Controlo da eutrofização das lagoas dos Açores	170.000	170.000	
16	2	7	Prevenção e análise de risco de cheias e deslizamentos	100.000	100.000	
16	2	8	Requalificação e Protecção de Recursos Hídricos	4.010.900	4.010.900	

Euro

Objectivo/Programa/Projecto/Ação			Investimento	Plano	Outros Fundos
16	3	Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão	235.000	235.000	
16	3	1 Infra-estrutura informática e de comunicações	105.000	105.000	
16	3	2 Sistema regional de informação georeferenciada	130.000	130.000	
16	4	Modernização dos Serviços	276.496	276.496	
16	4	1 Formação e Modernização dos Serviços	26.000	26.000	
16	4	2 Estratégia e Planeamento	80.496	80.496	
16	4	3 Informação Geográfica	170.000	170.000	
16	5	Conservação da Natureza	1.876.435	1.876.435	
16	5	1 Biodiversidade	231.829	231.829	
16	5	2 Erradicação de Organismos Invasores	195.000	195.000	
16	5	3 Geodiversidade	86.500	86.500	
16	5	4 Reservas da Biosfera	80.000	80.000	
16	5	5 Gestão de Parques Naturais de Ilha	860.436	860.436	
16	5	6 Requalificação da Caldeira Velha - 2ª fase	225.000	225.000	
16	5	7 Jardins Botânicos	147.670	147.670	
16	5	8 Projectos de Cooperação Transnacional - MAC 2007-2013	50.000	50.000	
16	6	Património Mundial	1.280.991	1.280.991	
16	6	1 Gestão da Paisagem Protegida da Vinha do Pico	582.000	582.000	
16	6	2 Regime de Incentivos da Paisagem Protegida da Vinha do Pico	400.500	400.500	
16	6	3 Plano de Intervenção da Montanha do Pico	245.491	245.491	
16	6	4 Gestão do Parque Natural da Ilha do Pico	53.000	53.000	
16	7	Avaliação Ambiental	491.496	491.496	
16	7	1 Relatório do Estado do Ambiente	80.000	80.000	
16	7	2 Regime Legal de Poluição Sonora	12.000	12.000	
16	7	3 Avaliação do Impacte Ambiental	34.496	34.496	
16	7	4 Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental	180.000	180.000	
16	7	5 Inspeção e Fiscalização Ambiental	185.000	185.000	
16	8	Resíduos	3.001.622	3.001.622	
16	8	1 Gestão de Resíduos	300.000	300.000	
16	8	2 Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos	1.901.343	1.901.343	
16	8	3 Remoção de Passivos Ambientais	800.279	800.279	
16	9	Promoção Ambiental	3.557.550	3.557.550	
16	9	1 Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental	450.000	450.000	
16	9	2 Rede Regional de Ecotecas	1.420.612	1.420.612	
16	9	3 Centros de Interpretação Ambiental	1.614.938	1.614.938	

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
16	9	4	Jardins Históricos	42.000	42.000	
16	9	5	Formação e Sensibilização Ambientais em Rabo de Peixe	30.000	30.000	
16	10		Utilização Racional de Energia	890.000	890.000	
16	10	1	Agência Regional de Energia e Ambiente	170.000	170.000	
16	10	2	Estudos e Projectos	150.000	150.000	
16	10	3	Apoios à Utilização Racional de Energia e à Diversificação de Fontes Energéticas	120.000	120.000	
16	10	4	Apoio ao Desenvolvimento de um Sistema Sustentável de Energia	450.000	450.000	
16	11		Serviço Público e Social	500.000	500.000	
16	11	1	Pagamento da Iluminação Pública das Vias Regionais	500.000	500.000	
16	12		Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia	200.000	200.000	
16	12	1	Obras e Aquisição de Equipamentos para as Instalações	200.000	200.000	
17			PROTECÇÃO CIVIL	7.972.262	7.972.262	
17	1		Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's	500.000	500.000	
17	1	1	Prontos-Socorros-Médios	100.000	100.000	
17	1	2	Ambulâncias de Socorro	250.000	250.000	
17	1	3	Reparação de Viaturas dos Corpos de Bombeiros	50.000	50.000	
17	1	4	Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para as AHBV's	50.000	50.000	
17	1	5	Viaturas de Transporte de Pessoal e Equipamento	50.000	50.000	
17	2		Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's	2.115.386	2.115.386	
17	2	1	Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's	200.000	200.000	
17	2	2	Construção do Quartel da AHBV's de Angra do Heroísmo	750.000	750.000	
17	2	3	II Fase do Quartel da Ribeira Grande	475.000	475.000	
17	2	4	Remodelação e Ampliação do Quartel da AHBV's São Roque do Pico	315.386	315.386	
17	2	5	Secções Destacadas dos Bombeiros na Vila da Lagoa e Capelas	25.000	25.000	
17	2	6	Remodelação da Secção Destacada da Lomba da Maia	150.000	150.000	
17	2	7	Remodelação do Quartel da AHBV's da Calheta de São Jorge	175.000	175.000	
17	2	8	Ampliação do Quartel da AHBV's da Praia da Vitória	25.000	25.000	
17	3		Formação e Informação	549.750	549.750	
17	3	1	Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica	124.980	124.980	
17	3	2	Apoios a Diversas Entidades	50.000	50.000	
17	3	3	Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco	69.790	69.790	
17	3	4	Cooperação Técnico-Científica com a Universidade dos Açores	124.980	124.980	
17	3	5	Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil	20.000	20.000	
17	3	6	Informação, Formação e Sensibilização da População	80.000	80.000	
17	3	7	Formação Profissional de Bombeiros	80.000	80.000	

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
17	4	Serviço Regional de Protecção Civil		4.807.126	4.807.126	
17	4	1	Meios e Recursos	5.000	5.000	
17	4	2	Radiocomunicações do SRPCBA	1.001.426	1.001.426	
17	4	3	Meios e Recursos do SRPCBA - Equipamentos para Socorro Imediato	75.000	75.000	
17	4	4	Transporte Terrestre de Emergência	3.395.700	3.395.700	
17	4	5	Projecto de Cooperação Transnacional - MAC 2007-2013	280.000	280.000	
17	4	6	Fundo de Emergência	50.000	50.000	
18		REDE VIÁRIA REGIONAL, TRANSPORTES TERRESTRES E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS		49.955.220	45.012.000	4.943.220
18	1	Construção de Estradas Regionais		7.605.000	7.605.000	
18	1	1	Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe	5.800.000	5.800.000	
18	1	2	Estrada dos Arrastadouros - Variante à ER 1-1ª na Povoação	370.000	370.000	
18	1	3	Variante à Vila das Capelas	210.000	210.000	
18	1	4	Variante à ER 6-2ª - São Carlos	900.000	900.000	
18	1	5	Construção da Ligação entre a ER 3-2ª e a ER 4-2ª, na Ilha da Graciosa	300.000	300.000	
18	1	6	Variante à Cidade da Horta - 2ª Fase	25.000	25.000	
18	2	Reabilitação de Estradas Regionais		13.035.000	13.035.000	
18	2	1	Beneficiação e Pavimentação de ER em Santa Maria	450.000	450.000	
18	2	2	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Miguel	2.350.000	2.350.000	
18	2	3	Reabilitação da Rede Viária da Ilha de São Miguel	950.000	950.000	
18	2	4	Beneficiação e pavimentação de ER na Terceira	450.000	450.000	
18	2	5	Reabilitação da Rede Viária da Ilha Terceira	550.000	550.000	
18	2	6	Beneficiação e Pavimentação de ER na Graciosa	940.000	940.000	
18	2	7	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Jorge	400.000	400.000	
18	2	8	Beneficiação e Pavimentação de ER no Pico	250.000	250.000	
18	2	9	Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial	850.000	850.000	
18	2	10	Beneficiação e Pavimentação de ER nas Flores	2.400.000	2.400.000	
18	2	11	Beneficiação e Pavimentação de ER no Corvo	245.000	245.000	
18	2	12	Requalificação Viária	2.000.000	2.000.000	
18	2	13	Qualificação do Parque de Máquinas da SRCTE	1.200.000	1.200.000	
18	3	Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer		850.000	850.000	
18	3	1	Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	850.000	850.000	
18	4	SPRHI		12.700.000	12.500.000	200.000
18	4	1	Contratos Programas - Rede Viária	593.587	393.587	200.000
18	4	2	Aquisição de Terrenos de Obras a cargo da SPRHI	500.000	500.000	
18	4	3	Reabilitação da Via Vitorino Nemésio	11.606.413	11.606.413	

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
18	5	Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária		7.418.220	2.675.000	4.743.220
18	5	1	Serviço de Transporte Colectivo na Ilha das Flores	300.000	300.000	
18	5	2	Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros	2.500.000	2.000.000	500.000
18	5	3	Actualização dos Equipamentos e Softwares da Viação e Trânsito	250.000	250.000	
18	5	4	Estudo e Introdução de Tecnologia Híbrida no Transporte de Passageiros	125.000	125.000	
18	5	5	SIRIART	2.221.400		2.221.400
18	5	6	Sinalização da Rede Viária Regional	2.021.820		2.021.820
18	6	Cooperação com Diversas Entidades		3.200.000	3.200.000	
18	6	1	Apoios a diversas entidades	3.200.000	3.200.000	
18	7	Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos		4.630.000	4.630.000	
18	7	1	Beneficiação e Remodelação das Instalações da SRCTE	1.800.000	1.800.000	
18	7	2	Beneficiações no Palácio da Conceição	1.000.000	1.000.000	
18	7	3	Beneficiações no Palácio de Santana	600.000	600.000	
18	7	4	Palácio dos Capitães Gerais	350.000	350.000	
18	7	5	Jardim dos "Maroiços" na Madalena	50.000	50.000	
18	7	6	Diversas reparações em edifícios públicos	125.000	125.000	
18	7	7	Construção de Imóveis para Instalação de Serviços Públicos	5.000	5.000	
18	7	8	Arquivo da Presidência na R. Grande - Contrato Araal	100.000	100.000	
18	7	9	Protecção do edifício da EBS da Povoação	100.000	100.000	
18	7	10	Beneficiação das Instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	500.000	500.000	
18	8	Laboratório Regional de Engenharia Civil		442.000	442.000	
18	8	1	Parede de Reação do LREC	72.000	72.000	
18	8	2	Manutenção de Infraestruturas e Equipamentos	60.000	60.000	
18	8	3	Aquisição de Equipamentos	245.000	245.000	
18	8	4	Sistema de Qualidade	45.000	45.000	
18	8	5	Projecto Loadcar	20.000	20.000	
18	9	Divulgação e Sensibilização		75.000	75.000	
18	9	1	Divulgação e Sensibilização	75.000	75.000	
19		CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS		59.762.932	22.972.095	36.790.837
19	1	Tráfego de Passageiros Inter - Ilhas		25.287.345	17.907.345	7.380.000
19	1	1	Construção de novos navios e apoio ao transporte marítimo de passageiros	24.267.345	17.267.345	7.000.000
19	1	2	Reparações nos Navios Cruzeiros das Ilhas e do Canal	520.000	520.000	
19	1	3	Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo	500.000	120.000	380.000
19	2	Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários		34.475.587	5.064.750	29.410.837
19	2	1	Requalificação do Porto da Praia da Vitória	535.750	35.750	500.000

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
19	2	2	Recreio Náutico e Edifício no Porto das Flores e Trabalhos Marítimos no Corvo	3.500.000	3.500.000	
19	2	3	Reordenamento e Requalificação da Baía da Horta	10.000.000	100.000	9.900.000
19	2	4	Requalificação do Porto da Calheta de S.Jorge	360.000	54.000	306.000
19	2	5	Infra-estruturas Terrestres Núcleo de Recreio Vila do Porto e Reordenamento do Cais de Ferries	3.100.000	500.000	2.600.000
19	2	6	Reordenamento do Porto da Madalena	3.000.000	100.000	2.900.000
19	2	7	Reordenamento do Porto de S.Roque	25.000	25.000	
19	2	8	Reordenamento do Porto de Velas	750.000	750.000	
19	2	9	Aquisição de diversos equipamentos de apoio à exploração portuária	6.890.000		6.890.000
19	2	10	Diversas obras nos portos	6.314.837		6.314.837
20	DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS			50.105.425	25.779.640	24.325.785
20	1	Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários		30.445.425	6.119.640	24.325.785
20	1	1	Aeroporto da Ilha do Pico	927.285	240.000	687.285
20	1	2	Aeródromo da Ilha de São Jorge	7.206.000	2.587.000	4.619.000
20	1	3	Aeródromo da Ilha do Corvo	200.000	100.000	100.000
20	1	4	Aeródromo da Ilha da Graciosa	547.140	142.640	404.500
20	1	5	Aerogare Civil das Lajes	3.000.000	3.000.000	
20	1	6	Aeroporto da Horta	50.000	50.000	
20	1	7	Handlings das Escalas	630.000		630.000
20	1	8	Espaços Comercializáveis	335.000		335.000
20	1	9	Equipamentos e Sobressalentes da Frota	3.850.000		3.850.000
20	1	10	Infra-estruturas para Sistemas de Informação	1.850.000		1.850.000
20	1	11	Renovação da Frota	11.850.000		11.850.000
20	2	Gestão dos Aeródromos Regionais		1.610.000	1.610.000	
20	2	1	Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	1.610.000	1.610.000	
20	3	Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas		18.000.000	18.000.000	
20	3	1	Concessão das Rotas Inter-ilhas	18.000.000	18.000.000	
20	4	Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos		50.000	50.000	
20	4	1	Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores	50.000	50.000	
QUALIFICAR A GESTÃO PÚBLICA E A COOPERAÇÃO				23.310.555	16.617.000	6.693.555
21	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PLANEAMENTO E FINANÇAS			20.972.555	14.279.000	6.693.555
21	1	Modernização Administrativa		889.000	889.000	
21	1	1	Acções de Modernização Administrativa	253.000	253.000	
21	1	2	Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores	576.000	576.000	
21	1	3	Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional	60.000	60.000	

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
21	2		Informação de Interesse Público ao Cidadão	2.343.555	2.150.000	193.555
21	2	1	Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	2.343.555	2.150.000	193.555
21	3		Serviços Sociais	300.000	300.000	
21	3	1	Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	300.000	300.000	
21	4		Cooperação com as Autarquias Locais	950.000	950.000	
21	4	1	Cooperação Técnica	40.000	40.000	
21	4	2	Cooperação Financeira com os Municípios	160.000	160.000	
21	4	3	Cooperação Financeira com as Freguesias	750.000	750.000	
21	5		Estatística	235.000	235.000	
21	5	1	Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística	115.000	115.000	
21	5	2	Projectos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional-Mac	120.000	120.000	
21	6		Planeamento e Finanças	16.255.000	9.755.000	6.500.000
21	6	1	Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais	750.000	750.000	
21	6	2	Património Regional	2.000.000	2.000.000	
21	6	3	Bonificação de Juros	1.500.000	1.500.000	
21	6	4	Reestruturação do Sector Público Empresarial	1.000.000	1.000.000	
21	6	5	Coesão Regional	11.005.000	4.505.000	6.500.000
22			COOPERAÇÃO EXTERNA E MIGRAÇÕES	2.338.000	2.338.000	
22	1		Cooperação Externa	650.000	650.000	
22	1	1	Representação e Promoção Externa da Região	208.100	208.100	
22	1	2	Relações com Organismos de Cooperação Interregional, Organizações e Associações Internacionais	196.800	196.800	
22	1	3	Promoção e Divulgação de Questões Europeias	95.100	95.100	
22	1	4	Apoio Especializado em Assuntos da União Europeia	150.000	150.000	
22	2		Emigrado/Regressado	315.000	315.000	
22	2	1	Integração	45.000	45.000	
22	2	2	Protocolos de Cooperação	140.000	140.000	
22	2	3	Estudo Sobre Emigração e Regressos	50.000	50.000	
22	2	4	Encontros/Seminários	70.000	70.000	
22	2	5	Projectos/Candidaturas	10.000	10.000	
22	3		Identidade Cultural	1.065.000	1.065.000	
22	3	1	Açorianidade e Raízes	45.000	45.000	
22	3	2	Comunicação Açores/Comunidades	105.000	105.000	
22	3	3	Preservação da Identidade Cultural	205.000	205.000	
22	3	4	Encontro Intercomunitário	240.000	240.000	
22	3	5	Divulgação Artística	85.000	85.000	
22	3	6	Protocolos de Cooperação	200.000	200.000	

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
22	3	7	Projectos/Candidaturas	185.000	185.000	
22	4		Imigrado	308.000	308.000	
22	4	1	Integração	74.000	74.000	
22	4	2	Protocolos de Cooperação	89.000	89.000	
22	4	3	Estudos sobre Imigração	15.000	15.000	
22	4	4	Encontros/Seminários	120.000	120.000	
22	4	5	Projectos/Candidaturas	10.000	10.000	

Desagregação por entidade proponente

				Euro		
Entidade				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL				821.529.718	533.885.349	287.644.369
PRESIDÊNCIA				25.504.074	25.404.074	100.000
Vice-Presidência				20.972.555	14.279.000	6.693.555
SREF				75.319.345	69.408.345	5.911.000
SRCTE				81.303.699	67.973.076	13.330.623
SRE				203.960.273	134.343.651	69.616.622
SRTSS				177.822.430	91.922.430	85.900.000
SRES				17.131.157	13.731.157	3.400.000
SRAF				156.114.828	66.204.218	89.910.610
SRAM				63.401.357	50.619.398	12.781.959

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
PRESIDÊNCIA				25.504.074	25.404.074	100.000
3	JUVENTUDE			5.008.033	5.008.033	
3	1	Juventude		5.008.033	5.008.033	
3	1	1	Ocupação do Tempo Livre dos Jovens	800.000	800.000	
3	1	2	Apoio e Incentivo à Mobilidade dos Jovens	1.063.000	1.063.000	
3	1	3	Pousadas de Juventude dos Açores	272.000	272.000	
3	1	4	Apoio e Incentivo ao Associativismo dos Jovens	527.319	527.319	
3	1	5	Sistema de Informação ao Jovem dos Açores	300.000	300.000	
3	1	6	Apoio e Incentivo à Iniciativa dos Jovens	158.000	158.000	
3	1	7	Pousada de Juventude do Pico	246.214	246.214	
3	1	8	Pousada de Juventude de Santa Maria	503.500	503.500	
3	1	9	Cidadania e Incentivo ao Voluntariado	143.000	143.000	
3	1	10	Desenvolvimento das Competências Tecnológicas e Empreendedorismo nos Jovens	200.000	200.000	
3	1	11	Incentivo à Criatividade e Empreendedorismo e Oficinas de Criação	166.000	166.000	
3	1	12	Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	178.000	178.000	
3	1	13	Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis	150.000	150.000	
3	1	14	Academias de Juventude	276.000	276.000	
3	1	15	Intervenção Específica em Rabo de Peixe	25.000	25.000	
4	PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS			16.703.041	16.603.041	100.000
4	1	Dinamização de Actividades Culturais		3.335.000	3.235.000	100.000
4	1	1	Escolas de Formação	140.000	140.000	
4	1	2	Edição de Obras de Cariz Cultural	100.000	100.000	
4	1	3	Rede de Leitura Pública	100.000	100.000	
4	1	4	Bolsas para Formação Artística e Técnica	15.000	15.000	
4	1	5	Orquestra Regional dos Açores - (Lira Açoriana)	150.000	150.000	
4	1	6	Eventos de Iniciativa Governamental	500.000	500.000	
4	1	7	Arte Contemporânea dos Açores - ArTca	250.000	250.000	
4	1	8	Apoios a Actividades de Relevante Interesse Cultural	2.000.000	1.900.000	100.000
4	1	9	Laboratório-Escola Móvel de Teatro	50.000	50.000	
4	1	10	Dinamização das Actividades Culturais em Rabo de Peixe	30.000	30.000	
4	2	Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural		13.368.041	13.368.041	
4	2	1	Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	550.000	550.000	
4	2	2	Inventário do Património Artístico e Cultural	115.000	115.000	
4	2	3	Classificação de Imóveis em Núcleos Protegidos	250.000	250.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
4	2	4	Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo - Novas Instalações	4.500.000	4.500.000	
4	2	5	Investigação Arqueológica	90.000	90.000	
4	2	6	Museus, Bibliotecas e Arquivos	850.000	850.000	
4	2	7	Museu do Pico - Museu dos Baleeiros	25.000	25.000	
4	2	8	Salvaguarda do Património Baleeiro	300.000	300.000	
4	2	9	Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	50.000	50.000	
4	2	10	Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	100.000	100.000	
4	2	11	Inventário e Tratamento dos Arquivos da Região	150.000	150.000	
4	2	12	Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais	350.000	350.000	
4	2	13	Recolhimento de Santa Bárbara - Museu Carlos Machado	1.700.000	1.700.000	
4	2	14	Espaço Cultural Multiusos da Ilha do Corvo	450.000	450.000	
4	2	15	Centro de Arte Contemporânea - Arquipélago	825.000	825.000	
4	2	16	Museu da Graciosa - Ampliação das Instalações	800.000	800.000	
4	2	17	Palácio de Santana - Conservação e Restauro	100.000	100.000	
4	2	18	Reabilitação do Convento de S. Boaventura - Museu das Flores	500.000	500.000	
4	2	19	Casa Manuel de Arriaga	100.000	100.000	
4	2	20	Antigo Hospital da Boa Nova	50.000	50.000	
4	2	21	Execução do Protocolo com a Diocese de Angra	1.400.000	1.400.000	
4	2	22	Apoio financeiro a edifício de culto da IASD	113.041	113.041	
6			INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.455.000	1.455.000	
6	1		Apoio aos Media	1.300.000	1.300.000	
6	1	1	Promedia	600.000	600.000	
6	1	2	Promoção mediática dos Açores no exterior	400.000	400.000	
6	1	3	Apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão	100.000	100.000	
6	1	4	Portal do Governo	150.000	150.000	
6	1	5	Encontro de Órgãos de Comunicação Social/Área de Imprensa	50.000	50.000	
6	2		Jornal Oficial	155.000	155.000	
6	2	1	Disponibilização On Line do Jornal Oficial	20.000	20.000	
6	2	2	Acesso à Base de Dados Jurídica	135.000	135.000	
22			COOPERAÇÃO EXTERNA E MIGRAÇÕES	2.338.000	2.338.000	
22	1		Cooperação Externa	650.000	650.000	
22	1	1	Representação e Promoção Externa da Região	208.100	208.100	
22	1	2	Relações com Organismos de Cooperação Interregional, Organizações e Associações Internacionais	196.800	196.800	
22	1	3	Promoção e Divulgação de Questões Europeias	95.100	95.100	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
22	1	4	Apoio Especializado em Assuntos da União Europeia	150.000	150.000	
22	2		Emigrado/Regressado	315.000	315.000	
22	2	1	Integração	45.000	45.000	
22	2	2	Protocolos de Cooperação	140.000	140.000	
22	2	3	Estudo Sobre Emigração e Regressos	50.000	50.000	
22	2	4	Encontros/Seminários	70.000	70.000	
22	2	5	Projectos/Candidaturas	10.000	10.000	
22	3		Identidade Cultural	1.065.000	1.065.000	
22	3	1	Açorianidade e Raízes	45.000	45.000	
22	3	2	Comunicação Açores/Comunidades	105.000	105.000	
22	3	3	Preservação da Identidade Cultural	205.000	205.000	
22	3	4	Encontro Intercomunitário	240.000	240.000	
22	3	5	Divulgação Artística	85.000	85.000	
22	3	6	Protocolos de Cooperação	200.000	200.000	
22	3	7	Projectos/Candidaturas	185.000	185.000	
22	4		Imigrado	308.000	308.000	
22	4	1	Integração	74.000	74.000	
22	4	2	Protocolos de Cooperação	89.000	89.000	
22	4	3	Estudos sobre Imigração	15.000	15.000	
22	4	4	Encontros/Seminários	120.000	120.000	
22	4	5	Projectos/Candidaturas	10.000	10.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
Vice-Presidência				20.972.555	14.279.000	6.693.555
21			ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PLANEAMENTO E FINANÇAS	20.972.555	14.279.000	6.693.555
21	1		Modernização Administrativa	889.000	889.000	
21	1	1	Ações de Modernização Administrativa	253.000	253.000	
21	1	2	Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores	576.000	576.000	
21	1	3	Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional	60.000	60.000	
21	2		Informação de Interesse Público ao Cidadão	2.343.555	2.150.000	193.555
21	2	1	Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	2.343.555	2.150.000	193.555

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
Vice-Presidência		20.972.555	14.279.000	6.693.555
21	3 Serviços Sociais	300.000	300.000	
21	3 1 Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	300.000	300.000	
21	4 Cooperação com as Autarquias Locais	950.000	950.000	
21	4 1 Cooperação Técnica	40.000	40.000	
21	4 2 Cooperação Financeira com os Municípios	160.000	160.000	
21	4 3 Cooperação Financeira com as Freguesias	750.000	750.000	
21	5 Estatística	235.000	235.000	
21	5 1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística	115.000	115.000	
21	5 2 Projectos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional-Mac	120.000	120.000	
21	6 Planeamento e Finanças	16.255.000	9.755.000	6.500.000
21	6 1 Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais	750.000	750.000	
21	6 2 Património Regional	2.000.000	2.000.000	
21	6 3 Bonificação de Juros	1.500.000	1.500.000	
21	6 4 Reestruturação do Sector Público Empresarial	1.000.000	1.000.000	
21	6 5 Coesão Regional	11.005.000	4.505.000	6.500.000

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
SREF		75.319.345	69.408.345	5.911.000
1	DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS E DO SISTEMA EDUCATIVO	59.604.345	53.693.345	5.911.000
1	1 Construções Escolares	33.742.125	32.831.125	911.000
1	1 1 Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.	2.450.000	2.450.000	
1	1 2 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)	500.000	250.000	250.000
1	1 3 Reparação e Adaptação do Ensino Secundário EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha	15.205	15.205	
1	1 4 Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3 Vila Franca do Campo	5.853.567	5.853.567	
1	1 5 Construção da Nova EB 2,3/S das Lajes do Pico	393.033	393.033	
1	1 6 Construção da Escola Básica 1,2,3/JI de Ponta Garça	9.550.000	9.550.000	
1	1 7 Construção da EB 1,2,3/JI de Água de Pau	600.000	600.000	
1	1 8 Construção da EB 2,3 Francisco F. Drumond - São Sebastião	6.027.525	6.027.525	
1	1 9 Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/S de Velas	569.595	569.595	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
SREF				75.319.345	69.408.345	5.911.000
1	1	10	Assistência técnica e fecho financeiro	1.000.000	1.000.000	
1	1	11	Requalificação da EB 3/S Antero de Quental	300.000	300.000	
1	1	12	Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso	500.000	500.000	
1	1	13	Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 1,2,3/S de São Roque do Pico	600.000	600.000	
1	1	14	Construção do pavilhão gimnodesportivo da EB1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas	1.872.200	1.872.200	
1	1	15	Ampliação e Adaptação da EB 2,3/S Cardeal Costa Nunes	186.000	25.000	161.000
1	1	16	Construção da Escola Básica das Lajes das Flores	2.400.000	2.000.000	400.000
1	1	17	Construção da Escola Básica da Ponta da Ilha - Pico	125.000	25.000	100.000
1	1	18	Requalificação das instalações para os 2º e 3º Ciclos da EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho	550.000	550.000	
1	1	19	Requalificação e construção do Auditorio da EB/S de Vila Porto	200.000	200.000	
1	1	20	Requalificação da Escola Básica Integrada Canto da Maia	50.000	50.000	
1	2	Equipamentos Escolares		1.800.000	1.800.000	
1	2	1	Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	1.800.000	1.800.000	
1	3	Formação Profissional		11.602.700	11.602.700	
1	3	1	Formação do Pessoal Docente e não Docente	550.000	550.000	
1	3	2	Formação e Apoio Social	11.052.700	11.052.700	
1	4	Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado		11.250.000	6.250.000	5.000.000
1	4	1	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	4.250.000	4.250.000	
1	4	2	Escola Profissional das Capelas	7.000.000	2.000.000	5.000.000
1	5	Tecnologias da Informação e Comunicação		500.000	500.000	
1	5	1	Projectos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação	500.000	500.000	
1	6	Reparação do Edifício Sede da SREF		33.020	33.020	
1	6	1	Recuperação da cobertura, revisão redes eléctricas, comunicações, vigilância e construção de anexo	33.020	33.020	
1	7	Projectos Pedagógicos		676.500	676.500	
1	7	1	Avaliação do Sistema Educativo Regional	100.000	100.000	
1	7	2	Projecto de Cooperação Transnacional - MAC 2007-2013	76.500	76.500	
1	7	3	Projectos de Inovação Pedagógica	500.000	500.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
5	DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	15.715.000	15.715.000	
5 1	Instalações e Equipamentos	5.385.000	5.385.000	
5 1 1	Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas	470.000	470.000	
5 1 2	Parque Desportivo de São Miguel	1.260.000	1.260.000	
5 1 3	Parque Desportivo da Ilha Terceira	1.285.000	1.285.000	
5 1 4	Parque Desportivo do Faial	475.000	475.000	
5 1 5	Modernização, Acessibilidades e Apetrechamento de Instalações	190.000	190.000	
5 1 6	Apoio à Construção e Beneficiação de Pavilhões Desportivos e Sedes de Clubes e Associações Desportivas	1.205.000	1.205.000	
5 1 7	Requalificação do Estádio de São Miguel	450.000	450.000	
5 1 8	Construção do Estádio Mário Lino	25.000	25.000	
5 1 9	Requalificação do Estádio João Paulo II	25.000	25.000	
5 2	Actividades Desportivas	6.495.000	6.495.000	
5 2 1	Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região Autónoma dos Açores	150.000	150.000	
5 2 2	Desporto Escolar	425.000	425.000	
5 2 3	Alta Competição, Prémios de Classificação e Subidas de Divisão	425.000	425.000	
5 2 4	Actividade Física e Desportiva Adaptada	115.000	115.000	
5 2 5	Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais e Série Açores	2.500.000	2.500.000	
5 2 6	Apoio às actividades das associações desportivas	2.750.000	2.750.000	
5 2 7	Dinamização de Actividades Desportivas em Rabo de Peixe	65.000	65.000	
5 2 8	Apoio à participação em Quadros Competitivos Nacionais em Rabo de Peixe	65.000	65.000	
5 3	Promoção e Formação	3.835.000	3.835.000	
5 3 1	Congressos e Seminários, Estudos e Investigação	40.000	40.000	
5 3 2	Estrutura Técnica Associativa	625.000	625.000	
5 3 3	Eventos desportivos, promoção e formação na área do desporto	350.000	350.000	
5 3 4	Jogos das Ilhas	300.000	300.000	
5 3 5	Escolinhas do Desporto	300.000	300.000	
5 3 6	Actividades de Treino e Competição	2.135.000	2.135.000	
5 3 7	Actividade Física e Desportiva dos Adultos	85.000	85.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
SRCTE		81.303.699	67.973.076	13.330.623
12	CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	23.376.217	14.988.814	8.387.403
12 1	Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	21.987.403	13.600.000	8.387.403
12 1 1	Apoio a instituições de investigação científica	1.200.000	1.200.000	
12 1 2	Projectos de Investigação científica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores	550.000	550.000	
12 1 3	Apoio à Formação Avançada	1.100.000	1.100.000	
12 1 4	Apoio a infra-estruturas de divulgação científica e tecnológica	700.000	700.000	
12 1 5	Iniciativas de I&D de contexto empresarial	2.600.000	2.600.000	
12 1 6	Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação	6.000.000	6.000.000	
12 1 7	Apoio à integração dos cidadãos portadores de deficiência na Sociedade do Conhecimento	300.000	300.000	
12 1 8	Apoio ao Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores	450.000	450.000	
12 1 9	Construções Universitárias da Terceira e da Horta	7.300.000	700.000	6.600.000
12 1 10	Apoio a Projectos Tecnológicos e Bolsas de Investigação	1.787.403		1.787.403
12 2	Melhoria dos Sistemas Informáticas da SRCTE	250.000	250.000	
12 2 1	Melhoria dos Sistemas Informáticas da SRCTE	150.000	150.000	
12 2 2	Sistemas de Informação e Comunicações da SRCTE	100.000	100.000	
12 3	Comunicações	626.500	626.500	
12 3 1	Promoção/Divulgação/Cooperação	100.000	100.000	
12 3 2	Estação de Rastreo de Satélitos de Santa Maria	500.000	500.000	
12 3 3	FIBRIMAC - Anillo de Fibra Óptica	26.500	26.500	
12 4	Cartografia	512.314	512.314	
12 4 1	Geodesia e Cartografia	87.314	87.314	
12 4 2	Cadastro Predial	70.000	70.000	
12 4 3	RAEGE	265.000	265.000	
12 4 4	Projectos Comunitários Transnacionais	90.000	90.000	
17	PROTECÇÃO CIVIL	7.972.262	7.972.262	
17 1	Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's	500.000	500.000	
17 1 1	Prontos-Socorros-Médios	100.000	100.000	
17 1 2	Ambulâncias de Socorro	250.000	250.000	
17 1 3	Reparação de Viaturas dos Corpos de Bombeiros	50.000	50.000	
17 1 4	Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para as AHBV's	50.000	50.000	
17 1 5	Viaturas de Transporte de Pessoal e Equipamento	50.000	50.000	
17 2	Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's	2.115.386	2.115.386	
17 2 1	Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's	200.000	200.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
17	2	2	Construção do Quartel da AHBV's de Angra do Heroísmo	750.000	750.000	
17	2	3	II Fase do Quartel da Ribeira Grande	475.000	475.000	
17	2	4	Remodelação e Ampliação do Quartel da AHBV's São Roque do Pico	315.386	315.386	
17	2	5	Secções Destacadas dos Bombeiros na Vila da Lagoa e Capelas	25.000	25.000	
17	2	6	Remodelação da Secção Destacada da Lomba da Maia	150.000	150.000	
17	2	7	Remodelação do Quartel da AHBV's da Calheta de São Jorge	175.000	175.000	
17	2	8	Ampliação do Quartel da AHBV's da Praia da Vitória	25.000	25.000	
17	3		Formação e Informação	549.750	549.750	
17	3	1	Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica	124.980	124.980	
17	3	2	Apoios a Diversas Entidades	50.000	50.000	
17	3	3	Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco	69.790	69.790	
17	3	4	Cooperação Técnico-Científica com a Universidade dos Açores	124.980	124.980	
17	3	5	Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil	20.000	20.000	
17	3	6	Informação, Formação e Sensibilização da População	80.000	80.000	
17	3	7	Formação Profissional de Bombeiros	80.000	80.000	
17	4		Serviço Regional de Protecção Civil	4.807.126	4.807.126	
17	4	1	Meios e Recursos	5.000	5.000	
17	4	2	Radiocomunicações do SRPCBA	1.001.426	1.001.426	
17	4	3	Meios e Recursos do SRPCBA - Equipamentos para Socorro Imediato	75.000	75.000	
17	4	4	Transporte Terrestre de Emergência	3.395.700	3.395.700	
17	4	5	Projecto de Cooperação Transnacional - MAC 2007-2013	280.000	280.000	
17	4	6	Fundo de Emergência	50.000	50.000	
18			REDE VIÁRIA REGIONAL, TRANSPORTES TERRESTRES E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	49.955.220	45.012.000	4.943.220
18	1		Construção de Estradas Regionais	7.605.000	7.605.000	
18	1	1	Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe	5.800.000	5.800.000	
18	1	2	Estrada dos Arrastadouros - Variante à ER 1-1ª na Povoação	370.000	370.000	
18	1	3	Variante à Vila das Capelas	210.000	210.000	
18	1	4	Variante à ER 6-2ª - São Carlos	900.000	900.000	
18	1	5	Construção da Ligação entre a ER 3-2ª e a ER 4-2ª, na Ilha da Graciosa	300.000	300.000	
18	1	6	Variante à Cidade da Horta - 2ª Fase	25.000	25.000	
18	2		Reabilitação de Estradas Regionais	13.035.000	13.035.000	
18	2	1	Beneficiação e Pavimentação de ER em Santa Maria	450.000	450.000	
18	2	2	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Miguel	2.350.000	2.350.000	
18	2	3	Reabilitação da Rede Viária da Ilha de São Miguel	950.000	950.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
18	2	4	Beneficiação e pavimentação de ER na Terceira	450.000	450.000	
18	2	5	Reabilitação da Rede Viária da Ilha Terceira	550.000	550.000	
18	2	6	Beneficiação e Pavimentação de ER na Graciosa	940.000	940.000	
18	2	7	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Jorge	400.000	400.000	
18	2	8	Beneficiação e Pavimentação de ER no Pico	250.000	250.000	
18	2	9	Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial	850.000	850.000	
18	2	10	Beneficiação e Pavimentação de ER nas Flores	2.400.000	2.400.000	
18	2	11	Beneficiação e Pavimentação de ER no Corvo	245.000	245.000	
18	2	12	Requalificação Viária	2.000.000	2.000.000	
18	2	13	Qualificação do Parque de Máquinas da SRCTE	1.200.000	1.200.000	
18	3		Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	850.000	850.000	
18	3	1	Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	850.000	850.000	
18	4		SPRHI	12.700.000	12.500.000	200.000
18	4	1	Contratos Programas - Rede Viária	593.587	393.587	200.000
18	4	2	Aquisição de Terrenos de Obras a cargo da SPRHI	500.000	500.000	
18	4	3	Reabilitação da Via Vitorino Nemésio	11.606.413	11.606.413	
18	5		Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	7.418.220	2.675.000	4.743.220
18	5	1	Serviço de Transporte Colectivo na Ilha das Flores	300.000	300.000	
18	5	2	Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros	2.500.000	2.000.000	500.000
18	5	3	Actualização dos Equipamentos e Softwares da Viação e Trânsito	250.000	250.000	
18	5	4	Estudo e Introdução de Tecnologia Híbrida no Transporte de Passageiros	125.000	125.000	
18	5	5	SIRIART	2.221.400		2.221.400
18	5	6	Sinalização da Rede Viária Regional	2.021.820		2.021.820
18	6		Cooperação com Diversas Entidades	3.200.000	3.200.000	
18	6	1	Apoios a diversas entidades	3.200.000	3.200.000	
18	7		Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	4.630.000	4.630.000	
18	7	1	Beneficiação e Remodelação das Instalações da SRCTE	1.800.000	1.800.000	
18	7	2	Beneficiações no Palácio da Conceição	1.000.000	1.000.000	
18	7	3	Beneficiações no Palácio de Santana	600.000	600.000	
18	7	4	Palácio dos Capitães Generais	350.000	350.000	
18	7	5	Jardim dos "Maroiços" na Madalena	50.000	50.000	
18	7	6	Diversas reparações em edifícios públicos	125.000	125.000	
18	7	7	Construção de Imóveis para Instalação de Serviços Públicos	5.000	5.000	
18	7	8	Arquivo da Presidência na R. Grande - Contrato Araal	100.000	100.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
18	7	9	Protecção do edifício da EBS da Povoação	100.000	100.000	
18	7	10	Beneficiação das Instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	500.000	500.000	
18	8		Laboratório Regional de Engenharia Civil	442.000	442.000	
18	8	1	Parede de Reação do LREC	72.000	72.000	
18	8	2	Manutenção de Infraestruturas e Equipamentos	60.000	60.000	
18	8	3	Aquisição de Equipamentos	245.000	245.000	
18	8	4	Sistema de Qualidade	45.000	45.000	
18	8	5	Projecto Loadcar	20.000	20.000	
18	9		Divulgação e Sensibilização	75.000	75.000	
18	9	1	Divulgação e Sensibilização	75.000	75.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
SRE				203.960.273	134.343.651	69.616.622
10			DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	29.816.916	29.816.916	
10	1		Promoção Turística	10.775.000	10.775.000	
10	1	1	Estudos e Concertação da Política de Turismo	75.000	75.000	
10	1	2	Informação Turística	50.000	50.000	
10	1	3	Eventos Promocionais	200.000	200.000	
10	1	4	Viagens Educacionais	200.000	200.000	
10	1	5	Materiais de Promoção	250.000	250.000	
10	1	6	Campanhas Publicitárias	10.000.000	10.000.000	
10	2		Oferta e Animação Turística	650.000	650.000	
10	2	1	Estruturas Físicas de Apoio	500.000	500.000	
10	2	2	Animação Turística	150.000	150.000	
10	3		Investimentos Estratégicos	18.391.916	18.391.916	
10	3	1	Iniciativas Diversas	10.000.000	10.000.000	
10	3	2	Centro Cultural e de Congressos	750.000	750.000	
10	3	3	Desenvolvimento dos Recursos Termais	6.000.000	6.000.000	
10	3	4	Remodelação e Ampliação da Marginal e Parque Turístico e Ambiental do Paúl - Praia da Vitória	1.641.916	1.641.916	

		Euro		
Entidade/Programa/Projecto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
11	FOMENTO DA COMPETITIVIDADE	64.275.000	55.775.000	8.500.000
11 1	Sistemas de Incentivos	44.800.000	36.300.000	8.500.000
11 1 1	Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores - SIDER	43.500.000	35.000.000	8.500.000
11 1 2	Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo - Empreende Jovem	200.000	200.000	
11 1 3	Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos	900.000	900.000	
11 1 4	Sistema de Incentivos ao Artesanato	200.000	200.000	
11 2	Apoio ao Empreendedorismo	75.000	75.000	
11 2 1	Dinamização do Espírito Empreendedor	75.000	75.000	
11 3	Qualidade e Inovação Tecnológico	350.000	350.000	
11 3 1	Dinamização do Sistema Tecnológico	100.000	100.000	
11 3 2	Promoção da Qualidade	250.000	250.000	
11 4	Apoio à Actividade Empresarial	18.670.000	18.670.000	
11 4 1	Valorização dos Recursos Geológicos	150.000	150.000	
11 4 2	Divulgação das Potencialidades Económicas	450.000	450.000	
11 4 3	Mobilização da Iniciativa Empresarial e Captação de Investimento	750.000	750.000	
11 4 4	Informações ao Investidor	120.000	120.000	
11 4 5	Apoio ao Cooperativismo	30.000	30.000	
11 4 6	Estudos e Projectos	170.000	170.000	
11 4 7	Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Económica	17.000.000	17.000.000	
11 5	Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	300.000	300.000	
11 5 1	Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais	30.000	30.000	
11 5 2	Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios	250.000	250.000	
11 5 3	Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais	20.000	20.000	
11 6	Microcrédito	30.000	30.000	
11 6 1	Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário	30.000	30.000	
11 7	Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	50.000	50.000	
11 7 1	Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	50.000	50.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
19	CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS			59.762.932	22.972.095	36.790.837
19	1	Tráfego de Passageiros Inter - Ilhas		25.287.345	17.907.345	7.380.000
19	1	1	Construção de novos navios e apoio ao transporte marítimo de passageiros	24.267.345	17.267.345	7.000.000
19	1	2	Reparações nos Navios Cruzeiros das Ilhas e do Canal	520.000	520.000	
19	1	3	Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo	500.000	120.000	380.000
19	2	Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários		34.475.587	5.064.750	29.410.837
19	2	1	Requalificação do Porto da Praia da Vitória	535.750	35.750	500.000
19	2	2	Recreio Náutico e Edifício no Porto das Flores e Trabalhos Marítimos no Corvo	3.500.000	3.500.000	
19	2	3	Reordenamento e Requalificação da Baía da Horta	10.000.000	100.000	9.900.000
19	2	4	Requalificação do Porto da Calheta de S.Jorge	360.000	54.000	306.000
19	2	5	Infra-estruturas Terrestres Núcleo de Recreio Vila do Porto e Reordenamento do Cais de Ferries	3.100.000	500.000	2.600.000
19	2	6	Reordenamento do Porto da Madalena	3.000.000	100.000	2.900.000
19	2	7	Reordenamento do Porto de S.Roque	25.000	25.000	
19	2	8	Reordenamento do Porto de Velas	750.000	750.000	
19	2	9	Aquisição de diversos equipamentos de apoio à exploração portuária	6.890.000		6.890.000
19	2	10	Diversas obras nos portos	6.314.837		6.314.837
20	DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS			50.105.425	25.779.640	24.325.785
20	1	Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários		30.445.425	6.119.640	24.325.785
20	1	1	Aeroporto da Ilha do Pico	927.285	240.000	687.285
20	1	2	Aeródromo da Ilha de São Jorge	7.206.000	2.587.000	4.619.000
20	1	3	Aeródromo da Ilha do Corvo	200.000	100.000	100.000
20	1	4	Aeródromo da Ilha da Graciosa	547.140	142.640	404.500
20	1	5	Aerogare Civil das Lajes	3.000.000	3.000.000	
20	1	6	Aeroporto da Horta	50.000	50.000	
20	1	7	Handlings das Escalas	630.000		630.000
20	1	8	Espaços Comercializáveis	335.000		335.000
20	1	9	Equipamentos e Sobressalentes da Frota	3.850.000		3.850.000
20	1	10	Infra-estruturas para Sistemas de Informação	1.850.000		1.850.000
20	1	11	Renovação da Frota	11.850.000		11.850.000
20	2	Gestão dos Aeródromos Regionais		1.610.000	1.610.000	
20	2	1	Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	1.610.000	1.610.000	
20	3	Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas		18.000.000	18.000.000	
20	3	1	Concessão das Rotas Inter-Ilhas	18.000.000	18.000.000	
20	4	Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos		50.000	50.000	
20	4	1	Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores	50.000	50.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
SRTSS				177.822.430	91.922.430	85.900.000
2	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DO CONSUMIDOR			91.555.000	21.655.000	69.900.000
2	1	Emprego e Formação Profissional		91.555.000	21.655.000	69.900.000
2	1	1	Formação Profissional	52.950.000	650.000	52.300.000
2	1	2	Escola de Formação Turística e Hoteleira	900.000	900.000	
2	1	3	Programas de Estágios Profissionais	4.150.000	650.000	3.500.000
2	1	4	Programas de Emprego	32.175.000	18.875.000	13.300.000
2	1	5	Adequação Tecnológica dos Serviços	100.000	100.000	
2	1	6	Defesa do Consumidor	210.000	210.000	
2	1	7	Estudos, Projectos e Cooperação	400.000	50.000	350.000
2	1	8	Inspecção Regional do Trabalho	450.000		450.000
2	1	9	Fomento da empregabilidade em Rabo de Peixe	20.000	20.000	
2	1	10	Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário, Subemprego e Trabalho Ilegal	200.000	200.000	
13	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL			18.439.240	16.439.240	2.000.000
13	1	Equipamentos de Apoio a Idosos		4.750.000	4.750.000	
13	1	1	Construção de edifício para lar de idosos, centro de dia e serviço de apoio domiciliário, nos Arrifes	20.000	20.000	
13	1	2	Reconstrução do Claustro Sul do Recolhimento de São Gonçalo	500.000	500.000	
13	1	3	Remodelação e adaptação de edifício para lar de idosos na Praia da Vitória	500.000	500.000	
13	1	4	Criação de Lar de Idosos na Calheta	500.000	500.000	
13	1	5	Remodelação e ampliação de edifício para criação de lar de idosos nas Lages do Pico	880.000	880.000	
13	1	6	Construção de Lar de Idosos nas Lages das Flores	1.000.000	1.000.000	
13	1	7	Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	150.000	150.000	
13	1	8	Projecto de implementação da rede de cuidados continuados dos Açores	800.000	800.000	
13	1	9	Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equipamentos Sociais de Apoio aos Idosos	400.000	400.000	
13	2	Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude		2.030.000	2.030.000	
13	2	1	Construção de edifício para creche em Vila Porto	10.000	10.000	
13	2	2	Construção novo edifício para creche em Ponta Delgada	400.000	400.000	
13	2	3	Construção de creche e atelier de tempos livres nos Arrifes	150.000	150.000	
13	2	4	Construção de edifício para creche e serviço de apoio domiciliário nas Capelas	25.000	25.000	
13	2	5	Construção de edifício p/centro de acolhimento, atelier de tempos livres e residência Irmãs na Povoação	70.000	70.000	
13	2	6	Construção de edifício para convívio de idosos, atelier de tempos livres e creche no Pico da Pedra	50.000	50.000	
13	2	7	Remodelação do edifício da creche e jardim de infância na freguesia de Terra-Chã	350.000	350.000	
13	2	8	Remodelação e melhoramento em 3 centros de acolhimento de jovens em Angra do Heroísmo	100.000	100.000	
13	2	9	Construção edifício p/creche, jardim e centro de actividades ocupacionais em Sta. Cruz da Graciosa	25.000	25.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
13	2	10	Construção de edifício para atelier de tempos livres e centro convívio, nos Toledos, Madalena	150.000	150.000	
13	2	11	Construção de edifício p/instalação de creche, sala de jardim e atelier de tempos livres em S. Roque do Pico	30.000	30.000	
13	2	12	Construção de edifício para creche, convívio e serviço de apoio domiciliário na freguesia dos Flamengos, Horta	20.000	20.000	
13	2	13	Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	150.000	150.000	
13	2	14	Projecto de implementação do sistema de acolhimento dos Açores	300.000	300.000	
13	2	15	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	200.000	200.000	
13	3		Equipamentos de Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	3.410.000	3.410.000	
13	3	1	Construção edifício para lar residencial para cidadãos portadores de deficiência em Ponta Delgada	160.000	160.000	
13	3	2	Construção edifício para centro actividades ocupacionais, cozinha e lavandaria, em Vila Franca	2.500.000	2.500.000	
13	3	3	Construção de centro de actividades ocupacionais da Ribeira Grande	400.000	400.000	
13	3	4	Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	200.000	200.000	
13	3	5	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	150.000	150.000	
13	4		Equipamentos de Apoio à Família, Comunidade e Serviços	6.893.240	4.893.240	2.000.000
13	4	1	Programa de Alargamento dos Equipamentos Sociais dos Açores - PARESA	2.000.000		2.000.000
13	4	2	COMPAMID	3.000.000	3.000.000	
13	4	3	Investimentos de capital para Segurança Social na Região dos Açores (CGFSS)	1.000.000	1.000.000	
13	4	4	Construção de edifício para serviços Segurança Social e Casa do Povo na Achadinha do Nordeste	140.000	140.000	
13	4	5	Recuperação zona serviços no edifício da Casa do Povo, na freguesia de Feteira, em Angra do Heroísmo	20.000	20.000	
13	4	6	Comparticipação na construção do edifício para serviços e Casa do Povo, na freguesia de Praia do Norte, Faial	230.800	230.800	
13	4	7	Instalações da Creche do IGRSS	52.440	52.440	
13	4	8	Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	50.000	50.000	
13	4	9	Criação de estruturas de apoio aos grupos com vulnerabilidade grave	300.000	300.000	
13	4	10	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à Comunidade e Serviços	100.000	100.000	
13	5		Igualdade de Oportunidades	1.356.000	1.356.000	
13	5	1	Promoção da Integração Transversal e Intersectorial do Princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos	280.500	280.500	
13	5	2	Promoção e a disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e na implementação de políticas afirmativas e amigas das famílias	475.000	475.000	
13	5	3	Combater e prevenir a violência e atitudes discriminatórias	420.500	420.500	
13	5	4	Implementar mecanismos e estratégias potenciadoras da inclusão social e consequente mobilidade social de grupos mais vulneráveis	180.000	180.000	
14			HABITAÇÃO	67.828.190	53.828.190	14.000.000
14	1		Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	49.184.573	35.184.573	14.000.000
14	1	1	Apoio à Construção, Ampliação e Alteração de Habitação Própria	700.000	700.000	
14	1	2	Apoio à Aquisição de Habitação Própria e Arrendamento Urbano	43.600.000	29.600.000	14.000.000
14	1	3	Aquisição de Solos	86.950	86.950	
14	1	4	Apoio ao Arrendamento Temporário de Famílias Carenciadas	1.000.000	1.000.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
14	1	5	Contrato Programa com a SPRHI, SA	425.623	425.623	
14	1	6	Operações de Loteamento e Obras de Urbanização	1.072.000	1.072.000	
14	1	7	Reabilitação de Infra-estruturas Habitacionais	300.000	300.000	
14	1	8	Contrato Programa com a SPRHI, SA - Sismo	2.000.000	2.000.000	
14	2		Recuperação do Parque Habitacional	5.741.240	5.741.240	
14	2	1	Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Privado	1.750.000	1.750.000	
14	2	2	Colaboração com Autarquias - Recuperação do Parque Habitacional	1.005.000	1.005.000	
14	2	3	Recuperação do Parque Habitacional Social da RAA	750.000	750.000	
14	2	4	Apoio à Recuperação de Imóveis Afectados por Térmitas	500.000	500.000	
14	2	5	Reconstrução de Habitação - Administração Directa	1.736.240	1.736.240	
14	3		Promoção de Habitação para Realojamentos	12.402.377	12.402.377	
14	3	1	Acordos de Colaboração RAA/IHRU - PROHABITA	4.250.000	4.250.000	
14	3	2	Cooperação com Autarquias - Acordos RAA/IHRU, I.P./Municípios	3.200.000	3.200.000	
14	3	3	Salvaguarda Habitacional das Populações em Situação de Risco	700.000	700.000	
14	3	4	Acordos de Colaboração RAA/IHRU, I.P. - PROHABITA em Rabo de Peixe	2.250.000	2.250.000	
14	3	5	Cooperação com Autarquias - Acordos RAA/IHRU, I.P./Município em Rabo de Peixe	1.252.377	1.252.377	
14	3	6	Salvaguarda Habitacional de Famílias em Situação de Risco em Rabo de Peixe	750.000	750.000	
14	4		Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação	500.000	500.000	
14	4	1	Requalificação do Edifício e Equipamentos para a DRH	350.000	350.000	
14	4	2	Adequação Tecnológica dos Serviços	110.000	110.000	
14	4	3	Sistema de Informação Geográfica da Habitação	40.000	40.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
SRES				17.131.157	13.731.157	3.400.000
15			DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E DO SISTEMA DE SAÚDE	17.131.157	13.731.157	3.400.000
15	1		Construção de Novas Infra-Estruturas	2.799.000	2.799.000	
15	1	1	Unidades de Saúde	374.000	374.000	
15	1	2	Centros de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada	1.800.000	1.800.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
15	1	3	Centro de Radioterapia dos Açores	325.000	325.000	
15	1	4	Heliporto da Calheta	275.000	275.000	
15	1	5	Unidade de Geriatria da Casa de Saúde de São Miguel	25.000	25.000	
15	2		Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde	2.073.157	2.073.157	
15	2	1	Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde	1.523.157	1.523.157	
15	2	2	Beneficiação de Unidades de Saúde	500.000	500.000	
15	2	3	Beneficiação de Edifícios	50.000	50.000	
15	3		Apetrechamento e Modernização	1.327.000	1.327.000	
15	3	1	Equipamentos para Unidades de Saúde	1.000.000	1.000.000	
15	3	2	Viaturas do Serviço Regional de Saúde	67.000	67.000	
15	3	3	Emergência Médica	260.000	260.000	
15	4		Formação e Iniciativas em Saúde	7.432.000	7.432.000	
15	4	1	Actualização de Profissionais de Saúde	1.150.000	1.150.000	
15	4	2	Plano Regional de Saúde	500.000	500.000	
15	4	3	Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco	1.482.000	1.482.000	
15	4	4	Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos	1.500.000	1.500.000	
15	4	5	Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS	2.000.000	2.000.000	
15	4	6	Políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade	250.000	250.000	
15	4	7	Parcerias	25.000	25.000	
15	4	8	Promoção da qualidade dos serviços e de captação e qualificação de profissionais de saúde	25.000	25.000	
15	4	9	Vale Saúde	500.000	500.000	
15	5		Tecnologias de Informação na Saúde	3.500.000	100.000	3.400.000
15	5	1	Sistemas de Informação da Saúde	3.500.000	100.000	3.400.000

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
SRAF				156.114.828	66.204.218	89.910.610
7			AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL	122.263.924	58.053.314	64.210.610
7	1		Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas	51.114.681	20.225.500	30.889.181
7	1	1	Reestruturação Fundiária	500.000	500.000	
7	1	2	Abastecimento de Água	11.500.000	500.000	11.000.000

				Euro		
Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
7	1	3	Caminhos Agrícolas	10.389.181	500.000	9.889.181
7	1	4	Electrificação Agrícola	5.500.000	500.000	5.000.000
7	1	5	Caminhos Rurais	6.300.000	6.300.000	
7	1	6	Infra-estruturas Florestais	347.500	347.500	
7	1	7	Infra-estruturas dos Serviços	400.000	400.000	
7	1	8	Infra-estruturas Fitossanitárias	600.000	600.000	
7	1	9	Infra-estruturas veterinárias	5.500.000	5.500.000	
7	1	10	Infra-Estruturas de Abate	6.578.000	1.578.000	5.000.000
7	1	11	Parques de Exposições Agro-Comerciais	3.000.000	3.000.000	
7	1	12	Estudos e Tecnologias de Informação e Comunicação	460.000	460.000	
7	1	13	Sistema de Informação Geográfica da Agricultura	40.000	40.000	
7	2	Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais		38.286.993	21.155.564	17.131.429
7	2	1	Sanidade Animal	9.000.000	6.000.000	3.000.000
7	2	2	Sanidade Vegetal	1.040.000	1.040.000	
7	2	3	Melhoramento Animal	985.000	985.000	
7	2	4	Experimentação e Divulgação Agrária	1.500.000	1.500.000	
7	2	5	Valorização E Qualificação Profissional Agrária	950.000	657.058	292.942
7	2	6	Vulgarização e Extensão Rural	1.377.310	1.377.310	
7	2	7	Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola	885.683	297.196	588.487
7	2	8	Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas	14.184.000	4.184.000	10.000.000
7	2	9	Diversificação Agrícola	400.000	400.000	
7	2	10	Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	575.000	575.000	
7	2	11	Resgate da Quantidade de Referência	2.000.000	2.000.000	
7	2	12	Reforma Antecipada	4.125.000	875.000	3.250.000
7	2	13	Incentivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA)	500.000	500.000	
7	2	14	Apoio às Organizações de Produtores	700.000	700.000	
7	2	15	Promoção do Desenvolvimento Agrário em Rabo de Peixe	65.000	65.000	
7	3	Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais		32.862.250	16.672.250	16.190.000
7	3	1	Apoio à Indústria Agro-alimentar	19.762.250	3.572.250	16.190.000

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
7	3	2	Apoio ao Escoamento de Produtos na Indústria Agro-Alimentar	3.700.000	3.700.000	
7	3	3	Regularização de Mercados	7.000.000	7.000.000	
7	3	4	Qualidade e Certificação	650.000	650.000	
7	3	5	Promoção de Produtos Açorianos	1.750.000	1.750.000	
8	VALORIZAÇÃO DO MUNDO RURAL			33.850.904	8.150.904	25.700.000
8	1	Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural		10.158.444	2.458.444	7.700.000
8	1	1	Diversificação da Economia Rural	6.300.000	800.000	5.500.000
8	1	2	Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	2.858.444	658.444	2.200.000
8	1	3	Fomento e Gestão dos Recursos Florestais	1.000.000	1.000.000	
8	2	Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural		23.692.460	5.692.460	18.000.000
8	2	1	Manutenção da actividade agrícola	11.507.219	2.007.219	9.500.000
8	2	2	Pagamentos Agro-ambientais e Natura 2000	9.907.241	1.407.241	8.500.000
8	2	3	Uso Múltiplo da Floresta	1.690.000	1.690.000	
8	2	4	Formação e Informação Florestal	588.000	588.000	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
SRAM				63.401.357	50.619.398	12.781.959
9	MODERNIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS E DA ACTIVIDADE DA PESCA			29.882.241	24.100.282	5.781.959
9	1	Inspecção e Gestão		1.469.961	1.469.961	
9	1	1	Fiscalização e Inspecção	125.000	125.000	
9	1	2	Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras entidades	910.000	910.000	
9	1	3	Congressos e Exposições	121.750	121.750	
9	1	4	Tribunal Europeu	228.000	228.000	
9	1	5	Sistema de Acompanhamento Electrónico	85.211	85.211	
9	2	Infra-Estruturas Portuárias		14.347.383	12.911.207	1.436.176
9	2	1	Portos da Região	300.000	300.000	
9	2	2	Programa de apoio à actividade marítimo-portuário no sector das pescas	2.637.107	2.637.107	
9	2	3	Protocolos com Associações do Sector	270.000	270.000	
9	2	4	Cooperação com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais	51.000	51.000	
9	2	5	Cooperação com a Direcção de Faróis	53.100	53.100	
9	2	6	Programa Regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca	11.036.176	9.600.000	1.436.176

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
9	3	Frota		5.950.000	5.950.000	
9	3	1 Plano Regional De Renovação Da Frota de Pesca		5.600.000	5.600.000	
9	3	2 FUNDOPESCA		150.000	150.000	
9	3	3 Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local		200.000	200.000	
9	4	Produtos da Pesca		2.925.000	2.925.000	
9	4	1 Cooperação Externa		50.000	50.000	
9	4	2 Mercados e Comercialização		550.000	550.000	
9	4	3 Transformação E Aquicultura		2.000.000	2.000.000	
9	4	4 Apoio ao Desenvolvimento de Pescarias de Profundidade		75.000	75.000	
9	4	5 Regime de Compensação ao Escoamento dos Produtos da Pesca das Ilhas de Coesão		250.000	250.000	
9	5	Formação Profissional		544.114	544.114	
9	5	1 Divulgação		50.000	50.000	
9	5	2 Formação		394.114	394.114	
9	5	3 Estruturas e Equipamentos		100.000	100.000	
9	6	Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas		4.645.783	300.000	4.345.783
9	6	1 Apoio ao investimento no âmbito dos projectos FEP		4.645.783	300.000	4.345.783
16		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, QUALIDADE AMBIENTAL E ENERGIA		33.519.116	26.519.116	7.000.000
16	1	Ordenamento do Território		12.856.397	5.856.397	7.000.000
16	1	1 Revisão, Elaboração e Implementação do PROTA		70.000	70.000	
16	1	2 Plano e Gestão de Zonas Costeiras		547.120	547.120	
16	1	3 Planeamento e Gestão de Bacias Hidrográficas de Lagoas		7.122.822	122.822	7.000.000
16	1	4 Observatório do Território e do Urbanismo		110.000	110.000	
16	1	5 Caracterização e Definição de Condicionantes de Risco		150.000	150.000	
16	1	6 Acções de acompanhamento, divulgação, sensibilização e apoio à tomada de decisões		40.000	40.000	
16	1	7 Requalificação e Protecção Costeira		4.816.455	4.816.455	
16	2	Recursos Hídricos		8.353.129	8.353.129	
16	2	1 Implementação da Directiva Quadro da Água e da Lei da Água		376.630	376.630	
16	2	2 Implementação da Directiva das Águas Subterrâneas		728.599	728.599	
16	2	3 Rede de Monitorização Hidrometeorológica Automática		2.150.000	2.150.000	
16	2	4 Monitorização da qualidade das águas interiores, de transição e costeiras		537.000	537.000	
16	2	5 Monitorização da Qualidade das Águas Balneares		280.000	280.000	
16	2	6 Controlo da eutrofização das lagoas dos Açores		170.000	170.000	
16	2	7 Prevenção e análise de risco de cheias e deslizamentos		100.000	100.000	
16	2	8 Requalificação e Protecção de Recursos Hídricos		4.010.900	4.010.900	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção		Investimento	Plano	Outros Fundos
16	3	Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão		
		235.000	235.000	
16	3 1	Infra-estrutura informática e de comunicações		
		105.000	105.000	
16	3 2	Sistema regional de informação georeferenciada		
		130.000	130.000	
16	4	Modernização dos Serviços		
		276.496	276.496	
16	4 1	Formação e Modernização dos Serviços		
		26.000	26.000	
16	4 2	Estratégia e Planeamento		
		80.496	80.496	
16	4 3	Informação Geográfica		
		170.000	170.000	
16	5	Conservação da Natureza		
		1.876.435	1.876.435	
16	5 1	Biodiversidade		
		231.829	231.829	
16	5 2	Erradicação de Organismos Invasores		
		195.000	195.000	
16	5 3	Geodiversidade		
		86.500	86.500	
16	5 4	Reservas da Biosfera		
		80.000	80.000	
16	5 5	Gestão de Parques Naturais de Ilha		
		860.436	860.436	
16	5 6	Requalificação da Caldeira Velha - 2ª fase		
		225.000	225.000	
16	5 7	Jardins Botânicos		
		147.670	147.670	
16	5 8	Projectos de Cooperação Transnacional - MAC 2007-2013		
		50.000	50.000	
16	6	Património Mundial		
		1.280.991	1.280.991	
16	6 1	Gestão da Paisagem Protegida da Vinha do Pico		
		582.000	582.000	
16	6 2	Regime de Incentivos da Paisagem Protegida da Vinha do Pico		
		400.500	400.500	
16	6 3	Plano de Intervenção da Montanha do Pico		
		245.491	245.491	
16	6 4	Gestão do Parque Natural da Ilha do Pico		
		53.000	53.000	
16	7	Avaliação Ambiental		
		491.496	491.496	
16	7 1	Relatório do Estado do Ambiente		
		80.000	80.000	
16	7 2	Regime Legal de Poluição Sonora		
		12.000	12.000	
16	7 3	Avaliação do Impacte Ambiental		
		34.496	34.496	
16	7 4	Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental		
		180.000	180.000	
16	7 5	Inspeção e Fiscalização Ambiental		
		185.000	185.000	
16	8	Resíduos		
		3.001.622	3.001.622	
16	8 1	Gestão de Resíduos		
		300.000	300.000	
16	8 2	Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos		
		1.901.343	1.901.343	
16	8 3	Remoção de Passivos Ambientais		
		800.279	800.279	

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação			Investimento	Plano	Outros Fundos
16	9	Promoção Ambiental	3.557.550	3.557.550	
16	9	1 Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental	450.000	450.000	
16	9	2 Rede Regional de Ecotecas	1.420.612	1.420.612	
16	9	3 Centros de Interpretação Ambiental	1.614.938	1.614.938	
16	9	4 Jardins Históricos	42.000	42.000	
16	9	5 Formação e Sensibilização Ambientais em Rabo de Peixe	30.000	30.000	
16	10	Utilização Racional de Energia	890.000	890.000	
16	10	1 Agência Regional de Energia e Ambiente	170.000	170.000	
16	10	2 Estudos e Projectos	150.000	150.000	
16	10	3 Apoios à Utilização Racional de Energia e à Diversificação de Fontes Energéticas	120.000	120.000	
16	10	4 Apoio ao Desenvolvimento de um Sistema Sustentável de Energia	450.000	450.000	
16	11	Serviço Público e Social	500.000	500.000	
16	11	1 Pagamento da Iluminação Pública das Vias Regionais	500.000	500.000	
16	12	Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia	200.000	200.000	
16	12	1 Obras e Aquisição de Equipamentos para as Instalações	200.000	200.000	

Desagregação espacial

Euro

Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
TOTAL	32.905.543	228.041.795	153.786.918	30.143.019	63.990.716	53.679.298	54.945.570	30.406.477	4.689.603	168.940.780	821.529.718
MELHORAR AS QUALIFICAÇÕES E AS COMPETÊNCIAS DOS AÇORIANOS	5.952.483	62.990.567	37.588.356	4.612.750	8.630.300	10.671.472	8.583.291	8.764.350	680.350	41.566.500	190.040.419
1 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS E DO SISTEMA EDUCATIVO	1.178.500	32.978.567	10.629.795	401.250	2.279.800	2.724.983	1.280.250	4.893.350	11.350	3.226.500	59.604.345
1.1 Construções Escolares	255.000	18.653.567	6.555.025	37.500	884.800	1.411.533	137.500	4.304.700	2.500	1.500.000	33.742.125
1.2 Equipamentos Escolares	50.000	800.000	500.000	50.000	195.000	80.700	99.000	23.400	1.900		1.800.000
1.3 Formação Profissional	780.000	4.325.000	2.325.000	250.000	1.000.000	1.050.000	810.000	510.000	2.700	550.000	11.602.700
1.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado	93.500	9.200.000	1.216.750	63.750	200.000	182.750	233.750	55.250	4.250		11.250.000
1.5 Tecnologias da Informação e Comunicação										500.000	500.000
1.6 Reparação do Edifício Sede da SREF			33.020								33.020
1.7 Projectos Pedagógicos										676.500	676.500
2 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DO CONSUMIDOR	4.060.000	23.380.000	19.470.000	3.210.000	6.060.000	6.410.000	5.480.000	3.209.000	206.000	20.070.000	91.555.000
2.1 Emprego e Formação Profissional	4.060.000	23.380.000	19.470.000	3.210.000	6.060.000	6.410.000	5.480.000	3.209.000	206.000	20.070.000	91.555.000
3 JUVENTUDE	578.983	341.000	412.561		25.000	272.489				3.378.000	5.008.033
3.1 Juventude	578.983	341.000	412.561		25.000	272.489				3.378.000	5.008.033
4 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS	135.000	4.451.000	5.766.000	1.001.500	265.500	1.264.000	1.323.041	662.000	463.000	1.372.000	16.703.041
4.1 Dinamização de Actividades Culturais	65.000	1.120.000	635.000	80.500	137.500	225.000	160.000	39.000	13.000	860.000	3.335.000
4.2 Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	70.000	3.331.000	5.131.000	921.000	128.000	1.039.000	1.163.041	623.000	450.000	512.000	13.368.041
5 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO		1.840.000	1.310.000				500.000			12.065.000	15.715.000
5.1 Instalações e Equipamentos		1.710.000	1.310.000				500.000			1.865.000	5.385.000
5.2 Actividades Desportivas		130.000								6.365.000	6.495.000
5.3 Promoção e Formação										3.835.000	3.835.000
6 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO										1.455.000	1.455.000
6.1 Apoio aos Media										1.300.000	1.300.000
6.2 Jornal Oficial										155.000	155.000
PROMOVER O CRESCIMENTO SUSTENTADO DA ECONOMIA	13.022.154	93.929.723	68.110.238	13.590.879	32.417.381	24.770.151	19.527.097	9.195.569	2.447.719	26.454.292	303.465.202
7 AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL	3.785.722	42.540.757	31.423.741	5.677.779	15.994.471	8.995.396	4.569.550	3.124.268	356.176	5.796.065	122.263.924
7.1 Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas	711.685	21.813.843	13.451.921	2.389.100	4.848.367	3.792.184	1.941.236	1.383.131	116.714	666.500	51.114.681
7.2 Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais	1.421.324	11.556.098	11.338.431	1.880.509	3.366.809	2.487.995	1.540.746	1.221.232	172.792	3.301.058	38.286.993
7.3 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	1.652.713	9.170.816	6.633.389	1.408.170	7.779.295	2.715.217	1.087.568	519.905	66.670	1.828.507	32.862.250
8 VALORIZAÇÃO DO MUNDO RURAL	1.433.194	6.760.755	5.992.498	1.384.710	4.744.042	5.608.659	1.863.122	1.752.436	357.385	3.954.103	33.850.904

Euro											
Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
8.1 Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural	725.740	2.520.220	1.162.961	582.870	645.017	597.029	479.285	280.721	72.074	3.092.527	10.158.444
8.2 Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural	707.454	4.240.535	4.829.537	801.840	4.099.025	5.011.630	1.383.837	1.471.715	285.311	861.576	23.692.460
9 MODERNIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS E DA ACTIVIDADE DA PESCA	1.652.738	9.827.211	4.653.375	848.890	2.359.368	2.503.096	1.629.633	539.365	1.137.658	4.730.907	29.882.241
9.1 Inspeção e Gestão										1.469.961	1.469.961
9.2 Infra-Estruturas Portuárias	630.985	4.668.956	2.598.200	309.495	915.763	1.203.576	251.043	152.500	926.658	2.690.207	14.347.383
9.3 Frota	290.000	2.900.000	870.000	290.000	290.000	290.000	580.000	174.000	116.000	150.000	5.950.000
9.4 Produtos da Pesca	79.500	875.000	350.000	87.730	690.000	280.000	250.000	113.000	50.000	149.770	2.925.000
9.5 Formação Profissional	21.470	83.255	35.175	21.665	13.605	29.520	48.590	9.865	10.000	270.969	544.114
9.6 Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas	630.783	1.300.000	800.000	140.000	450.000	700.000	500.000	90.000	35.000		4.645.783
10 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	577.500	13.477.500	9.384.416	2.187.500	735.000	800.000	1.750.000	205.000	25.000	675.000	29.816.916
10.1 Promoção Turística	267.500	4.562.500	3.542.500	77.500	420.000	430.000	835.000	105.000	10.000	525.000	10.775.000
10.2 Oferta e Animação Turística	10.000	365.000	50.000	10.000	15.000	20.000	15.000	10.000	5.000	150.000	650.000
10.3 Investimentos Estratégicos	300.000	8.550.000	5.791.916	2.100.000	300.000	350.000	900.000	90.000	10.000		18.391.916
11 FOMENTO DA COMPETITIVIDADE	5.435.000	15.723.500	10.787.000	3.372.000	8.106.500	6.497.000	5.400.000	3.472.500	559.500	4.922.000	64.275.000
11.1 Sistemas de Incentivos	5.026.000	10.686.000	6.262.000	3.014.000	7.094.000	5.080.000	4.108.000	3.026.000	504.000		44.800.000
11.2 Apoio ao Empreendedorismo										75.000	75.000
11.3 Qualidade e Inovação Tecnológico	9.000	37.500	25.000	8.000	12.500	17.000	17.000	4.500	4.500	215.000	350.000
11.4 Apoio à Actividade Empresarial	400.000	5.000.000	4.500.000	350.000	1.000.000	1.400.000	1.275.000	442.000	51.000	4.252.000	18.670.000
11.5 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais										300.000	300.000
11.6 Microcrédito										30.000	30.000
11.7 Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia										50.000	50.000
12 CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	138.000	5.600.000	5.869.208	120.000	478.000	366.000	4.314.792	102.000	12.000	6.376.217	23.376.217
12.1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	138.000	5.600.000	5.869.208	120.000	478.000	366.000	4.314.792	102.000	12.000	4.987.403	21.987.403
12.2 Melhoria dos Sistemas Informáticas da SRCTE										250.000	250.000
12.3 Comunicações										626.500	626.500
12.4 Cartografia										512.314	512.314
REFORÇAR A SOLIDARIEDADE E A COESÃO SOCIAL	791.500	22.022.600	8.817.340	2.040.000	2.000.000	2.747.042	5.185.155	1.460.000	5.000	58.329.950	103.398.587
13 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	10.000	3.935.000	1.502.440	25.000	500.000	1.060.000	250.800	1.000.000		10.156.000	18.439.240
13.1 Equipamentos de Apoio a Idosos		20.000	1.000.000		500.000	880.000		1.000.000		1.350.000	4.750.000
13.2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude	10.000	695.000	450.000	25.000		180.000	20.000			650.000	2.030.000

Euro											
Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
13.3 Equipamentos de Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais		3.060.000								350.000	3.410.000
13.4 Equipamentos de Apoio à Família, Comunidade e Serviços		160.000	52.440				230.800			6.450.000	6.893.240
13.5 Igualdade de Oportunidades										1.356.000	1.356.000
14 HABITAÇÃO	556.500	16.425.600	6.612.900	460.000	585.000	1.127.042	4.009.198	420.000		37.631.950	67.828.190
14.1 Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	311.500	6.233.223	4.202.900	260.000	385.000	265.000	2.640.000	200.000		34.686.950	49.184.573
14.2 Recuperação do Parque Habitacional	145.000	1.130.000	410.000	200.000	200.000	862.042	1.169.198	220.000		1.405.000	5.741.240
14.3 Promoção de Habitação para Realojamentos	100.000	8.602.377	2.000.000				200.000			1.500.000	12.402.377
14.4 Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação		460.000								40.000	500.000
15 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E DO SISTEMA DE SAÚDE	225.000	1.662.000	702.000	1.555.000	915.000	560.000	925.157	40.000	5.000	10.542.000	17.131.157
15.1 Construção de Novas Infra-Estruturas	50.000	350.000		1.425.000	300.000	200.000	99.000			375.000	2.799.000
15.2 Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde	30.000	600.000	200.000		470.000	50.000	723.157				2.073.157
15.3 Apetrechamento e Modernização	105.000	412.000	297.000	70.000	50.000	150.000	3.000		5.000	235.000	1.327.000
15.4 Formação e Iniciativas em Saúde	40.000	300.000	205.000	60.000	95.000	160.000	100.000	40.000		6.432.000	7.432.000
15.5 Tecnologias de Informação na Saúde										3.500.000	3.500.000
GERIR COM EFICIÊNCIA O TERRITÓRIO PROMOVEDO A QUALIDADE AMBIENTAL	11.101.628	46.041.511	37.802.613	8.056.415	19.254.619	14.763.201	20.960.968	9.257.051	1.448.911	32.628.038	201.314.955
16 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, QUALIDADE AMBIENTAL E ENERGIA	1.322.143	10.404.934	2.573.496	1.865.083	1.009.031	2.035.991	1.691.330	872.000	210.590	11.534.518	33.519.116
16.1 Ordenamento do Território	300.000	8.100.000	1.000.000	350.000	700.000	600.000	500.000	150.000	50.000	1.106.397	12.856.397
16.2 Recursos Hídricos	150.000	1.500.000	1.500.000	50.000	150.000	150.000	100.000	100.000	50.000	4.603.129	8.353.129
16.3 Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão										235.000	235.000
16.4 Modernização dos Serviços										276.496	276.496
16.5 Conservação da Natureza	5.000	469.496	23.496	326.000	60.760	5.000	302.930	40.000	25.000	618.753	1.876.435
16.6 Património Mundial						1.280.991					1.280.991
16.7 Avaliação Ambiental							15.000			476.496	491.496
16.8 Resíduos	81.090			544.523	73.271			525.000	78.090	1.699.648	3.001.622
16.9 Promoção Ambiental	786.053	335.438	50.000	594.560	25.000		773.400	57.000	7.500	928.599	3.557.550
16.10 Utilização Racional de Energia										890.000	890.000
16.11 Serviço Público e Social										500.000	500.000
16.12 Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia										200.000	200.000
17 PROTECÇÃO CIVIL	120.000	2.150.000	1.675.000	120.000	445.000	565.386	300.000	100.000	10.000	2.486.876	7.972.262
17.1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's		100.000	50.000			50.000	150.000			150.000	500.000
17.2 Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's		650.000	775.000		175.000	315.386				200.000	2.115.386
17.3 Formação e Informação										549.750	549.750

